II PNERA
Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária

INCRA

Pronera

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial
Universidade Estadual Paulista
Júlio de Mesquita Filho

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos

Ministério do Desenvolvimento Agrário

II PNERA
Relatório da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária

Brasília, Junho de 2015

INCRA Pronera
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Secretaria de Assuntos Estratégicos
Ministério do Desenvolvimento Agrário

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
Ministro Roberto Mangabeira Unger

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Jessé José Freire de Souza

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Marco Aurélio Costa

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura
Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais, Substituto
Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Brand Arenari

Chefe de Gabinete
José Eduardo Elias Romão

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Ministro Patrus Ananias de Sousa

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Presidente Maria Lúcia de Oliveira Falcón

Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento (DD)
Diretor César Fernando Schiavon Aldrighi

Coordenação-Geral de Educação do Campo e Cidadania (DDE)
Coordenadora Raquel Buitrón Vuelta

Divisão de Educação do Campo (DDE-1)
Chefe Nelson Marques Félix

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)

EQUIPE DE PESQUISA
Coordenação Geral
Clarice Aparecida dos Santos - INCRA
Bernardo Mançano Fernandes – Unesp/Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial
Brancolina Ferreira – IPEA
Marcelo Galiza Pereira de Souza – IPEA

Coordenadores Nacionais
Eduardo Paulon Girardi – Unesp/Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial
Ricardo Pires de Paula – Unesp/Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial
Ronaldo Celso Messias Correia – Unesp/Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial
Antonia Vanderlucia de Oliveira Simplício

Pesquisadores Nacionais
Eliene Rocha
Valéria Fechine

Pesquisadores Estaduais
Carlos Renilton Freitas Cruz - SR 01- Belém (PA)
Célia Maria Machado de Brito - SR 02 - Ceará (CE)
Claudio Ubiratan Gonçalves - SR 03 - Pernambuco (PE)
Francilane Eulaila de Souza - SR 04 - Goiás (GO)
Maria Nalva Rodrigues de Araujo - SR 05 - Bahia (BA)
Maria Isabel Antunes Rocha - SR 06 - Minas Gerais (MG)
Thiago Lucas Alves da Silva - SR 07 - Rio de Janeiro (RJ)
Maria Peregrina de Fatima Rotta Furlanetti - SR 08 - São Paulo (SP)
William Simões - SR 09 - Paraná (PR)
Sandra Luciana Dalmagro - SR 10 - Santa Catarina (SC)
Maria da Graça O. Soares - SR 11 - Rio Grande do Sul (RS)
Ubiratane de Morais Rodrigues - SR 12 - Maranhão (MA)
Laudemir Luiz Zart - SR 13 - Mato Grosso (MT)
Cleilton Sampaio de Farias - SR 14 - Acre (AC)
Manoel de Jesus Masulo da Cruz - SR 15 - Amazônia (AM)
Mieceslau Kudlavicz - SR 16 - Mato Grosso do Sul (MS)
Marilsa Miranda de Souza - SR 17 - Rondônia (RO)
Deyse Morgana das Neves Correia - SR 18 - Paraíba (PB)
Thiago Ferreira Dias - SR 19 - Rio Grande do Norte(RN)
Paulo César Scarim - SR 20 - Espírito Santo (ES)
Ana Cláudia Peixoto de Cristo – SR 21 - Amapá
Cristiane Marcela Pepe - SR 22 - Alagoas (AL)
Lianna de Melo Torres - SR 23 - Sergipe (SE)
Marli Clementino Gonçalves - SR 24 - Piauí (PI)
Carlos Alberto Marinho Cirino - SR 25 - Roraima (RR)
Glaucia de Sousa Moreno - SR 26 - Tocantins (TO)
Maura Pereira dos Anjos - SR 27 - Sul do Pará (PA)
Marcela Souto de Oliveira Cabral Tavares - SR 28 - Distrito Federal (DF)
Silver Jonas Alves Farfan - SR 29 - Médio São Francisco (PE)
Neila da Silva Reis - SR 30 - Oeste do Pará (PA)

Assistentes de Pesquisa Nacionais
Luciana Porto Silva
Mariana Cruz de Almeida
Raquel Konyanagi
Renata Nasser Serra Dourada Tatiane dos Santos Duarte
Sady Sidney Fauth Júnior

Auxiliares de Pesquisa Nacionais
André Espanhol Garcia
Anna Paulla Artero Vilela
Franciele Aparecida Valadão
Guilherme Palmeira Zaia
Luiz Felipe Santos Marques
Marcelo Sanches Mendonça
Roger D´Avila Oliveira

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS 5
LISTA DE GRÁFICOS 5
LISTA DE MAPAS 6
LISTA DE PRANCHAS 6
APRESENTAÇÃO 7
1 HISTÓRICO DO PRONERA 9
2 METODOLOGIA DO DATAPRONERA 16
3 DADOS DA II PNERA 22
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 65
APÊNDICE 1 67
APÊNDICE 2 85

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 – Consistência do preenchimento dos formulários
Tabela 3.1.1 – Número de cursos por nível e superintendência (1998-2011)
Tabela 3.1.2 – Número de cursos e municípios por Unidade da Federação (UF)
Tabela 3.2.1 – Educandos Ingressantes/matrículas em cursos do Pronera por superintendência do Incra e nível
Tabela 3.2.2 – Educandos concluintes/matrículas em cursos do Pronera por superintendência do Incra e nível
Tabela 3.2.3 – Educandos de cursos do Pronera por território e superintendência
Tabela 3.2.4 – Dados gerais de educandos ingressantes e concluintes e dados válidos para comparação de evasão
Tabela 3.4.1 – Instituições de ensino que realizaram cursos do Pronera e número de cursos (1998-2011)
Tabela 3.4.2 – Proporção de famílias assentadas, instituições de ensino que realizaram cursos do Pronera e educandos matriculados (1998-2011)
Tabela 3.5.1 – Organizações demandantes e número de cursos demandados individual e conjuntamente (1998-2011)
Tabela 3.5.2 – Número de organizações demandantes número de cursos por superintendência do Incra (1998-2011)
Tabela 3.6.1 – Número de parceiros por tipo e Unidade da Federação (UF)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1.1 – Cursos do Pronera realizados por superintendência do Incra (1998-2011)
Gráfico 3.1.2 – Cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)
Gráfico 3.1.3 – Cursos do Pronera por nível (1998-2011)
Gráfico 3.1.4 – Numero de cursos por ano de início (1998-2011)
Gráfico 3.1.5 – Cursos do Pronera por ano de conclusão (1998-2011)
Gráfico 3.1.6 – Cursos do Pronera por ano de início e nível
Gráfico 3.1.7 – Cursos do Pronera por ano de conclusão e nível
Gráfico 3.2.1 – Educandos ingressantes/matrículas em cursos do Pronera por superintendência do Incra (1998-2011)
Gráfico 3.2.2 – Educandos ingressantes/matrículas em cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)
Gráfico 3.2.3 – Educandos ingressantes/matrículas em cursos do Pronera por nível (1998-2011)
Gráfico 3.2.4 – Educandos concluintes/matrículas de cursos do Pronera por superintendência do Incra (1998-2011)
Gráfico 3.2.5 – Educandos concluintes/matrículas de cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)
Gráfico 3.2.6 – Educandos concluintes/matrículas de cursos do Pronera por nível (1998-2011)
Gráfico 3.2.7 – Território de origem dos educandos de cursos do Pronera (1998-2011)
Gráfico 3.2.8 – Média de idade (anos) dos educandos do Pronera por modalidade (1998-2011)
Gráfico 3.2.9 – Sexo dos educandos dos cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)
Gráfico 3.3.1 – Educadores/atuação de educadores em cursos do Pronera por superintendência do Incra (1998-2011)
Gráfico 3.3.2 – Educadores/atuação de educadores em cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)
Gráfico 3.3.3 – Educadores/atuação de educadores em cursos do Pronera por nível (1998-2011)
Gráfico 3.3.4 – Escolaridade/titulação dos educadores que atuaram em cursos do Pronera (1998-2011)
Gráfico 3.3.5 – Sexo dos educadores que participaram de cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)
Gráfico 3.4.1 – Instituições de ensino que realizaram cursos do Pronera por superintendência do Incra (1998-2011)
Gráfico 3.4.2 – Instituições de ensino que realizaram cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)

Gráfico 3.4.3 – Instituições de ensino que realizaram cursos do Pronera por nível (1998-2011)
Gráfico 3.4.4 – Natureza das instituições de ensino e número de cursos (1998-2011)
Gráfico 3.5.1 – Número de participações individuais e conjuntas de organizações demandantes por superintendência do Incra (1998-2011)
Gráfico 3.5.2 – Número de participações individuais e conjuntas de organizações demandantes por modalidade (1998-2011)
Gráfico 3.5.3 – Número de participações individuais e conjuntas de organizações demandantes por nível (1998-2011)
Gráfico 3.6.1 – Ações individuais e conjuntas de parceiros por superintendência do Incra
Gráfico 3.6.2 – Ações individuais e conjuntas de parceiros por nível
Gráfico 3.6.3 – Ações individuais e conjuntas de parceiros por modalidade
Gráfico 3.7.1 – Número de produção do Pronera por tipo de produção
Gráfico 3.8.1 – Produções sobre o Pronera (1998-2011)

LISTA DE MAPAS

Mapa 3.1.1 – Cursos do Pronera por Munícipio de Realização(1998-2011)
Mapa 3.2.1 – Educandos/matrículas em cursos do Pronera por município de origem dos educandos (1998-2011)
Mapa 3.2.2 – Educandos/matriculados em cursos do Pronera provenientes de assentamentos rurais (1998-2011)
Mapa 3.2.3 – Educandos/matrículas em cursos do Pronera e representatividade nas famílias assentadas por município (1998-2011)
Mapa 3.4.1 – Pessoas assentadas e matrículas em cursos do Pronera por região

LISTA DE PRANCHAS

Prancha 3.1.1 – Municípios de realização dos cursos do Pronera por nível (1998-2011)
Prancha 3.2.1 – Educandos/matrículas de cursos do Pronera por município de origem do educando e nível (1998-2011)
Prancha 3.2.2 – Educandos/matriculados em cursos do Pronera por território de origem (1998-2011)
Prancha 3.3.1 – Educadores/atuação de educadores em cursos do Pronera por nível e superintendência do Incra (1998-2011)
Prancha 3.4.1 – Instituições de ensino que promoveram cursos do Pronera, por nível e superintendência (1998-2011)
Prancha 3.5.1 – Organizações que demandaram cursos do Pronera e município de realização do curso demandado (1998-2011)

APRESENTAÇÃO

Neste relatório apresentamos os resultados de um dos projetos da II Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (II PNERA). Trata-se do Banco de Dados do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – o DataPronera –, que levantou dados das ações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) para o período de 1998 a 2011.

Esta é a terceira pesquisa que o Pronera realiza. A primeira foi uma avaliação por meio de estudos de casos das modalidades de ensino do Pronera, realizada no período de janeiro a março de 2003 pela Ação Educativa – Assessoria e Pesquisa. A segunda, desenvolvida entre novembro de 2004 e fevereiro de 2005 e denominada I Pesquisa Nacional sobre a Educação na Reforma Agrária (I PNERA), realizou 24.500 entrevistas em 1.651 municípios de todo o Brasil, visitando 5.595 assentamentos. Essa pesquisa tornou-se referência para a inserção das escolas do campo no Censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) a partir de 2005.

Além de recuperar e sistematizar informações detalhadas a respeito da história do Pronera, a II PNERA visou, ainda, construir o DataPronera como um banco de dados permanentemente atualizável, registrando e classificando as ações do Pronera. As informações disponibilizadas nesse banco são fundamentais para o conhecimento das diversas realidades das escolas do campo.

Para a efetivação dessa pesquisa, foi necessário o empenho do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Pronera, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e da Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial da Universidade Estadual Paulista (Unesp), responsáveis pela coordenação nacional do projeto.

Vale lembrar que a II PNERA possui outros dois projetos, além da construção do DataPronera. O primeiro deles prevê a sistematização dos resultados do *Censo Escolar 2013* do Ministério da Educação (MEC)/Inep, que realiza a análise comparativa de dados gerais e de infraestrutura das escolas rurais, com destaque para as escolas de assentamentos de reforma agrária. O segundo propõe analisar as repercussões das ações do Pronera em diferentes dimensões: na vida dos assentados, nas escolas do campo, nos processos produtivos e socioculturais dos assentamentos, nos movimentos sociais, nas universidades e em órgãos públicos envolvidos direta e indiretamente na sua execução. Esses dois projetos foram realizados entre julho de 2013 e fevereiro de 2015, e terão seus resultados publicados em relatório próprio.

O Pronera promoveu a realização de 320 cursos nos níveis EJA fundamental, ensino médio e ensino superior, envolvendo 82 instituições de ensino, 38 organizações demandantes e 244 parceiros, com a participação de 164.894 educandos. Essas ações qualificaram a formação educacional e profissional de trabalhadoras e trabalhadores, melhorando suas vidas, reescrevendo seus territórios e mudando o campo brasileiro para melhor.

1 HISTÓRICO DO PRONERA

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) foi criado na perspectiva de consolidar uma política pública de educação do campo, instituída no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Inicialmente, destinava-se apenas aos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA); mais tarde, passou a incluir também os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

O Pronera nasceu em 1998, a partir das lutas dos movimentos sociais e sindicais do campo. Desde seu nascedouro, o programa vem garantindo acesso à escolarização a milhares de jovens e adultos, trabalhadores das áreas de reforma agrária que, até então, não haviam tido o direito de se alfabetizar, tampouco o direito de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino.

Em seus quinze anos de existência, o Pronera vem assegurando o direito à educação escolar para jovens e adultos do campo. Esses jovens e adultos, por diversos motivos, entre eles a completa ausência de políticas públicas no campo, não conseguiram ter seu direito à educação respeitado nas etapas anteriores de suas vidas.

Conforme afirmam Molina e Jesus,[1]

> é em resposta à hegemonia do modelo de organização da agricultura nacional, que movimentos sociais e sindicais se organizam e lutam para construir estratégias coletivas de resistência, que lhes possibilitem continuar garantindo sua reprodução social, a partir do trabalho na terra. A luta pelo acesso ao conhecimento e à escolarização faz parte desta estratégia de resistência, e nela se encontram o Pronera e a Educação do Campo.

Assim, mais que acesso à educação, o Pronera vem buscando assegurar uma ampliação de direitos juntamente com o direito à terra, ao território, à produção e à vida; representa para os movimentos sociais e sindicais do campo um instrumento de luta para buscar melhores condições de vida no campo, e a educação contribui material e imaterialmente para o alcance deste objetivo.

Seus beneficiários são jovens e adultos que, a partir de sua inserção no programa, reconhecem-se como sujeitos de direitos; como sujeitos capazes de construir suas identidades de povo camponês e produzir, no cotidiano dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, alternativas de transformação e enfrentamento ao modelo agrícola dominante, que expulsa crescentemente os povos do campo do seu território. O Pronera é um instrumento de resistência que, através da educação, da escolarização e da formação, constitui sujeitos coletivos conscientes de seu papel histórico e social.

Desde a sua criação, o Pronera realizou projetos de Educação de Jovens e Adultos (EJA), cursos técnico-profissionalizantes de nível médio – técnico em administração de cooperativas, enfermagem, técnico em saúde comunitária, técnico em comunicação, para citar alguns exemplos – e de nível superior – pedagogia, história, geografia, sociologia, ciências naturais, agronomia, direito e medicina veterinária, entre outros.

---

1. MOLINA, Monica; JESUS, Sonia Meire. Contribuições do Pronera à Educação do Campo no Brasil. Reflexões a partir da tríade: campo – política pública – educação. *In*: SANTOS, Clarice et al. *Memória e história do Pronera.* Brasília: MDA/Incra, 2010, p. 29.

Assim, o Pronera vem cumprindo seu objetivo maior, que é fortalecer a educação nas áreas de reforma agrária, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais. A utilização de metodologias voltadas para a especificidade do campo tem em vista contribuir com a promoção do desenvolvimento, resgatando e religando dois mundos historicamente apartados: o mundo escolar/acadêmico e o mundo rural.

Conforme aprovado pelo Decreto nº 7.352/2010, é público do programa a população jovem e adulta, conforme descrição prevista no Art. 13:

> I - população jovem e adulta das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC), de que trata o § 1º do Art. 1º do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008;
>
> II - alunos de cursos de especialização promovidos pelo Incra;
>
> III - professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias; e
>
> IV - demais famílias cadastradas pelo Incra.

Os cursos do Pronera são organizados em regime de alternância, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394/1996, cujo Art. 23 determina:

> A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (Brasil, 1996).

Esse regime compreende a alternância regular de períodos de estudos (*tempo escola* e *tempo comunidade*), que considera o contexto socioambiental e a diversidade cultural do campo, em todos os estados do território nacional.

Respeitadas as orientações da LDB, o Pronera assegura sua organização curricular em acordo com as demandas dos sujeitos do campo envolvidos nos cursos. Esse princípio é respaldado pelo Art. 28 da referida lei, que afirma que:

> Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
>
> I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
>
> II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar as fases do ciclo agrícola e as condições climáticas;
>
> III-adequação à natureza do trabalho na zona rural (Brasil, 1996).

Ao longo de sua história, o Pronera consolidou uma estratégia de gestão participativa exercida pela Coordenação Geral de Educação do Campo e Cidadania (DDE) e pela Divisão de Educação do Campo (DDE-1) do Incra com a assessoria e consultoria da Comissão Pedagógica Nacional (CPN) do Pronera, em conjunto com as Superintendências Regionais (SRs) do Incra e os colegiados estaduais.

Cabe à gestão participativa a divulgação, a coordenação, a articulação e a implantação do programa em âmbitos nacional e estadual, bem como a mobilização, a dinamização, a orientação das atividades de alfabetização e escolarização em níveis fundamental e médio e a formação técnico-profissional de nível médio e nível superior junto às instituições de ensino públicas e/ou privadas sem fins lucrativos. Também compete à gestão a promoção de parcerias no âmbito dos governos federal, estadual e municipal e no âmbito das instituições de ensino públicas e/ou privadas sem fins lucrativos, além da avaliação das atividades pedagógicas desenvolvidas.

São parceiros do programa as instituições de ensino, pesquisa e extensão, públicas e privadas, sem fins lucrativos, as secretarias municipais e estaduais de educação e os movimentos sociais e sindicais representativos do público beneficiário.

As entidades parceiras são executoras do programa, compreendendo as universidades federais, estaduais e municipais; os institutos federais de educação profissional e tecnológica (Ifets) e as escolas técnicas federais, estaduais e municipais; as escolas da família agrícola; as casas familiares rurais; os institutos de educação privados sem fins lucrativos; e as universidades, as faculdades e os centros de ensino privados sem fins lucrativos em articulação com os movimentos sociais e sindicais do campo. Essas entidades parceiras organizam os projetos de escolarização, nos níveis e modalidades ofertados pelo programa, a partir das demandas dos movimentos sociais e sindicais do campo. Esses projetos são apresentados e apreciados pela Comissão Pedagógica Nacional e pelos setores administrativos financeiros do Incra, atendendo às determinações legais do programa e dos marcos normativos que devem presidir à sua execução. Esses processos geram uma intensa mobilização social desde a sua proposição até a sua finalização, por envolverem diversas instâncias e momentos de articulação e formação.

Um dos resultados identificados nesta pesquisa refere-se à garantia do direito à educação assegurada pelo programa a um total de 164.894 educandos. São jovens e adultos envolvidos nos cursos em diversos níveis e modalidades. A maioria destes jovens e adultos jamais teria acesso à educação se o programa não existisse, tendo em vista o quase total abandono em que vivem os sujeitos do campo em relação ao acesso à educação em todos os níveis, especialmente em relação aos ensinos médio e superior.

Vale ressaltar que o Pronera vem desenvolvendo suas ações em sintonia com as orientações regulamentadas pelo Decreto nº 7.352/2010. No que diz respeito à organização e ao funcionamento das turmas, visando garantir o direito à educação escolar, o referido decreto estabelece em seu Art. 7º as seguintes diretrizes:

> I - organização e funcionamento de turmas formadas por alunos de diferentes idades e graus de conhecimento de uma mesma etapa de ensino, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental;
>
> II - oferta de educação básica, sobretudo no ensino médio e nas etapas dos anos finais do ensino fundamental, e de educação superior, de acordo com os princípios da metodologia da pedagogia da alternância; e
>
> III - organização do calendário escolar de acordo com as fases do ciclo produtivo e as condições climáticas de cada região (Brasil, 2010, Art. 7º).

No que se refere à formação de educadores, o Decreto nº 7.352/2010, em seu Art. 5º, orienta que a educação do campo deverá observar os princípios e os objetivos da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, conforme disposto no Decreto nº 6.755/2009, e será orientada, no que couber, pelas diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Para cumprimento da formação dos educadores à qual se refere o decreto, foram adotadas metodologias de educação em regime de alternância, visando garantir a adequada formação de profissionais para a educação do campo, de forma concomitante com sua atuação profissional. Por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão, são utilizadas metodologias adequadas, inclusive a pedagogia da alternância, sem prejuízo de outras que atendam às especificidades da educação do campo.

Ao longo desse período, a formação dos educadores no Pronera assumiu duas importantes dimensões. A primeira refere-se à contribuição para a formação dos educadores que vão atuar nos assentamentos e acampamentos da reforma agrária. Essa dimensão denota que o programa não somente possibilitou o acesso à formação dos próprios educadores, mas ainda criou condições especiais para que estes educadores ampliassem o direito à educação para milhares de jovens e adultos no seu próprio lugar de vida e moradia.

A segunda dimensão refere-se à própria formação por dentro do programa, ou seja, à capacidade de ampliação da escolarização em diversos níveis pelos próprios educadores. O Pronera contribuiu direta e indiretamente para assegurar o direto ao acesso à educação em diversos níveis, não somente nos níveis mais elementares da formação dos educadores, condição necessária para a qualidade social e política que se busca dar à educação brasileira.

As ações de formação de educadores a partir dos projetos do Pronera representam uma importante contribuição para garantir o acesso a uma formação inicial por parte dos educadores que atuam nas escolas de assentamentos e acampamentos. As experiências e os projetos identificados na II Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (II Pnera) apresentam não somente a capacidade de articulação e mobilização social em torno das demandas da formação de educadores, mas também, e em especial, a ampliação das possibilidades de cursos de formação inicial de níveis médio e superior.

Na formação de nível médio normal, pode-se identificar quão grande ainda é a necessidade de garantir processos formativos que assegurem aos educadores do campo a possibilidade de uma formação para atuação no magistério. Em muitos municípios, os cursos realizados pelo Pronera constituem a única oportunidade de formação para atuar nas escolas do campo, com uma formação adequada à realidade dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária.

No entanto, vale afirmar que tais conquistas não ocorrem sem enfretamentos políticos e jurídicos. Durante toda sua existência, o programa enfrentou e ainda enfrenta diversos desafios para sua consolidação. Esse processo tem ocorrido em diversos níveis. Exemplo disso é a ação do Tribunal de Contas da União (TCU), que, em seu Acórdão nº 2.653/2008, impediu o Pronera de realizar parcerias com instituições educacionais sem fins lucrativos e efetuar pagamento de bolsas para professores das instituições federais de ensino que atuavam no programa. Esta ação impactou diretamente no atendimento e na garantia do direito à educação para milhares de jovens e adultos no campo.

A formação dos sujeitos envolvidos no programa busca promover uma relação teoria-prática que articule o conhecimento da vida com o conhecimento científico. Busca construir uma práxis pedagógica em que o conhecimento esteja a serviço da transformação do campo. Busca, em suma, construir uma identidade de camponês que luta para permanecer no campo, conforme observa Souza[2]:

> O que é buscar solução na práxis? É o que fazem as universidades que ousam e lutam (internamente) pela organização de cursos para beneficiários da reforma agrária. Há um conjunto de professores lutadores no templo universitário, e, de fato, é preciso ter "muita garra" para não desistir no meio do caminho. São muitos os enfrentamentos internos e externos que sofrem todos os que se envolvem em processos que buscam transformação social, em especial com as questões que direta ou indiretamente dizem respeito à reforma agrária e à propriedade.

Iniciado a partir de 2009, com a Lei nº 11.947, o processo de institucionalização do Pronera conferiu-lhe condições que asseguraram a continuidade e a ampliação de suas ações. O Art. 33 daquela lei estabelece, nos seguintes termos, essa institucionalidade: "fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), a ser implantado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)".

O parágrafo único do mesmo dispositivo afirma, ainda, que cabe ao Poder Executivo dispor sobre as normas de funcionamento, execução e gestão do programa: "Reforma Agrária – Pronera, executado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), nos termos do Art. 33 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, integra a política de educação do campo".

Em 2010, com a aprovação do Decreto nº 7.352/2010, regulamentaram-se os objetivos, os beneficiários e as formas de celebração de contratos e convênios, inclusive com instituições educacionais sem fins lucrativos, para assegurar à população do campo o direito à educação. Os objetivos do Pronera encontram-se assim definidos no Art. 12 desse decreto:

> I - oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em todos os níveis de ensino;
>
> II - melhorar as condições do acesso à educação do público do PNRA; e
>
> III - proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos.

No mesmo decreto, o Art. 13 lista, como beneficiários potenciais do programa, os seguintes grupos:

> I - população jovem e adulta das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo Incra e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNFC), de que trata o § 1º do Art. 1º do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008;
>
> II - alunos de cursos de especialização promovidos pelo Incra;

2. SOUZA, Maria Antônia de. *Análise crítica das decisões do Judiciário sobre a educação superior para beneficiários da reforma agrária.* Dissertação de mestrado – Universidade Tuiuti do Paraná (Curitiba, 2012, p. 104).

III - professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias; e

IV - demais famílias cadastradas pelo Incra.

Sendo sua atuação centrada no apoio a projetos nas seguintes áreas, conforme definido no Art. 14:

I - alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental;

II - formação profissional conjugada com o ensino de nível médio, por meio de cursos de educação profissional de nível técnico, superior e pós-graduação em diferentes áreas do conhecimento;

III - capacitação e escolaridade de educadores;

IV - formação continuada e escolarização de professores de nível médio, na modalidade normal, ou em nível superior, por meio de licenciaturas e de cursos de pós-graduação;

V - produção, edição e organização de materiais didáticos pedagógicos necessários à execução do Pronera; e

VI - realização de estudos e pesquisas e promoção de seminários, debates e outras atividades com o objetivo de subsidiar e fortalecer as atividades do Pronera.

No parágrafo único do seu Art. 14, o decreto estabelece ainda a forma de execução do programa através de parcerias com instituições de ensino, estando o Incra autorizado a:

celebrar contratos, convênios, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres com instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos e demais órgãos e entidades públicas para execução de projetos no âmbito do Pronera.

Para isso, o programa poderá prever a aplicação de recursos para o custeio das atividades necessárias à sua execução, conforme norma a ser expedida pelo Incra, nos termos do Art. 15 do Decreto nº 7.352/2010.

Em seu Art. 16, o decreto define que a gestão nacional do programa será coordenada pelo Incra, que tem as seguintes atribuições:

I - coordenar e supervisionar os projetos executados no âmbito do Programa;

II - definir procedimentos e produzir manuais técnicos para as atividades relacionadas ao programa, aprovando-os em atos próprios no âmbito de sua competência ou propondo atos normativos da competência do ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; e

III - coordenar a Comissão Pedagógica Nacional de que trata o Art. 17.

Tal coordenação será apoiada pela Coordenação Pedagógica Nacional, formada por representantes da sociedade civil e do governo federal, com as seguintes finalidades, conforme o citado Art. 17:

I - orientar e definir as ações político pedagógicas;

II - emitir parecer técnico e pedagógico sobre propostas de trabalho e projetos; e

> III - acompanhar e avaliar os cursos implementados no âmbito do Programa.
>
> § 1º A composição e atribuições da Comissão Pedagógica Nacional serão disciplinadas pelo presidente do Incra.
>
> § 2º A Comissão Pedagógica Nacional deverá contar com a participação de representantes, entre outros, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério da Educação e do Incra.

Em 2012, mais uma importante conquista foi assegurada pelo programa: a aprovação do Art. 33 da Lei nº 12.695, que autoriza o Poder Executivo a conceder bolsas aos professores das redes públicas de educação e a estudantes beneficiários do Pronera, nos seguintes termos:

> §1º Os professores das redes públicas de educação poderão perceber bolsas pela participação nas atividades do Pronera, desde que não haja prejuízo à sua carga horária regular e ao atendimento do plano de metas de cada instituição com o seu mantenedor, se for o caso.
>
> §2º Os valores e os critérios para concessão e manutenção das bolsas serão fixados pelo Poder Executivo.
>
> §3º As atividades exercidas no âmbito do Pronera não caracterizam vínculo empregatício e os valores recebidos a título de bolsa não incorporam a qualquer efeito, ao vencimento, salário, remuneração ou proventos recebidos.

O Pronera tem se consolidado como uma política pública de educação do campo que, mesmo diante das adversidades, se mantem forte, garantindo o objetivo para o qual foi criado: assegurar aos sujeitos do campo o direito à educação através de um processo de escolarização que amplie cada vez mais as possibilidades de autonomia e cidadania, com permanência no campo, produzindo e reproduzindo a vida com dignidade.

Ao longo dessa trajetória, diversas ações, originárias do Pronera, foram ampliadas. Entre elas, podemos destacar o Programa Residência Agrária, que tem possibilitado a formação de mais de trezentos técnicos para atuarem na assistência técnica, social e ambiental, junto aos assentamentos de reforma agrária e à agricultura familiar. São 35 projetos, em nível de especialização, desenvolvidos, em parceira com o Incra, por instituições de ensino superior e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para incentivo à pesquisa no Brasil. Tais projetos têm contribuído de forma efetiva para a ampliação da pesquisa e da extensão na educação superior com foco na educação do campo.

Por fim, vale destacar a iniciativa do CNPq, do Incra e da Secretaria Nacional da Juventude de lançar a chamada pública para apresentação de projetos de formação de jovens que estão cursando ou já cursaram o ensino médio, com vistas a ampliar o processo de formação e qualificação profissional através do ensino e pesquisa. Todo o processo está sendo desenvolvido em articulação com instituições de ensino superior. Dos 188 projetos apresentados, foram aprovados 34, que serão desenvolvidos em 2015 e 2016, proporcionando uma alternativa de formação e inserção da juventude no campo, com oportunidades de ampliar seus estudos e formação.

O Pronera é uma política dinâmica, que envolve uma diversidade de instituições e organizações, cujo objetivo é proporcionar melhores condições de vida no campo, tendo a

educação como mola mestra. Assim, os processos vão se constituindo de vitórias, entraves e desafios, que possibilitam ampliar o debate sobre a educação do campo, e, em especial, ampliar direitos, alimentar sonhos e manter a esperança de que o campo seja sempre o lugar de vida, de sujeitos, de histórias e de identidades respeitadas para todos que nele querem e precisam viver.

2 METODOLOGIA DO DATAPRONERA

Um dos objetivos da II PNERA foi criar um banco de dados permanente sobre as ações do Pronera, por meio da realização de um censo dos cursos promovidos pelo programa e concluídos entre 1º de janeiro de 1998 e 31 de dezembro de 2011, com a coleta, a sistematização, a análise e a divulgação dos dados. Ao mesmo tempo, buscando proporcionar análises em diversos níveis e escalas da situação das escolas do campo, organizou-se também uma sistematização de dados do *Censo Escola*. A pesquisa foi necessária porque não existia um banco de dados que agregasse todas as informações sobre os cursos do Pronera. Essas informações estavam dispersas nas Superintendências Regionais (SRs) do Incra, nas instituições de ensino que promoveram os cursos e nos registros dos parceiros que atuaram nos cursos e das organizações que os demandaram. Havia várias afirmações desencontradas sobre o trabalho do Pronera, mas sem uma pesquisa que atestasse os dados afirmados. Com a pesquisa, foi possível resgatar a quase totalidade dos dados, armazenando todas as informações levantadas no banco de dados DataPronera. Desenvolvido especialmente para a II PNERA, esse banco contém dados correspondentes ao período de referência de quatorze anos e será abastecido constantemente com as informações dos cursos concluídos após 31 de novembro de 2011, constituindo um arquivo útil para o gerenciamento do programa e para pesquisas sobre suas ações. O DataPronera será, ao mesmo tempo, uma ferramenta de pesquisa e uma ferramenta de gestão.

Para a realização do censo, foram contratados trinta pesquisadores estaduais, os quais coordenaram o processo de coleta, verificação e validação dos dados nos estados. Esses pesquisadores contaram com equipes locais de auxiliares de pesquisa que coletaram e digitaram as informações no DataPronera. A pesquisa foi coordenada por seis pesquisadores nacionais.

2.1 Etapas da pesquisa

A pesquisa do DataPronera foi realizada em quatro etapas: *i*) preparatória; *ii*) pesquisa-teste; *iii*) levantamento e lançamento dos dados no DataPronera; *iv*) revisão final e sistematização dos dados. Com o prosseguimento da pesquisa, novas etapas terão início para o preenchimento contínuo dos dados dos cursos concluídos a partir de 1º de janeiro de 2012.

2.1.1 Primeira etapa – preparatória

O passo inicial da etapa preparatória foi realizar um primeiro levantamento junto às SRs do Incra sobre o número de cursos promovidos pelo Pronera e o número de educandos que participaram dos cursos. Este levantamento foi realizado para que a pesquisa pudesse ser dimensionada em termos de recursos e equipe de pesquisa. O resultado indicou 238 cursos

e 125.600 educandos do Pronera. Após esse levantamento foram realizadas reuniões com os membros da Comissão Nacional do Pronera e os pesquisadores estaduais selecionados para coordenar a pesquisa nos estados. Nas reuniões foram construídos conjuntamente os procedimentos da pesquisa e as questões que deveriam fazer parte dos formulários do DataPronera.

Definidos os procedimentos de pesquisa e os formulários, passou-se à elaboração do DataPronera. O banco de dados permitiu que os auxiliares de pesquisa preenchessem os formulários do sistema *on-line* mediante fornecimento de senha. Todas as informações preenchidas pelos auxiliares de pesquisa foram posteriormente avaliadas pelos pesquisadores estaduais e, após a sua validação, consolidadas em definitivo no banco de dados.

2.1.2 Segunda etapa – pesquisa-teste

Nessa etapa, realizada em setembro de 2012, cada pesquisador estadual escolheu um curso do Pronera para levantar e inserir as informações no DataPronera. O objetivo foi testar a eficiência dos formulários, dos procedimentos de pesquisa (onde buscar informações, com quem buscar as informações, etc.) e do funcionamento do banco. Após a conclusão da pesquisa-teste, foi realizada uma nova reunião entre os pesquisadores estaduais e a coordenação nacional para discussão dos problemas encontrados. Nesse tempo, o DataPronera passou por alterações na estrutura dos formulários para que problemas de acesso e inserção dos dados fossem corrigidos. Durante a pesquisa-teste, foram encontrados mais cursos, de forma que ao final desta segunda etapa esperava-se o cadastramento de 283 cursos na terceira etapa.

2.1.3 Terceira etapa – levantamento de dados e abastecimento do DataPronera

Após definidos os procedimentos de pesquisa e ajustados os formulários, a pesquisa de todos os cursos foi iniciada. Esta terceira etapa foi realizada entre outubro de 2012 e julho de 2013. Ao final da segunda etapa (pesquisa-teste), haviam sido detectados 283 cursos, mas a pesquisa documental e pessoal nas SRs do Incra, nas universidades, junto aos parceiros e organizações demandantes, alcançou 320 cursos promovidos pelo Pronera entre 1998 e 2011. Durante todo esse processo, os pesquisadores estaduais interagiram com a coordenação nacional da pesquisa para sanar dúvidas, resolver questões técnicas e receber orientações. A equipe da coordenação nacional, juntamente com os auxiliares de pesquisa ligados a essa coordenação, procedeu a verificações constantes dos dados inseridos no DataPronera, solicitando alterações e revisões quando necessário.

2.1.4 Quarta etapa – revisão final e sistematização dos dados

A etapa final da pesquisa ocorreu após os pesquisadores terem inserido todos os dados no sistema, que foi fechado para que a equipe da coordenação nacional pudesse fazer uma avaliação do conjunto. Nessa etapa, foram corrigidos problemas de digitação e padronização de informações – fixando, por exemplo, a grafia oficial do nome das instituições de ensino e das organizações demandantes. Para a avaliação dos dados, a equipe da coordenação nacional teve acesso ao relatório de todos os pesquisadores estaduais, nos quais constavam uma descrição das dificuldades encontradas e uma justificativa da ausência das informações

não encontradas. Quando os problemas detectados na revisão não podiam ser esclarecidos a partir do relatório, os pesquisadores nacionais eram contatados para prestar esclarecimentos. Com o banco de dados consolidado, passou-se a sistematizar os dados em forma de tabelas, gráficos e mapas, muitos dos quais constam neste relatório. Todos os mapas foram elaborados com o programa de cartomática Philcarto.

2.1.5 Quinta etapa (permanente) – atualização constante dos dados do DataPronera

A quinta etapa da pesquisa é permanente. Ela consiste na inserção dos dados dos cursos do Pronera concluídos a partir de 1º de janeiro de 2012, e na inserção constante de dados dos cursos atuais e futuros no DataPronera, na medida em que forem sendo concluídos. Esta tarefa será realizada pelas SRs do Incra.

2.2 A natureza da pesquisa e dos dados

Cabe fazer uma importante observação sobre os dados da II PNERA. Dada a dispersão das informações sobre os cursos do Pronera entre as instituições e as organizações participantes, e dado o fato de que alguns desses cursos já haviam sido concluídos há mais de dez anos, é possível que nem todos os cursos promovidos pelo programa tenham sido resgatados na pesquisa. Além disso, para quase todos os cursos, houve ausência de alguma informação. Isso quer dizer que a dimensão (número de cursos, número de educandos etc.) dos cursos realizados pelo Pronera entre 1998 e 2011 é, no mínimo, a apresentada nesta publicação. Fato é que a pesquisa conseguiu reunir a maior parte das informações sobre a maioria dos cursos realizados pelo Pronera.

A pesquisa foi estruturada em nove formulários (apêndice 1), conforme a lista abaixo:

1. Responsáveis pela pesquisa;
2. Caracterização do curso;
3. Caracterização do(a) professor(a)/educador(a);
4. Caracterização do(a) educando(a);
5. Caracterização da instituição de ensino;
6. Caracterização da organização demandante;
7. Caracterização do parceiro;
8. Caracterização da produção bibliográfica/artística/tecnológica do Pronera;
9. Caracterização da produção bibliográfica/artística/tecnológica sobre o Pronera.

Oito dos nove formulários são relativos aos cursos do Pronera; o nono formulário é específico para produções (científicas/artísticas/tecnológicas) sobre o Pronera, que não estão necessariamente associadas a um curso. Cada um dos oito primeiros formulários foi aplicado aos 320 cursos. A tabela 2.1 apresenta a consistência de preenchimento dos formulários e dos seus campos. Na última coluna, relativa à informação sobre o preenchimento, é possível ver que o preenchimento total dos campos é bastante elevado, uma média de 81%, que corresponde à porcentagem de informações encontradas. Essa é a consistência de alcance da pesquisa nos cursos levantados.

TABELA 2.1
Consistência do preenchimento dos formulários

Formulário	Total de formulários preenchidos	Total de campos nos formulários preenchidos	Não informados		Não encontrado		Não se aplica		Preenchido	
Caracterização do curso	320	8.640	756 / 8.640	8,75%	267 / 8.640	3,09%	283 / 8.640	3,28%	7.334 / 8.640	84,88%
Professores(as)/ educadores(as)	13.276	53.104	4.698 / 53.104	8,85%	358 / 53.104	0,67%	0 / 53.104	0,00%	45.961 / 53.104	86,55%
Educandos(as)	96.428	674.996	138.490 / 674.996	20,52%	34.110 / 674.996	5,05%	0 / 674.996	0,00%	502.396 / 674.996	74,43%
Instituições de ensino	320	5.120	0 / 5.120	0,00%	718 / 5.120	14,02%	0 / 5.120	0,00%	4.402 / 5.120	85,98%
Organizações demandantes	525	4.725	803 / 4.725	16,99%	468 / 4.725	9,90%	160 / 4.725	3,39%	3.294 / 4.725	69,71%
Parceiros	575	8.050	2 / 8.050	0,02%	1.209 / 8.050	15,02%	0 / 8.050	0,00%	6.839 / 8.050	84,96%

Fonte: II PNERA.

Sobre os formulários, é necessário esclarecer a natureza de alguns campos pesquisados:

1. Responsáveis pela pesquisa

Trata-se da identificação dos pesquisadores e das fontes de informações. As informações da pesquisa foram obtidas principalmente junto aos asseguradores dos cursos nas SRs do Incra, aos coordenadores dos cursos nas instituições de ensino superior que os ofereceram, às secretarias estaduais e municipais de educação, aos parceiros que atuaram nos cursos e às organizações que demandaram e participaram dos cursos.

2. Caracterização do curso

O formulário 2 trata da caracterização do curso. É necessário ressaltar a natureza dos seguintes campos:

a) Modalidade do curso: os cursos foram classificados nas seguintes modalidades: EJA alfabetização; EJA anos iniciais; EJA anos finais; EJA nível médio (magistério/formal); EJA nível médio (normal); nível médio/técnico (concomitante); nível médio/técnico (integrado); nível médio profissional (pós-médio/subsequente); graduação; especialização; residência agrária; mestrado; doutorado e outros (este último campo de preenchimento foi deixado para o caso de ser encontrada alguma nova modalidade, mas não chegou a ser utilizado). No processo de sistematização dos dados, essas categorias foram agrupadas em três níveis, apresentados neste relatório da seguinte maneira: EJA fundamental (modalidades alfabetização, EJA anos iniciais e EJA anos finais); nível médio (modalidades EJA nível médio [magistério/formal], EJA nível médio, nível médio/técnico-concomitante, nível médio/técnico-integrado, nível médio profissional-pós-médio); nível superior (modalidades graduação, especialização e residência agrária).

b) Período de realização do curso: para essa informação há dois campos: *i*) período previsto para a realização do curso; e *ii*) período em que o curso foi de fato realizado. Isso porque alguns cursos encontraram dificuldades em executar a data prevista de início ou de conclusão, havendo alterações e adaptações em relação aos planos iniciais dos processos burocráticos;

c) Alunos ingressantes e alunos concluintes: o levantamento dessa informação não necessariamente incluiu uma lista com os nomes e dados pessoais dos alunos, bastando apenas que se verificasse a existência de algum registro nos processos sobre o número de alunos ingressantes e/ou de alunos concluintes. É necessário ressaltar que em alguns casos essa informação não foi encontrada, não havendo dados disponíveis sobre "alunos ingressantes" para 13 dos 320 cursos e sobre "alunos concluintes" para 43 cursos deste mesmo total. A taxa de evasão só pode ser estimada considerando-se os cursos em que ambos os campos (alunos ingressantes e alunos concluintes) tenham sido preenchidos, sendo esse o procedimento utilizado no presente relatório;

d) Município(s) onde foram realizados os cursos: como um mesmo curso pode ter turmas/ser realizado em mais de um município, esse campo permitiu múltiplas inserções. Por isso, os dados totais da pesquisa mostram que os 320 cursos do Pronera ocorreram em 880 municípios brasileiros.

3. Caracterização do(a) professor(a)/educador(a)

Os professores foram cadastrados com a informação do seu nome, sexo, disciplinas ministradas no curso e grau de escolaridade. Professores podem ter atuado em vários cursos do Pronera e, como não foram cadastrados mediante um identificador único e exclusivo (CPF, por exemplo), são contados mais de uma vez nos dados totais da PNERA se tiverem atuado em mais de um curso.

4. Caracterização do(a) educando(a)

Os educandos foram cadastrados com nome, sexo, idade ao ingressar no curso, nome do território de origem (assentamento, acampamento, comunidade, comunidade ribeirinha, quilombola, Flona, Resex e outros) e o município do território de origem. Os educandos, como os professores, também não foram cadastrados com um identificador único e exclusivo, de modo que não é possível obter o número de indivíduos que fizeram cursos do Pronera, mas apenas o número de educandos matriculados. Um mesmo educando pode ter feito vários cursos ao longo da sua formação. É importante destacar que o número de educandos cadastrados (no formulário 4) é diferente do número de educandos ingressantes e de educandos concluintes (no formulário 2). Os alunos foram cadastrados no formulário 4 sempre que se encontravam nos arquivos fichas de cadastro ou listas com pelo menos o nome dos educandos; para o formulário 2, bastava haver a informação quantitativa sobre educandos ingressantes e/ou educandos concluintes.

5. Caracterização da instituição de ensino

As instituições de ensino que promoveram cursos do Pronera foram cadastradas segundo o nome, dados de endereço e natureza (pública municipal, pública estadual, pública federal e privada sem fins lucrativos).

6. Caracterização das organizações demandantes

Um mesmo curso pode ter sido demandado por várias organizações, e uma organização pode ter atuado na demanda de vários cursos. Por isso, uma mesma organização demandante pode, em algumas formas de organização dos dados da pesquisa, ser contada repetidas vezes, já que atuou em vários cursos. Foi possível cadastrar várias organizações demandantes

dentro de um mesmo curso. Nesse campo também foram inseridos os nomes de membros das organizações demandantes, informando-se, ainda, se tais membros haviam estudado em algum curso do Pronera.

7. Caracterização dos parceiros

Os parceiros foram cadastrados segundo sua natureza (movimento social/sindical, secretaria municipal de educação, secretaria estadual de educação, instituto federal, escolas técnicas estaduais, redes CEFFAS, fundação e outras) e a função da parceria (realização do curso, certificação, gestão orçamentária e outros). Assim como as organizações demandantes, um mesmo parceiro pode ter atuado em vários cursos e um mesmo curso pode ter tido vários parceiros na sua realização. Por isso, uma mesma organização demandante pode, em algumas formas de organização dos dados da pesquisa, ser contada repetidas vezes, já que atuou em vários cursos.

8. Produção bibliográfica/artística/tecnológica do Pronera

No formulário 8 foram levantadas informações sobre as produções realizadas em cursos do Pronera por alunos e professores. São produções decorrentes dos cursos do Pronera. Ele está dividido em cinco categorias de produção: *i*) geral (vídeo, cartilha/apostila, texto, música, caderno e outros); *ii*) trabalho de educandos elaborado durante o curso; *iii*) artigo; *iv*) memória; e *v*) livro.

9. Produção bibliográfica sobre o Pronera

Diferentemente dos outros formulários, o formulário 9 não está ligado a nenhum curso do Pronera. Trata-se de um formulário destinado a levantar informações de obras bibliográficas sobre o Pronera. Essas produções são gerais e não provenientes de cursos do Pronera, podendo ter sido realizadas por pessoas sem nenhuma ligação com o programa. O objetivo foi constituir um banco de dados com bibliografia do programa em todo o Brasil. As produções levantadas foram: trabalho de conclusão de curso, livro, capítulo de livro, artigo, vídeo/documentário, periódico e evento.

2.3 Desenvolvimento do DataPronera

O desenvolvimento do DataPronera foi baseado em *softwares* livres, sendo utilizados na sua implementação a linguagem de programação PHP 5.0 e o *framework* Codeigniter. O sistema gerenciador de banco de dados MySQL 5.0 foi adotado para criação e gerenciamento da base DataPronera.

Durante o processo de desenvolvimento do sistema, foram utilizadas as melhores práticas atuais de desenvolvimento de *software*, apoiadas em técnicas para projetos que precisam de flexibilidade no desenvolvimento. Para o desenvolvimento do projeto proposto, as atividades foram desempenhadas e distribuídas nas seguintes fases:

1. *Análise dos requisitos*

   Levantamento dos requisitos funcionais e não funcionais do sistema. O processo envolve conhecer as dimensões e informações a serem consideradas nos formulários, abrangendo o levantamento histórico dos cursos/projetos realizados; professores e

disciplinas lecionadas; educandos; instituições de ensino; organizações demandantes; parceiros envolvidos; produção bibliográfica/artística/tecnológica do programa; e produção bibliográfica sobre o programa.

2. *Projeto de banco de dados*

   Criação do esquema conceitual – Modelo Entidade-Relacionamento e Mapeamento para o banco de dados MySQL – e definição das tabelas e restrições de integridade, a partir do levantamento realizado na fase 1.

3. *Implementação – etapa 1*

   Implementação das interfaces de acesso ao sistema e dos cadastros essenciais para a realização da pesquisa piloto, com base nos requisitos definidos e na solução técnica mais apropriada.

4. *Implantação e testes – etapa 1*

   Processo de implantação da etapa 1 desenvolvida, verificando se o sistema está em conformidade com sua especificação e atende às reais necessidades.

5. *Implementação – etapa 2*

   Implementação das funcionalidades no sistema para realização de consultas ao banco de dados e relatórios. Gerenciamento do controle de acesso ao sistema por usuários externos.

6. *Implantação e testes – etapa 2*

   Processo de implantação da etapa 2 desenvolvida, verificando se o sistema está em conformidade com sua especificação e atende às reais necessidades.

7. *Documentação*

   Elaboração da descrição funcional do sistema, detalhamento de seu modo de instalação e configuração; indicação das facilidades do sistema e de sua utilização; definição das mensagens de erro geradas pelo sistema e dos detalhes da especificação.

Para este conjunto de procedimentos, foram reunidos pesquisadores de várias áreas do conhecimento, que atuaram em um coletivo com técnicos, militantes e outros colaboradores que contribuíram para a efetivação da pesquisa.

3 DADOS DA II PNERA

3.1 Caracterização dos cursos do Pronera

No período de 1998 a 2011, foram realizados 320 cursos do Pronera por meio de 82 instituições de ensino em todo o país, sendo 167 de EJA fundamental, 99 de nível médio e 54 de nível superior. No apêndice 2 constam os cursos e as instituições. Na tabela 3.1.1, pode-se observar o número de cursos por SR e nível.

TABELA 3.1.1
Número de cursos por nível e superintendência do Incra (1998-2011)

Número da Superintendência do Incra	Nome da Superintendência do Incra	EJA fundamental	Ensino médio	Ensino superior	**Total**
SR-14	Acre	7	1	2	**10**
SR-22	Alagoas	2	2	0	**4**
SR-21	Amapá	6	0	0	**6**
SR-15	Amazonas	5	0	1	**6**
SR-05	Bahia	13	8	2	**23**
SR-02	Ceará	8	2	2	**12**
SR-28	Distrito Federal e Entorno	2	2	1	**5**
SR-20	Espírito Santo	4	1	3	**8**
SR-04	Goiás	1	0	1	**2**
SR-12	Maranhão	14	6	0	**20**
SR-13	Mato Grosso	2	1	3	**6**
SR-16	Mato Grosso do Sul	5	5	0	**10**
SR-06	Minas Gerais	11	2	5	**18**
SR-01	Pará/Belém	3	1	2	**6**
SR-27	Pará/Marabá	4	4	4	**12**
SR-30	Pará/Santarém	13	2	0	**15**
SR-18	Paraíba	5	11	5	**21**
SR-09	Paraná	4	8	5	**17**
SR-03	Pernambuco	5	2	1	**8**
SR-29	Pernambuco/Médio São Francisco	0	3	2	**5**
SR-24	Piauí	5	2	0	**7**
SR-07	Rio de Janeiro	4	0	0	**4**
SR-19	Rio Grande do Norte	1	5	3	**9**
SR-11	Rio Grande do Sul	4	19	4	**27**
SR-17	Rondônia	7	2	1	**10**
SR-25	Roraima	10	2	1	**13**
SR-10	Santa Catarina	6	2	2	**10**
SR-08	São Paulo	3	3	2	**8**
SR-23	Sergipe	1	1	2	**4**
SR-26	Tocantins	12	2	0	**14**
Total	**Brasil**	**167**	**99**	**54**	**320**

Fonte: II PNERA.

Os 320 cursos foram realizados em 880 municípios, em todas as unidades da federação. Muitos desses cursos foram realizados concomitantemente, com uma média nacional de mais de cinco ocorrências por curso, abrangendo 1.753 realizações. A tabela 3.1.2 traz esses dados e mostra, ainda, a abrangência por número de cursos, número de munícipios, número concomitante de cursos e média por UF.

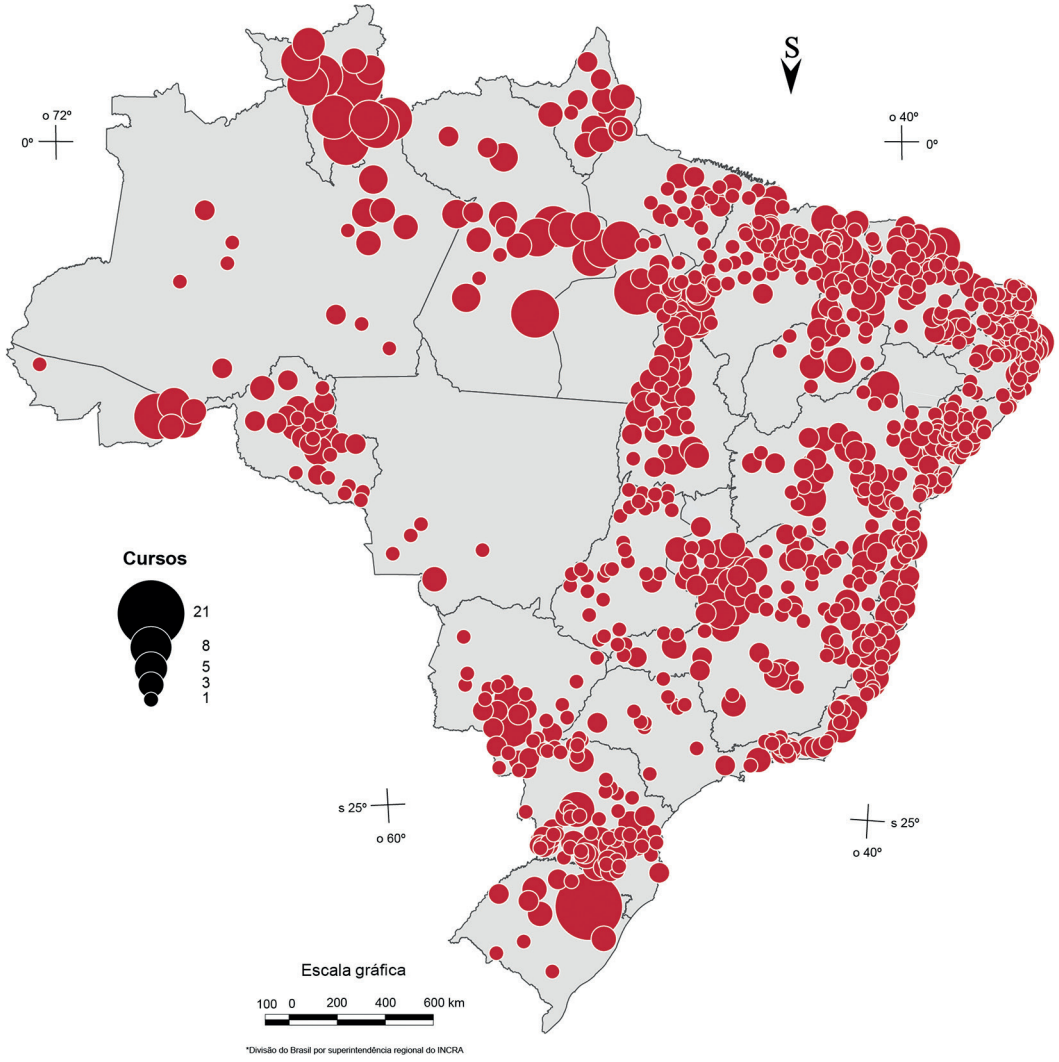
TABELA 3.1.2
Número de cursos e municípios por Unidades da Federação (UF)

UF	Número de cursos concomitantes	Número de municípios	Número de cursos	Média de cursos concomitantes
Acre	28	6	10	2,8
Alagoas	7	7	4	1,8
Amazonas	33	15	6	5,5
Amapá	33	13	6	5,5
Bahia	190	114	23	8,3
Ceará	81	45	12	6,8
Distrito Federal	1	1	1	1,0
Espirito Santo	59	28	8	7,4
Goiás	47	39	2	23,5
Maranhão	78	52	20	3,9
Minas Gerais	143	73	22	6,5
Mato Grosso do Sul	50	30	10	5,0
Mato Grosso	7	5	6	1,2
Pará	140	50	33	4,2
Paraíba	139	64	21	6,6
Pernambuco	27	16	13	2,1
Piauí	115	49	7	16,4
Paraná	43	31	17	2,5
Rio de Janeiro	37	22	4	9,3
Rio Grande do Norte	44	32	9	4,9
Rondônia	58	31	10	5,8
Roraima	91	12	13	7,0
Rio Grande do Sul	40	11	27	1,5
Santa Catarina	99	47	10	9,9
Sergipe	30	27	4	7,5
São Paulo	16	14	8	2,0
Tocantis	117	46	14	8,4
Brasil	1.753	880	320	5,5

Fonte: II PNERA.

No mapa 3.1.1, pode-se visualizar os cursos do Pronera em escala municipal, em todos os estados da federação, confirmando sua abrangência nacional. Na prancha 3.1.1 visualiza-se a espacialidade dos cursos por nível em escala municipal.

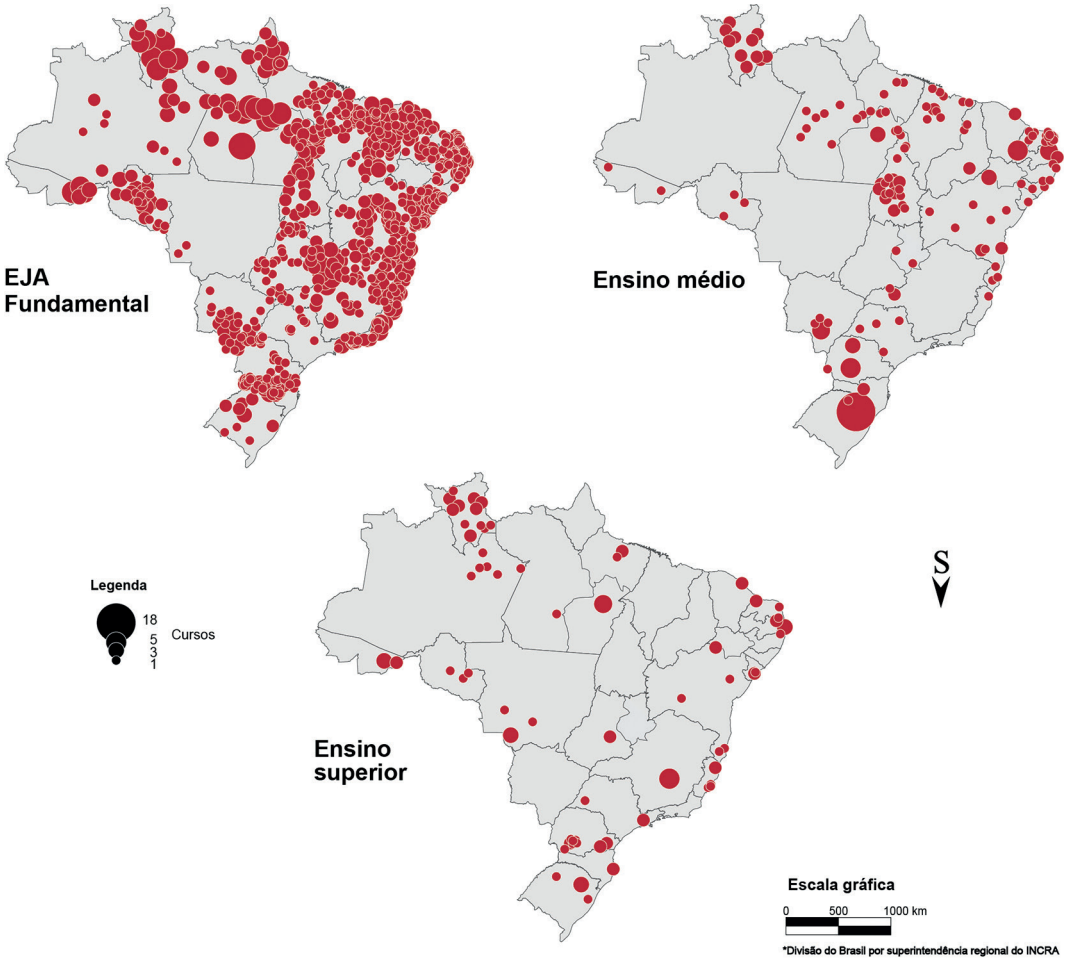
MAPA 3.1.1
Cursos do Pronera por munícipio de realização (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

PRANCHA 3.1.1

Municípios de realização dos cursos do Pronera por nível (1998-2011)



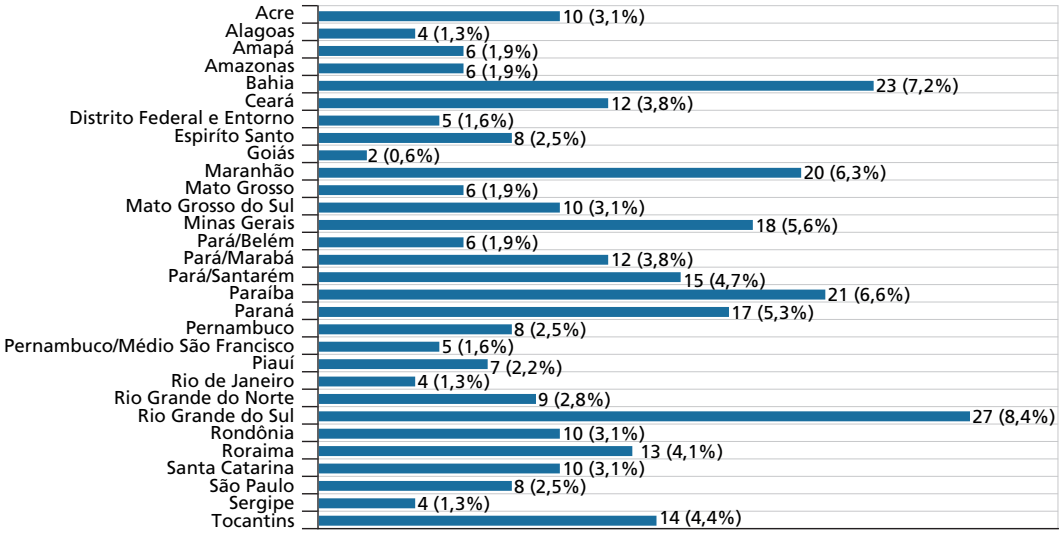
Fonte: II PNERA.

No gráfico 3.1.1 são apresentados os números de cursos por superintendência do Incra, com destaque para as SRs do Pará (33 cursos), do Rio Grande do Sul (27 cursos), da Bahia (23 cursos), da Paraíba (21 cursos) e do Maranhão (20 cursos).

No gráfico 3.1.2 consta a distribuição dos cursos segundo as modalidades. A maior parte dos cursos compreendeu a alfabetização e escolarização dos anos iniciais do ensino fundamental. No nível médio, destacam-se as modalidades técnico concomitante e técnico integrado. No ensino superior, a graduação aparece com 42 cursos e a pós-graduação com doze nas modalidades especialização e residência agrária. Os dados totais e relativos por nível estão representados no gráfico 3.1.3.

GRÁFICO 3.1.1

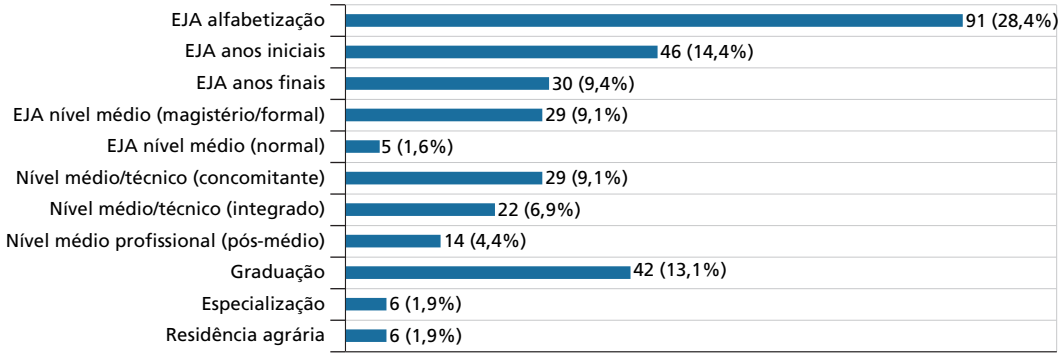
Cursos do Pronera realizados por superintendência do Incra (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

GRÁFICO 3.1.2

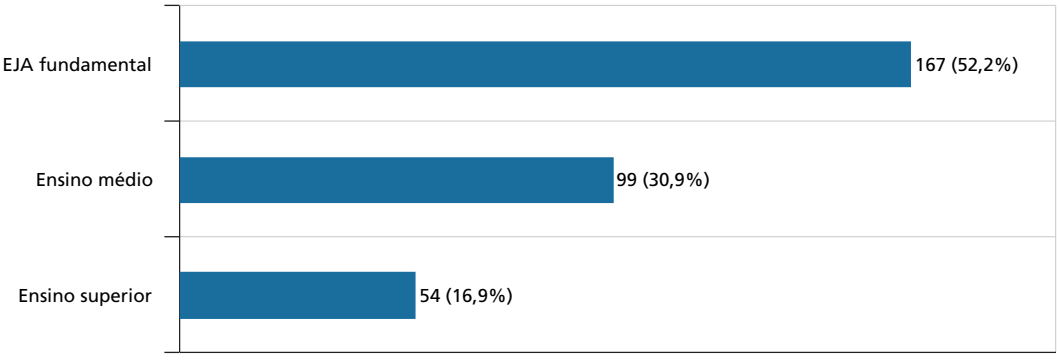
Cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

GRÁFICO 3.1.3

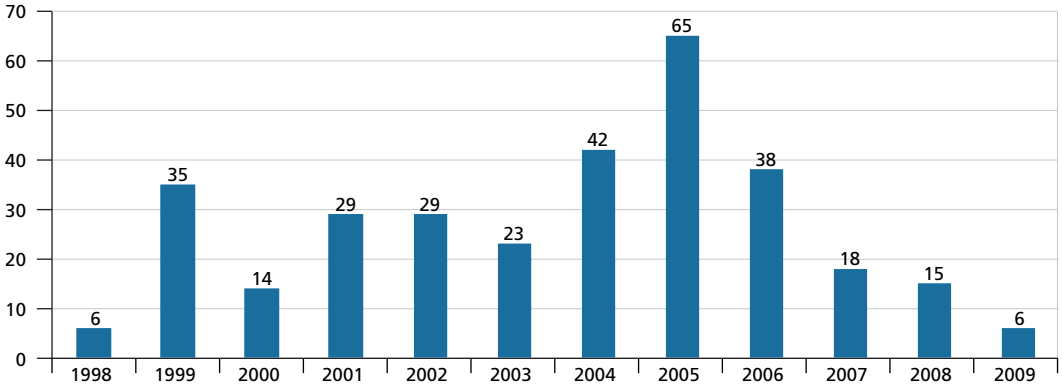
Cursos do Pronera por nível (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

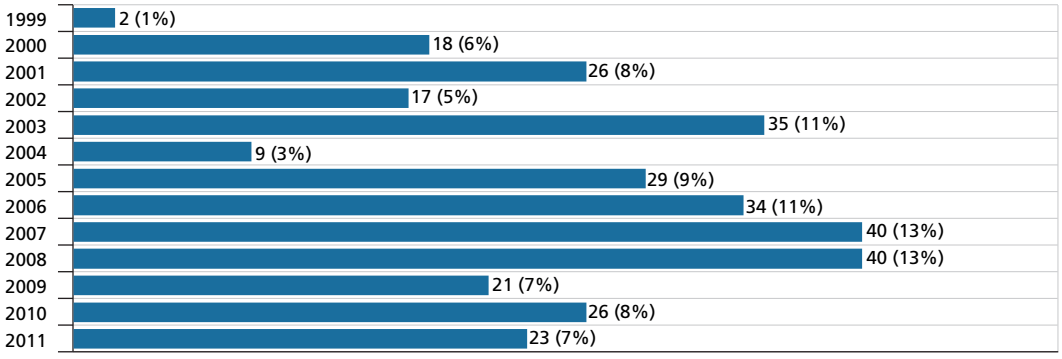
O gráfico 3.1.4 mostra os anos de início dos 320 cursos do Pronera. Observa-se que, em 1998 e em 2009 – respectivamente, o primeiro ano do programa e o último ano de início dos cursos pesquisados –, foram implantados seis cursos. Para 1998, ano inaugural do programa, é compreensível que apenas seis cursos tenham sido iniciados, mas a explicação para esse reduzido número de cursos em 2009 remete às ações do Tribunal de Contas da União (TCU) que impossibilitaram o Pronera de implementar novos cursos, como foi citado no capítulo 1 deste relatório. O período de 1999 a 2007, com destaque para 2005, teve média de trinta cursos por ano, iniciando mais de dois cursos por mês. No gráfico 3.1.5, encontram-se os números relativos e absolutos por ano de conclusão dos cursos.

GRÁFICO 3.1.4
Número de cursos por ano de início (1998-2009)



Fonte: II PNERA.

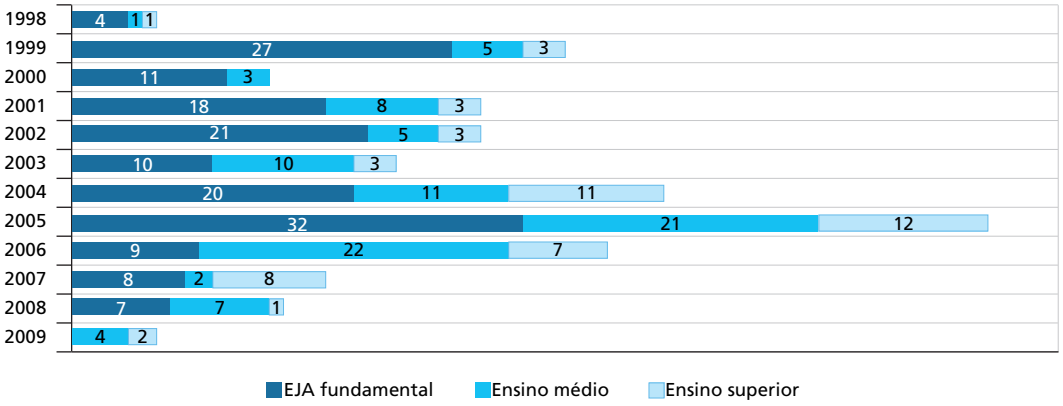
GRÁFICO 3.1.5
Cursos do Pronera por ano de conclusão (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

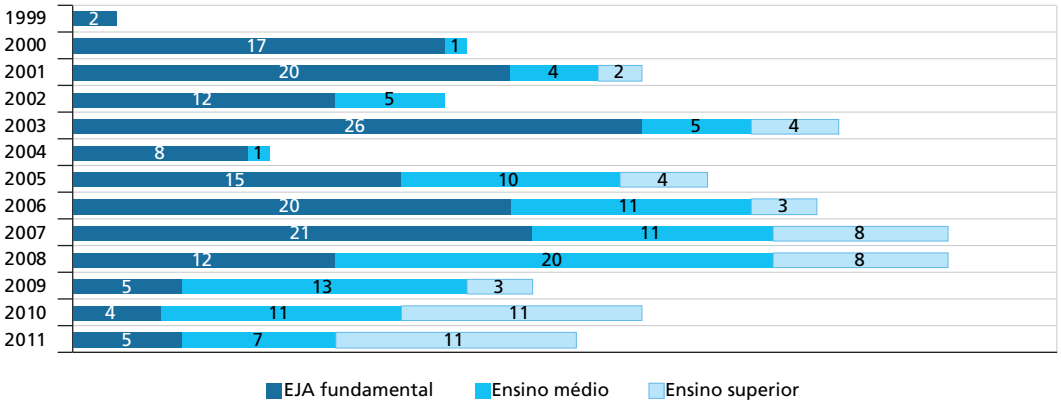
No gráfico 3.1.6, observa-se que o Pronera nasceu provendo cursos nos níveis fundamental, médio e superior, chegando à relação de 50% de cursos do fundamental, 32% do médio e 18% do superior em 2008, quando foi criado o maior número de cursos. O gráfico 3.1.7 ajuda a compreender melhor os anos de conclusão por nível dos cursos.

GRÁFICO 3.1.6
Cursos do Pronera por ano de início e nível



Fonte: II PNERA.

GRÁFICO 3.1.7
Cursos do Pronera por ano de conclusão e nível



Fonte: II PNERA.

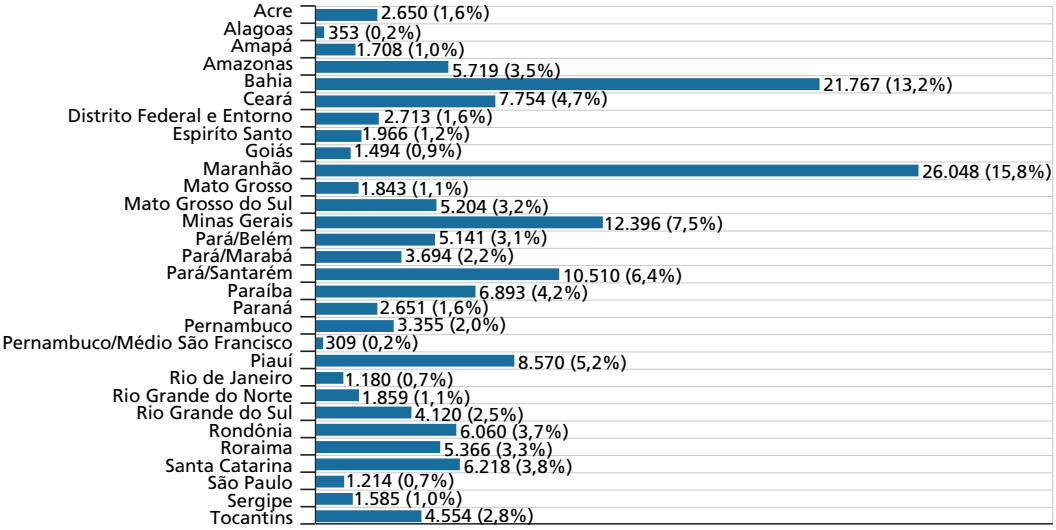
3.2 Caracterização dos educandos que participaram de cursos do Pronera

Este capítulo aborda dados de duas naturezas sobre os educandos do Pronera. A primeira informação refere-se ao número de educandos ingressantes e educandos concluintes dos cursos. Como explicado na metodologia, esses dados foram inseridos no sistema a partir da informação de totais de alunos, não sendo necessário haver lista de nomes ou outras informações pessoais dos alunos. A segunda informação refere-se especificamente aos educandos cadastrados, isto é, aos educandos ingressantes cujas informações pessoais (pelo menos o nome) foram encontradas nos levantamentos documentais realizados pelos pesquisadores e cadastradas no sistema DataPronera. Foram informados 164.894 educandos ingressantes, 82.895 educandos concluintes e cadastrados 96.429 educandos.

Em relação aos educandos ingressantes e concluintes, destacamos as seguintes dimensões para análise e descrição das informações levantadas: quantidade absoluta e relativa por SR, por modalidade de ensino e por nível de ensino. Sobre os educandos cadastrados, são analisados: o território de origem; a relação entre educandos e famílias assentadas; média de idade dos educandos por modalidade; e porcentagem de homens e mulheres educandos por modalidade.

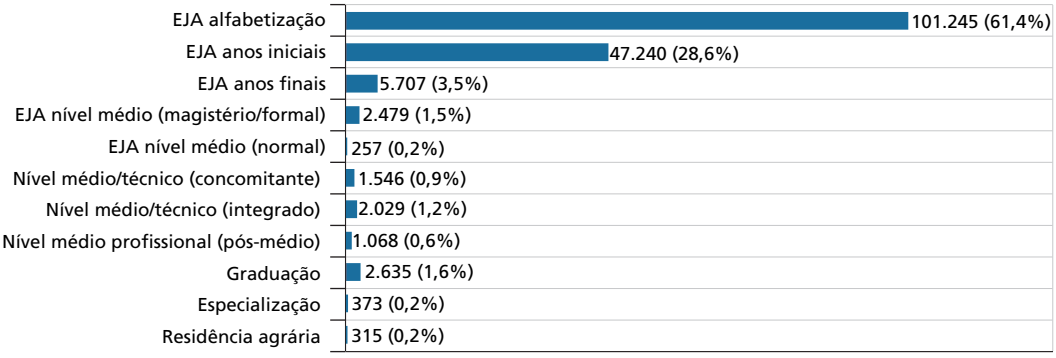
O gráfico 3.2.1 traz um panorama quantitativo da distribuição do número de educandos ingressantes nos cursos do Pronera. Conforme se percebe, cinco estados (Maranhão, Bahia, Minas Gerais, Piauí e Pará – sete SRs) se destacaram pelo volume de estudantes que se matricularam nos cursos ofertados.

GRÁFICO 3.2.1
Educandos ingressantes/matrículas em cursos do Pronera por superintendência do Incra (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

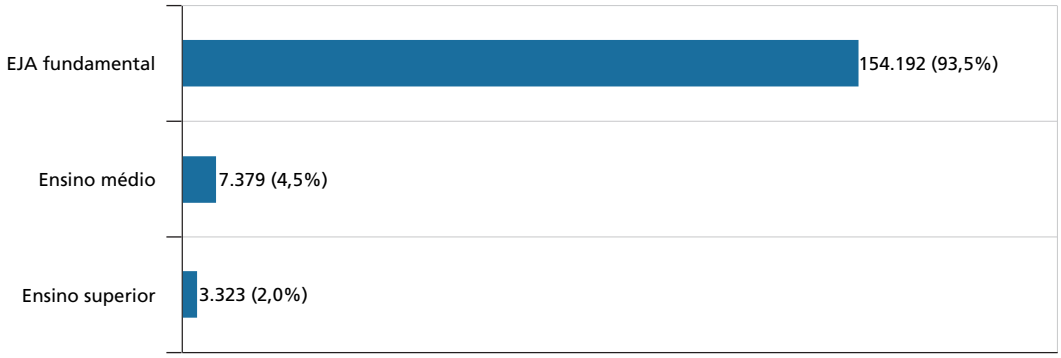
GRÁFICO 3.2.2
Educandos ingressantes/matrículas em cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

As informações do gráfico 3.2.2 identificam o número de educandos por modalidade de ensino. As turmas de alfabetização e escolarização dos anos iniciais do ensino fundamental eram mais numerosas. Esse resultado é confirmado pelo gráfico 3.2.3, que apresenta a distribuição das matrículas de ingressantes agrupados por nível de ensino. O nível do ensino fundamental contou com 93,5% de todos os educandos matriculados nos três níveis. Esta é uma referência importante para compreender que apenas uma pequena parte da população pesquisada acessou o ensino médio e o superior, mas também revela a demanda por todas as modalidades e níveis de ensino.

GRÁFICO 3.2.3
Educandos ingressantes/matrículas em cursos do Pronera por nível (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

A tabela 3.2.1 discrimina esse quantitativo de educandos por superintendência. Maranhão, Bahia, Pará, Piauí e Minas Gerais são os estados com o maior número de educandos, somando 88.126 ou 53% dos educandos nos três níveis de ensino. No outro extremo, Alagoas, Amapá, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Sergipe aparecem como os estados com menor número de educandos, totalizando 8.842 nos três níveis de ensino ou 5% dos educandos. Enquanto Mato Grosso teve somente 0,4% da população assentada participando do Pronera, Sergipe teve 3%. Minas Gerais, com 13%, está entre os estados que mais conseguiram participar dos cursos do Pronera.

Ainda na tabela 3.2.1, podemos analisar também quais os estados que tiveram maior número de educandos ingressantes por nível de ensino. No EJA fundamental, Maranhão é o estado que se destaca, com 24.946 ingressantes. No ensino médio, Maranhão e Rio Grande do Sul somam a maior quantidade de ingressantes, superando mil educandos cada um. No ensino superior, estão à frente Paraíba e Paraná, que totalizam 280 e 266 ingressantes, respectivamente. Todavia, os estados de Alagoas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Piauí, Rio de Janeiro, Tocantins e a superintendência de Santarém não registraram educandos no nível superior.

TABELA 3.2.1
Educandos ingressantes/matrículas em cursos do Pronera por superintendência do Incra e nível

Número da superintendência do Incra	Nome da superintendência do Incra	EJA fundamental	Ensino médio	Ensino superior	**Total**
SR-14	Acre	2.433	130	87	**2.650**
SR-22	Alagoas	340	13	0	**353**
SR-21	Amapá	1.708	0	0	**1.708**
SR-15	Amazonas	5.519	0	200	**5.719**
SR-05	Bahia	20.835	698	234	**21.767**
SR-02	Ceará	7.287	303	164	**7.754**
SR-28	Distrito Federal e entorno	2.550	87	76	**2.713**
SR-20	Espírito Santo	1.756	60	150	**1.966**
SR-04	Goiás	1.415	0	79	**1.494**
SR-12	Maranhão	24.946	1.102	0	**26.048**
SR-13	Mato Grosso	1.648	0	195	**1.843**

(Continua)

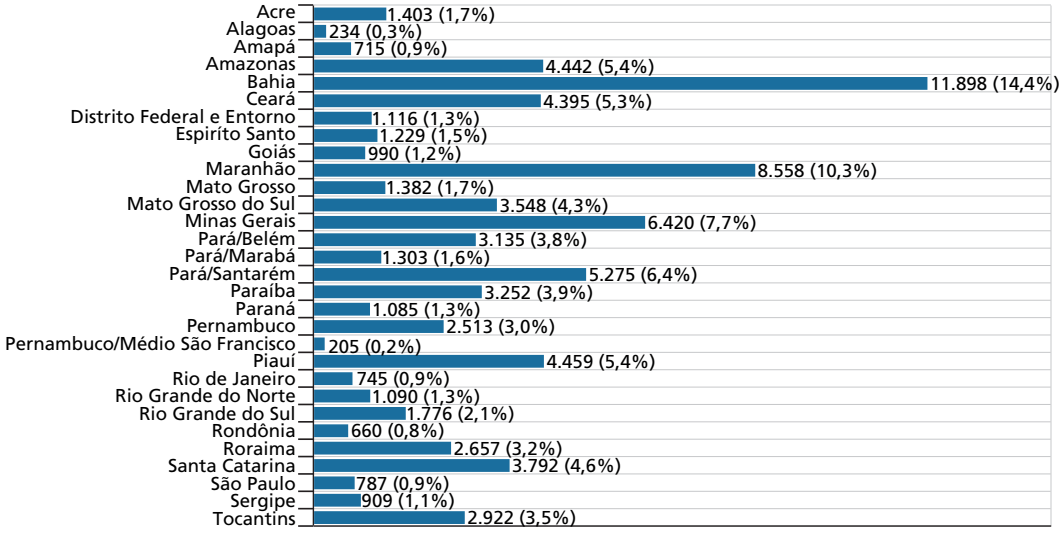
(Continuação)

Número da superintendência do Incra	Nome da superintendência do Incra	EJA fundamental	Ensino médio	Ensino superior	**Total**
SR-16	Mato Grosso do Sul	4.712	492	0	**5.204**
SR-06	Minas Gerais	12.195	85	116	**12.396**
SR-01	Pará / Belém	5.001	40	100	**5.141**
SR-27	Pará / Marabá	3.160	336	198	**3.694**
SR-30	Pará / Santarém	10.253	257	0	**10.510**
SR-18	Paraíba	6.091	522	280	**6.893**
SR-09	Paraná	1.926	459	266	**2.651**
SR-03	Pernambuco	3.166	139	50	**3.355**
SR-29	Pernambuco / Médio São Francisco	0	184	125	**309**
SR-24	Piauí	8.410	160	0	**8.570**
SR-07	Rio de Janeiro	1.180	0	0	**1.180**
SR-19	Rio Grande do Norte	1.238	378	243	**1.859**
SR-11	Rio Grande do Sul	2.924	1.029	167	**4.120**
SR-17	Rondônia	5.873	127	60	**6.060**
SR-25	Roraima	4.966	200	200	**5.366**
SR-10	Santa Catarina	6.012	100	106	**6.218**
SR-08	São Paulo	830	267	117	**1.214**
SR-23	Sergipe	1.391	84	110	**1.585**
SR-26	Tocantins	4.427	127	0	**4.554**
Total	**Brasil**	**154.192**	**7.379**	**3.323**	**164.894**

Fonte: II PNERA.

O gráfico 3.2.4 revela o número de educandos concluintes por superintendência.

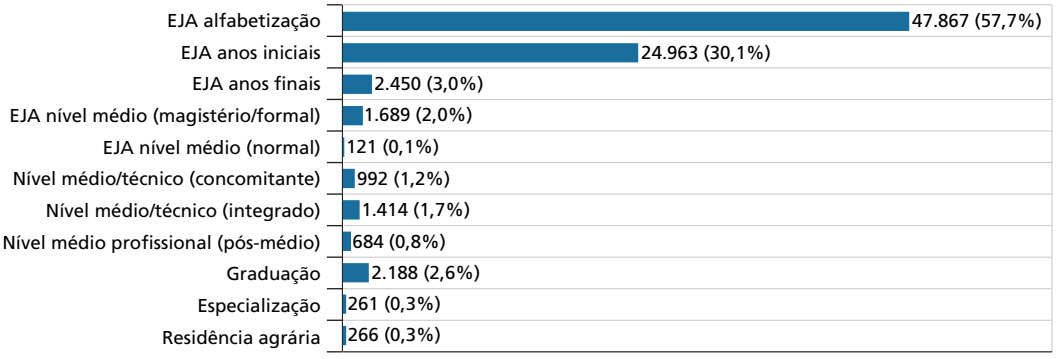
GRÁFICO 3.2.4
Educandos concluintes/matrículas de cursos do Pronera por superintendência do Incra (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

No gráfico 3.2.5, os dados referem-se à distribuição dos educandos concluintes por modalidade de ensino.

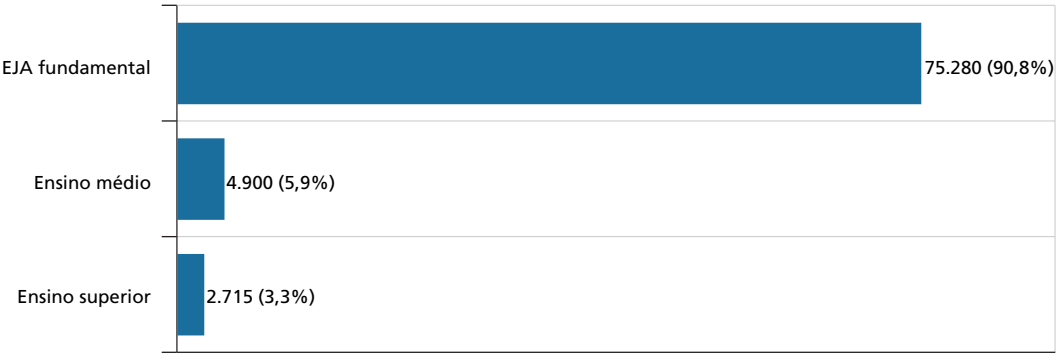
GRÁFICO 3.2.5
Educandos concluintes/matrículas de cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

No gráfico 3.2.6, os números correspondem ao valor absoluto e relativo de ingressantes por nível de ensino.

GRÁFICO 3.2.6
Educandos concluintes/matrículas de cursos do Pronera por nível (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

Comparando a tabela 3.2.2 com a tabela 3.2.4, observa-se que os dados válidos para análise dos alunos ingressantes e concluintes são respectivamente 80% e 99,9%. Com essas referências, pode-se observar que os estados com os menores índices de conclusão de cursos foram Maranhão, Rondônia e a superintendência de Marabá – todos abaixo dos 50% –, sendo Rondônia o pior resultado do Brasil, com 11%. Os estados de Alagoas, Amazonas, Espirito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins e a superintendência de Belém tiveram os maiores índices de conclusão de cursos, com destaque para Pernambuco e Mato Grosso, com 75%.

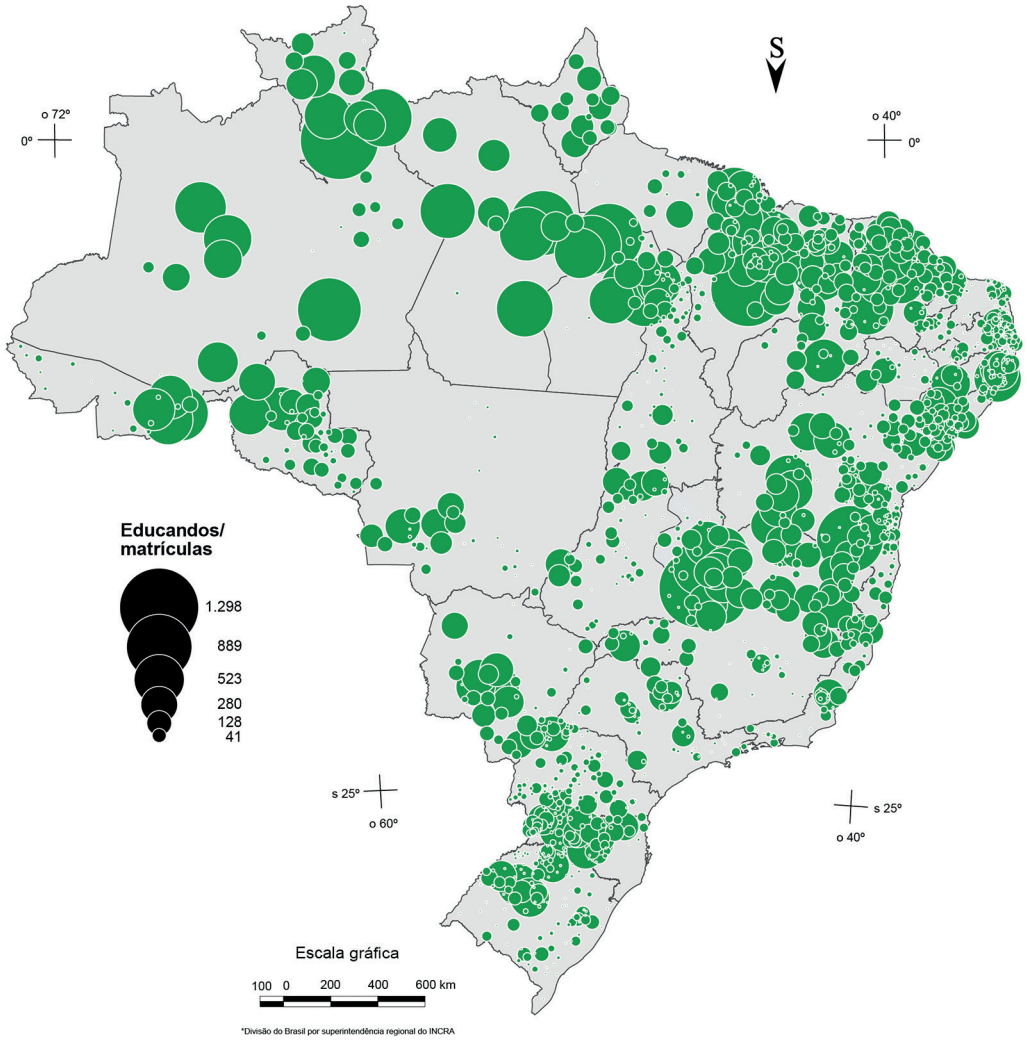
TABELA 3.2.2
Educandos concluintes/matrículas em cursos do Pronera por superintendência do Incra e nível

Número da superintendência do Incra	Nome da superintendência do Incra	EJA fundamental	Ensino médio	Ensino superior	**Total**
SR-14	Acre	1.201	118	84	**1.403**
SR-22	Alagoas	221	13	0	**234**
SR-21	Amapá	715	0	0	**715**
SR-15	Amazonas	4.256	0	186	**4.442**
SR-05	Bahia	11.245	476	177	**11.898**
SR-02	Ceará	4.163	106	126	**4.395**
SR-28	Distrito Federal e entorno	986	80	50	**1.116**
SR-20	Espírito Santo	1.044	42	143	**1.229**
SR-04	Goiás	931	0	59	**990**
SR-12	Maranhão	7.604	954	0	**8.558**
SR-13	Mato Grosso	1.248	0	134	**1.382**
SR-16	Mato Grosso do Sul	3.269	279	0	**3.548**
SR-06	Minas Gerais	6.310	18	92	**6.420**
SR-01	Pará / Belém	3.007	33	95	**3.135**
SR-27	Pará / Marabá	883	277	143	**1.303**
SR-30	Pará / Santarém	5.047	228	0	**5.275**
SR-18	Paraíba	2.648	362	242	**3.252**
SR-09	Paraná	611	260	214	**1.085**
SR-03	Pernambuco	2.397	68	48	**2.513**
SR-29	Pernambuco / Médio São Francisco	0	109	96	**205**
SR-24	Piauí	4.346	113	0	**4.459**
SR-07	Rio de Janeiro	745	0	0	**745**
SR-19	Rio Grande do Norte	634	248	208	**1.090**
SR-11	Rio Grande do Sul	1.093	549	134	**1.776**
SR-17	Rondônia	562	44	54	**660**
SR-25	Roraima	2.338	146	173	**2.657**
SR-10	Santa Catarina	3.664	54	74	**3.792**
SR-08	São Paulo	535	166	86	**787**
SR-23	Sergipe	750	62	97	**909**
SR-26	Tocantins	2.827	95	0	**2.922**
Total		**75.280**	**4.900**	**2.715**	**82.895**

Fonte: II PNERA.

O mapa 3.2.1 representa a espacialização da origem dos educandos cadastrados que participaram dos cursos do Pronera. Conforme se observa, há grandes somas de educandos oriundos das regiões Norte e Nordeste. Além dessas regiões, há grande quantidade de educandos provenientes de Minas Gerais, Paraná e Mato Grosso do Sul.

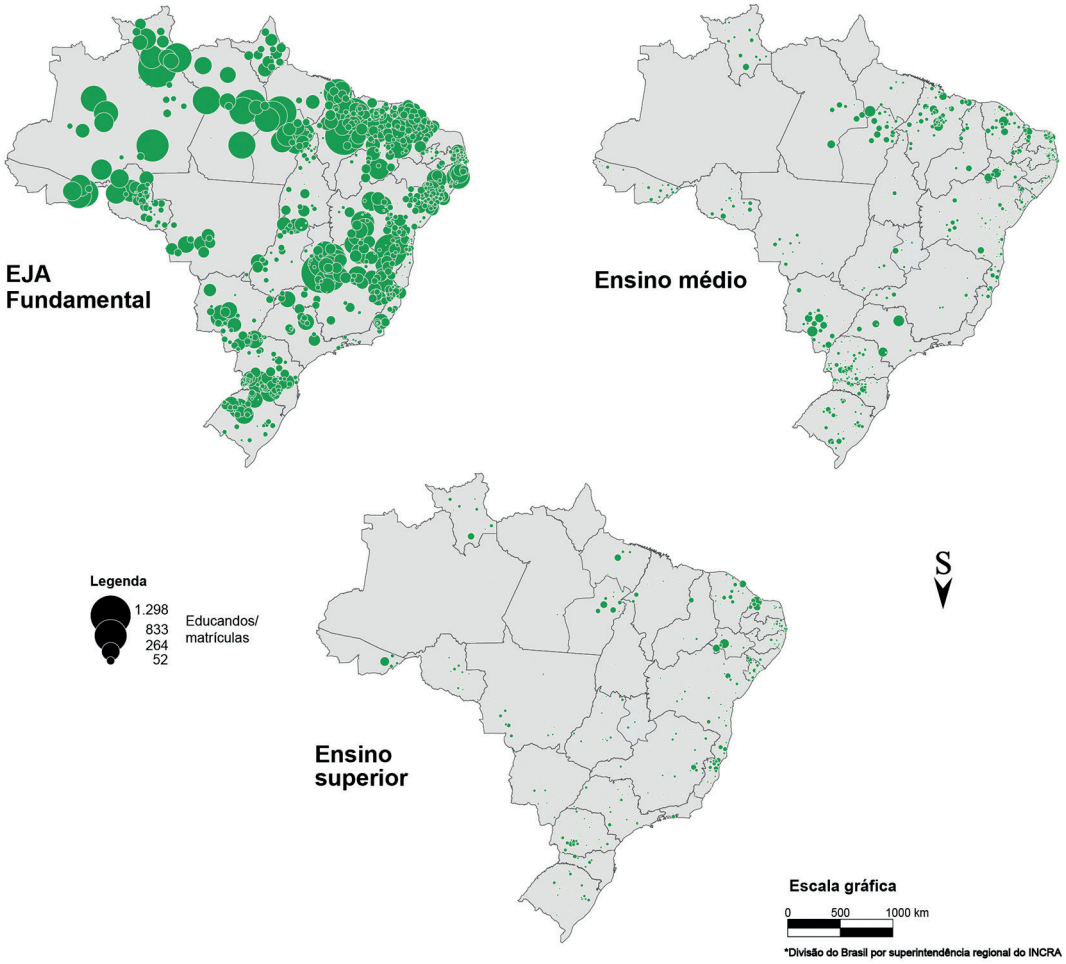
MAPA 3.2.1
Educandos/matrículas em cursos do Pronera por município de origem dos educandos (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

Na prancha 3.2.1, os dados apresentados separam a origem dos educandos por nível de ensino. Como o EJA fundamental concentra o maior número de matrículas, os dados referentes à origem dos educandos são os mesmos que se apresentam no mapa 3.2.1. Em relação aos educandos do nível médio, além da região Nordeste, há grande concentração de oriundos dos estados do Pará, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio Grande do Sul.

PRANCHA 3.2.1
Educandos/matrículas de cursos do Pronera por município de origem do educando e nível (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

Na tabela 3.2.3, tem-se uma visão geral dos educandos de cursos do Pronera por território e superintendência.

TABELA 3.2.3
Educandos de cursos do Pronera por território e superintendência

Número da superintendência do Incra	Nome da superintendência do Incra	Acampamento	Assentamento	Comunidade	Flona	Quilombola	RDS	Resex	Outro	Não informado
SR - 14	Acre	4	2.038	1	0	0	0	0	37	3
SR - 22	Alagoas	33	151	0	0	0	0	0	12	35
SR - 21	Amapá	3	1.270	0	0	0	0	0	0	0
SR - 15	Amazonas	4	2.438	788	183	0	14	308	434	291
SR - 05	Bahia	154	5.973	122	0	13	1	0	278	3.834
SR - 02	Ceará	57	6.363	7	0	0	0	0	87	7
SR - 28	Distrito Federal e entorno	1	508	0	0	0	0	0	0	227

(Continua)

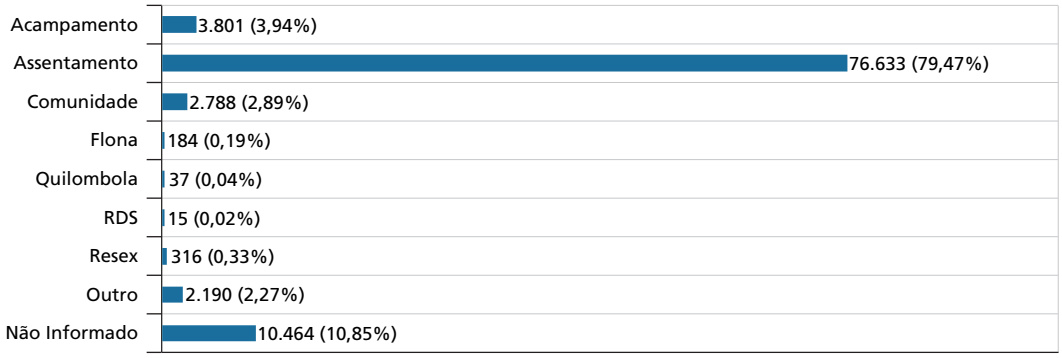
(Continuação)

Número da superintendência do Incra	Nome da superintendência do Incra	Acampamento	Assentamento	Comunidade	Flona	Quilombola	RDS	Resex	Outro	Não informado
SR - 20	Espírito Santo	120	1.045	1	0	0	0	0	6	6
SR - 04	Goiás	602	522	1	0	0	0	0	94	275
SR - 12	Maranhão	10	9.697	42	1	4	0	7	110	44
SR - 13	Mato Grosso	6	1.194	63	0	0	0	0	33	568
SR - 16	Mato Grosso do Sul	1	3.790	33	0	3	0	0	5	64
SR - 06	Minas Gerais	840	9.441	140	0	0	0	0	27	312
SR - 01	Pará / Belém	1	492	114	0	0	0	0	0	17
SR - 27	Pará / Marabá	5	3.008	14	0	0	0	0	57	0
SR - 30	Pará / Santarém	476	4.034	891	0	2	0	0	21	321
SR - 18	Paraíba	89	1.465	16	0	15	0	0	18	35
SR - 09	Paraná	41	1.866	5	0	0	0	0	38	154
SR - 03	Pernambuco	74	1.691	1	0	0	0	0	0	346
SR - 29	Pernambuco / Médio São Francisco	6	261	0	0	0	0	0	0	3
SR - 24	Piauí	250	4.252	3	0	0	0	0	0	18
SR - 07	Rio de Janeiro	33	42	0	0	0	0	0	1	102
SR - 19	Rio Grande do Norte	6	501	5	0	0	0	0	37	5
SR - 11	Rio Grande do Sul	378	2.030	3	0	0	0	0	464	265
SR - 17	Rondônia	57	1.856	416	0	0	0	1	333	41
SR - 25	Roraima	3	4.497	4	0	0	0	0	67	1.176
SR - 10	Santa Catarina	235	3.063	1	0	0	0	0	30	556
SR - 08	São Paulo	0	854	0	0	0	0	0	0	288
SR - 23	Sergipe	311	1.116	116	0	0	0	0	1	41
SR - 26	Tocantins	1	1.175	1	0	0	0	0	0	1.430
Total		**3.801**	**76.633**	**2.788**	**184**	**37**	**15**	**316**	**2.190**	**10.464**

Fonte: II PNERA.

No gráfico 3.2.7, pode-se observar a participação absoluta e relativa dos territórios dos educandos e sua distribuição por território de origem.

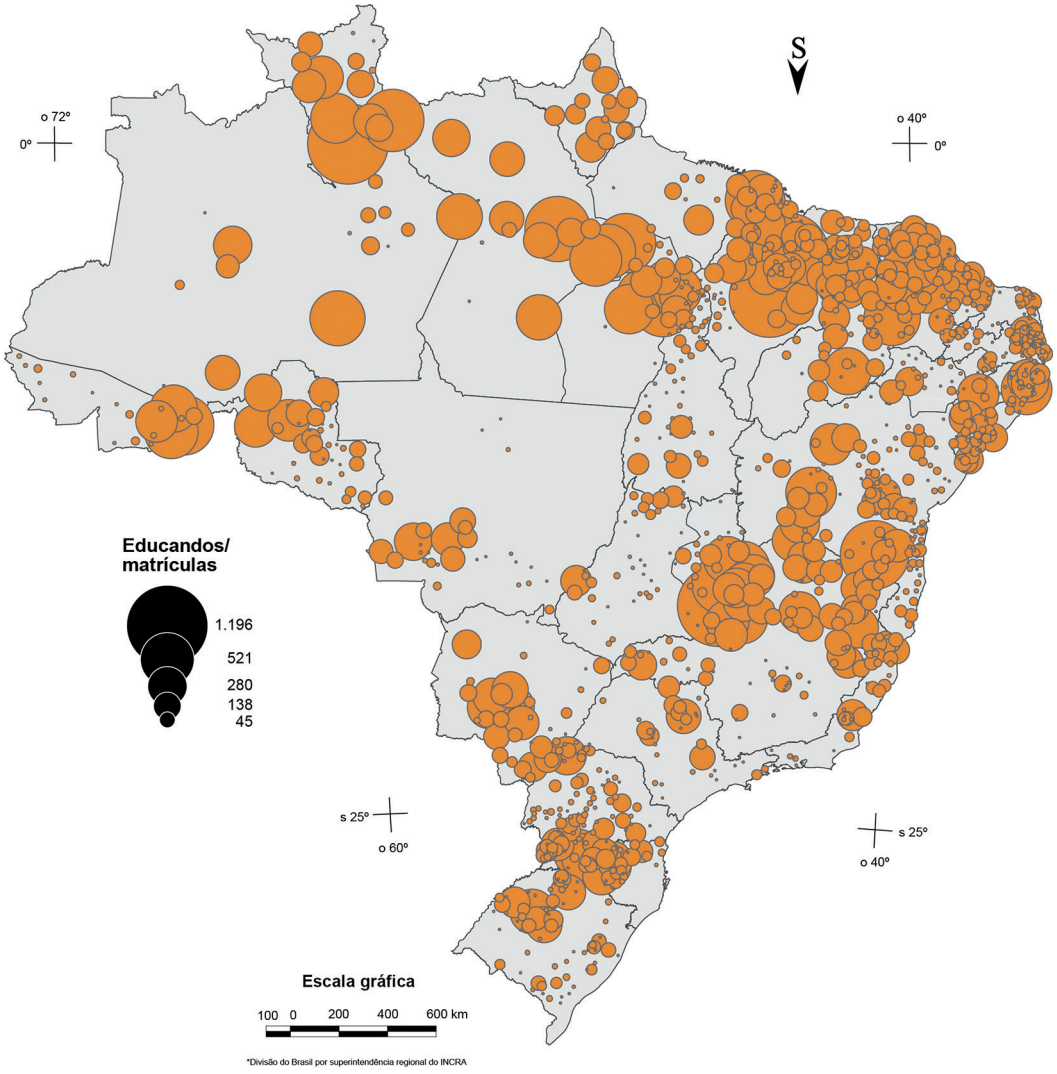
GRÁFICO 3.2.7
Território de origem dos educandos de cursos do Pronera (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

O mapa 3.2.2 e a prancha 3.2.2 permitem ver a distribuição espacial dos educandos matriculados nos cursos do Pronera por territórios de origem, com destaque para os principais tipos de territórios.

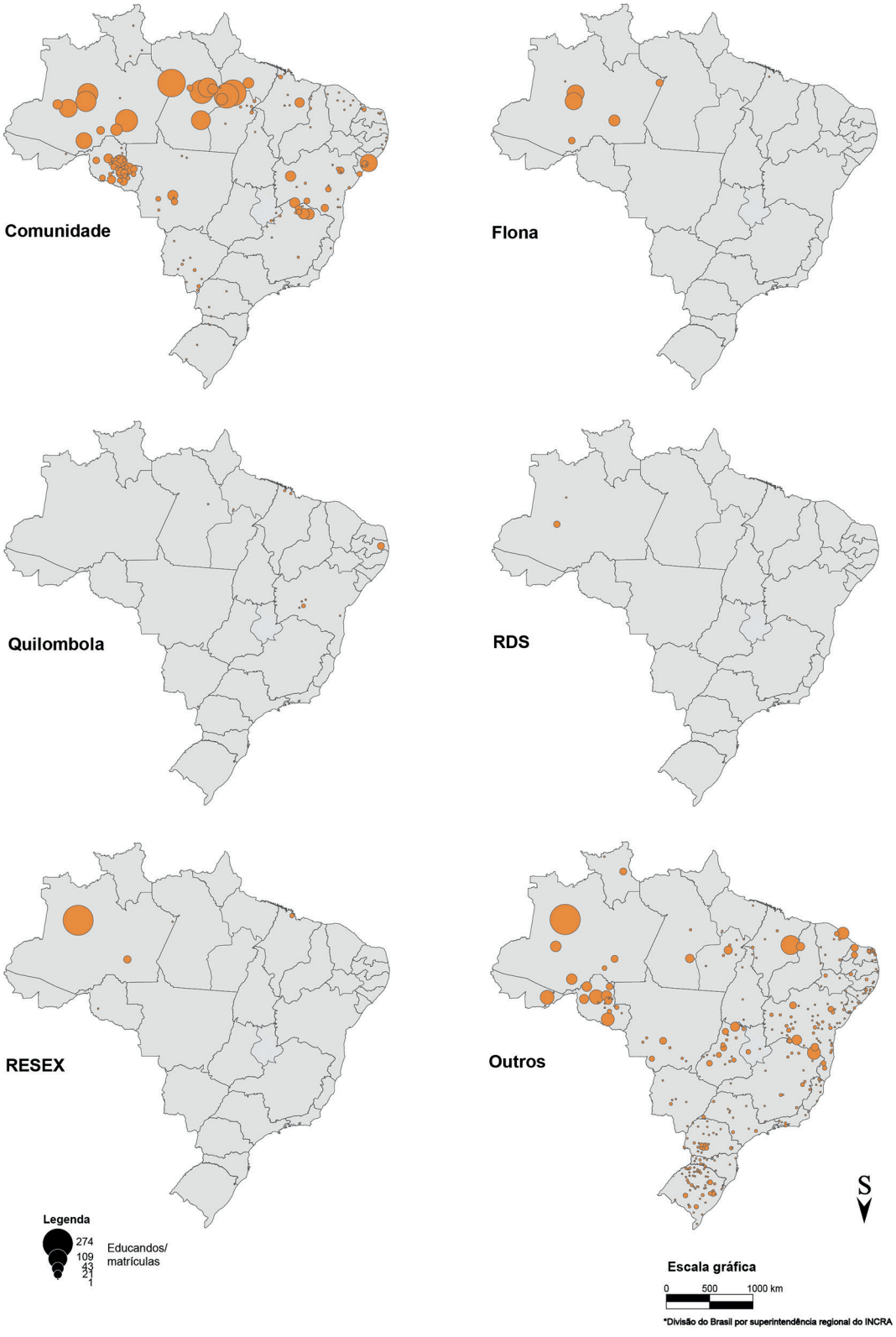
MAPA 3.2.2
Educandos/matriculados em cursos do Pronera provenientes de assentamentos rurais (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

PRANCHA 3.2.2

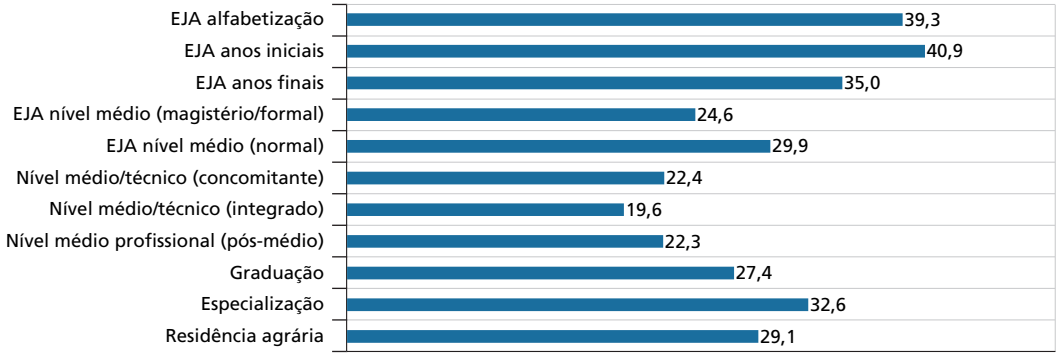
Educandos/matriculados em cursos do Pronera por território de origem (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

O gráfico 3.2.8 trata da média de idade por modalidade de curso. Conforme se observa, a média de idade dos educandos é mais alta nos cursos de alfabetização e escolarização nas séries do ensino fundamental. Nas modalidades do ensino médio, apresentam-se as médias de idade mais baixas, com exceção do EJA nível médio normal. No ensino superior, destaca-se a média de idade na graduação – 27,4 anos –, que apresenta maior correspondência na relação idade/escolaridade com as estatísticas do Censo do Ensino Superior 2012: de acordo com esse Censo, a média de idade dos matriculados no ensino superior era de 25,5 anos na modalidade presencial e 33,1 anos na modalidade a distância.

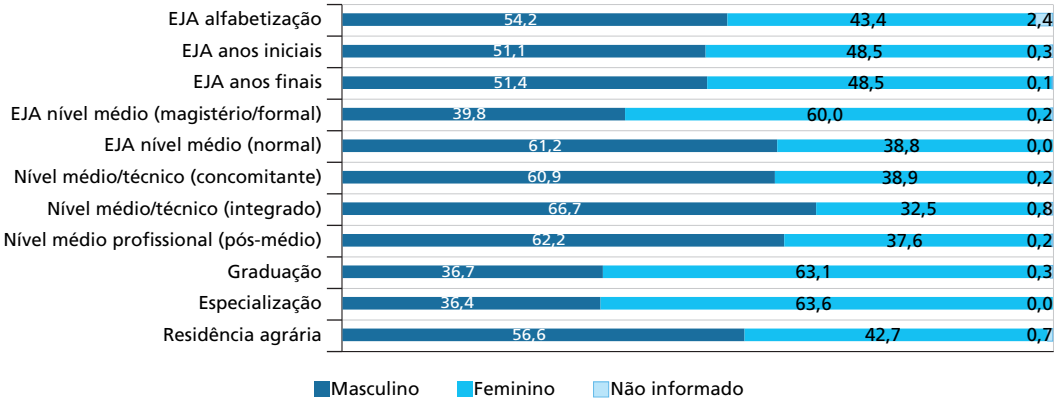
GRÁFICO 3.2.8
Média de idade (anos) dos educandos do Pronera por modalidade (1998-2011)
(Em %)



Fonte: II PNERA.

O gráfico 3.2.9 reforça, nos dados de acesso aos cursos do Pronera, a divisão sexual que se verifica nos números relacionados à educação brasileira em geral. Conforme se observa, os dados revelam maior presença feminina no magistério e em cursos de graduação e especialização, enquanto a presença masculina acaba sendo majoritária nas demais modalidades de ensino.

GRÁFICO 3.2.9
Sexo dos educandos dos cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)

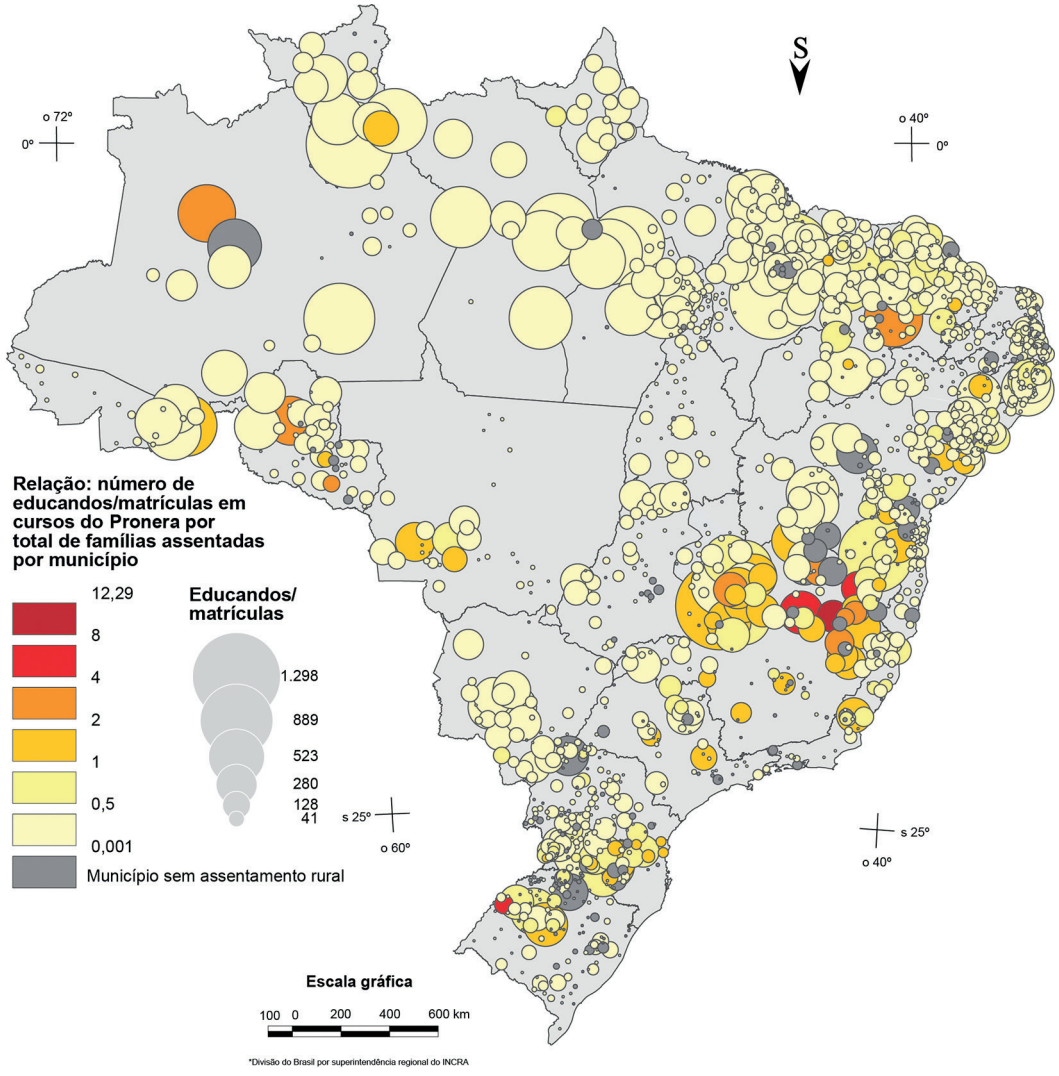


Fonte: II PNERA.

O mapa 3.2.3 relaciona, em cada município brasileiro, o número de educandos/matrículas em cursos do Pronera provenientes do município e o número de famílias assentadas no mesmo município. As cores mais escuras indicam que houve no município uma maior

participação de alunos em cursos do Pronera por família assentada; já as cores mais claras indicam o contrário. Os círculos em cinza indicam municípios onde não há famílias assentadas, mas que registram educandos/matrículas. Os educandos dos cursos do Pronera provenientes desses municípios são provavelmente de outros territórios que não assentamentos rurais.

MAPA 3.2.3
Educandos/matrículas em cursos do Pronera e representatividade nas famílias assentadas por município (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

O somatório, apresentado na tabela 3.2.1, de 164.894 educandos ingressantes corresponde à totalidade das informações registradas no formulário sobre a caracterização dos cursos.

Nas tabelas 3.2.1 e 3.2.2, apresentamos os dados dos educandos concluintes dos cursos do Pronera. Do total de 320 cursos levantados, foram preenchidas as informações de 164.894 ingressantes e 82.895 concluintes.

Como foi lembrado na metodologia, é necessário ressaltar que, em alguns casos, as informações de ingressantes e concluintes não foram encontradas. Dos 320 cursos, foram obtidas informações de ingressantes e concluintes para 274 cursos, sendo que para 46 cursos não foi possível encontrar informações de 33.318 ingressantes e de 96 concluintes durante a pesquisa. A taxa de evasão só pode ser estimada considerando-se os cursos em que ambos os campos (alunos ingressantes e alunos concluintes) tenham sido preenchidos. A partir dos dados válidos sobre ingressantes e concluintes, totalizaram-se 131.576 educandos que ingressaram e 82.799 que concluíram. Quando confrontados os valores a respeito da diferença verificada entre ingressantes e concluintes, identifica-se uma porcentagem de 37% de educandos que não finalizaram os cursos. A tabela 3.2.4 mostra os dados gerais e os dados válidos.

TABELA 3.2.4
Dados gerais de educandos ingressantes e concluintes e dados válidos para comparação de evasão

Cursos	Ingressantes	Concluintes	Dados
320	164.894	82.895	Gerais: registros por número de matriculados
274	131.576 (80%)	82.799 (99,9%)	Válidos para comparação de evasão: registros por número de concluintes
46	33.318	96	Sem informações de ingressantes ou concluintes.

Fonte: II PNERA.

3.3 Caracterização dos educadores que atuaram em cursos do Pronera

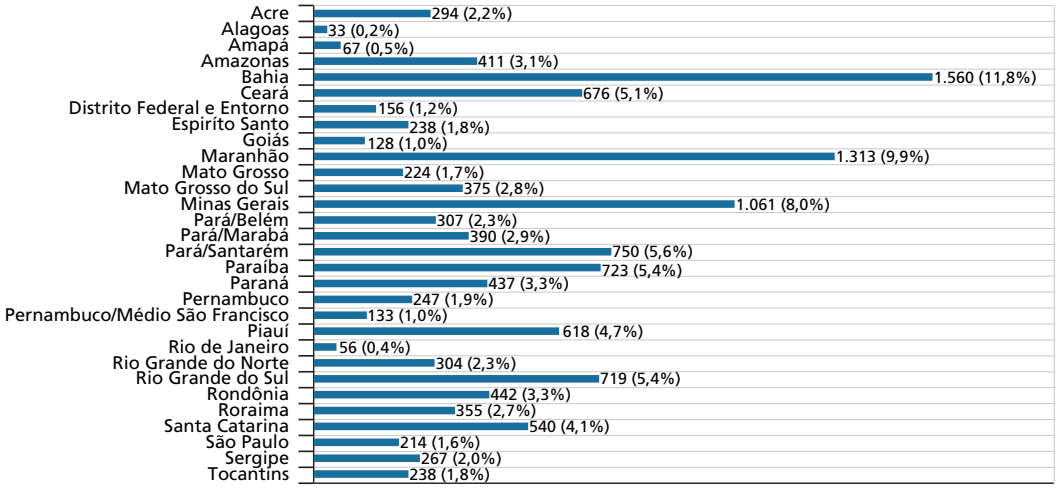
Em relação aos educadores, três dimensões são analisadas. A primeira dimensão é revelada no gráfico 3.3.1 e diz respeito ao quantitativo de participações de educadores nos cursos por superintendência. Convém lembrar, conforme mencionado na metodologia, que esse dado corresponde à quantidade de vezes em que o(a) educador(a) atuou nos cursos e que muitos deles participaram em mais de uma oportunidade. Além dos dados por superintendência, são apresentados os números de participação de educadores por modalidade de curso (gráfico 3.3.2) e por nível de ensino (gráfico 3.3.3), também visualizados na prancha 3.3.1.

A segunda dimensão, abordada no gráfico 3.3.4, diz respeito ao grau de escolaridade/formação dos educadores. Conforme a apresentação dos formulários, o grau de escolaridade varia de ensino fundamental incompleto até doutorado.

A terceira dimensão refere-se ao número de educadores homens e mulheres nos cursos do Pronera (gráfico 3.3.5), conforme a modalidade dos cursos realizados.

O gráfico 3.3.1 destaca a quantidade de participações de educadores nos cursos por SR. Bahia e Maranhão destacam-se pelo grande número de participações docentes, um resultado que se explica pelo fato de estas superintendências estarem entre as que tiveram maior número de cursos oferecidos. Em sua maioria, esses cursos foram de alfabetização e escolarização. O grande número de educandos desses cursos demandou, consequentemente, um maior número de docentes.

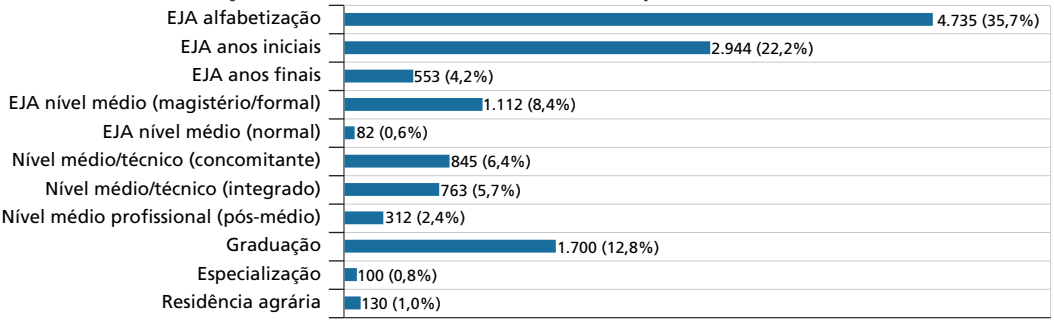
GRÁFICO 3.3.1
Educadores/atuação de educadores em cursos do Pronera por superintendência do Incra (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

Ainda trabalhando com os números de participação de educadores, o gráfico 3.3.2 apresenta sua distribuição por modalidade de cursos. Além de duas modalidades de ensino que representam a maior porcentagem dos cursos do Pronera (alfabetização e EJA anos iniciais), cabe destacar que na graduação se registra também um número bastante expressivo de participação docente.

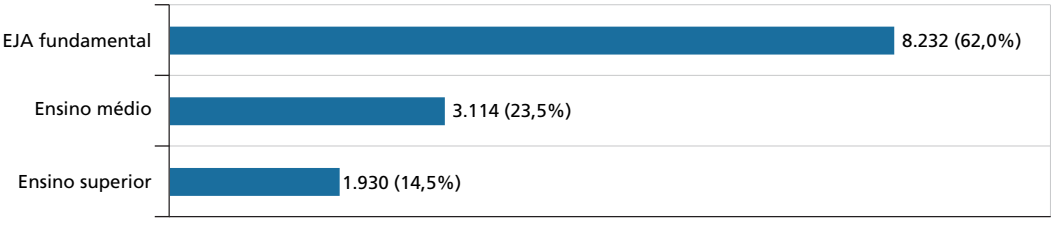
GRÁFICO 3.3.2
Educadores/atuação de educadores em cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

Seguindo a apresentação do quantitativo de participação de educadores nos cursos do Pronera, o gráfico 3.3.3 mostra os dados distribuídos por nível de ensino.

GRÁFICO 3.3.3
Educadores/atuação de educadores em cursos do Pronera por nível (1998-2011)



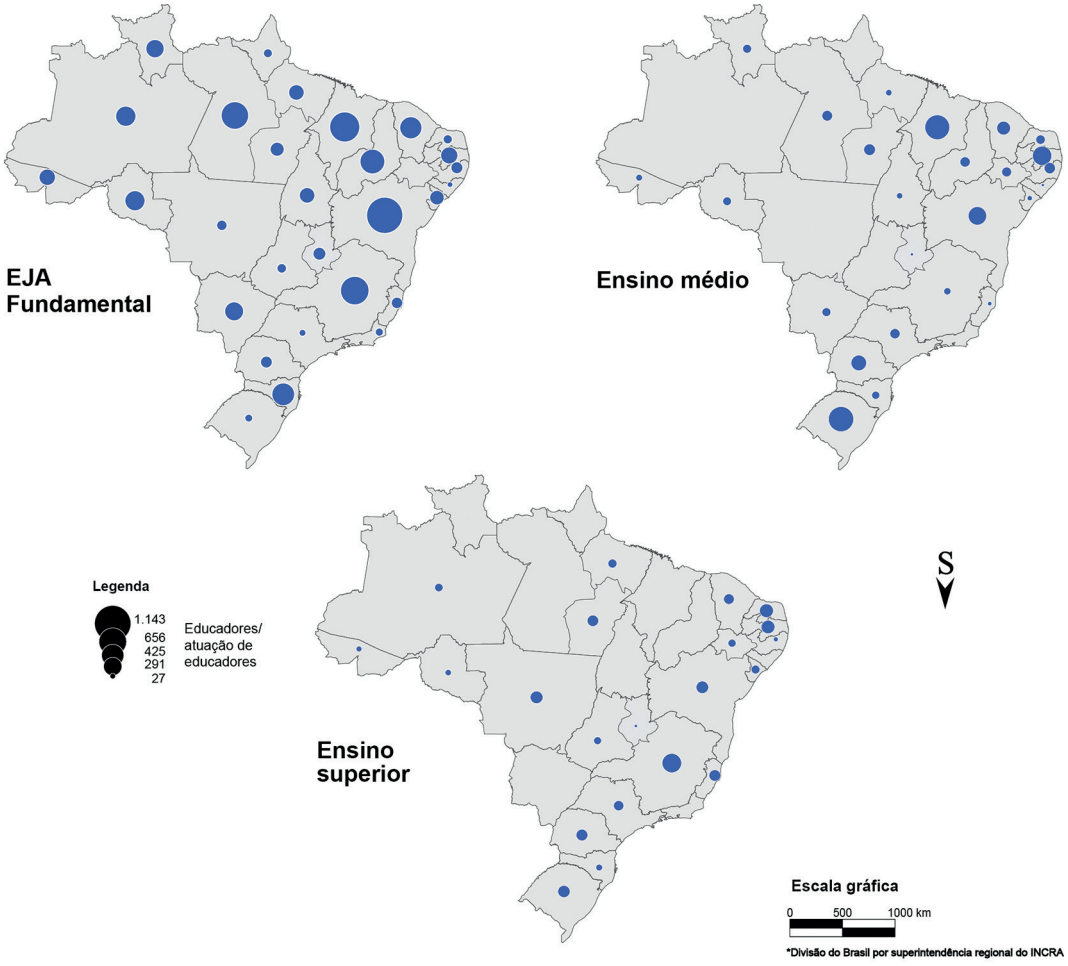
Fonte: II PNERA.

Na prancha 3.3.1 são apresentados os dados de participação de educadores distribuídos por SR e nível. Percebe-se que, na superintendência da Bahia, a maioria das 1.560 particpações de educadores foi voltada para o nível EJA fundamental.

Nas superintendências do Rio Grande do Sul e Maranhão, nota-se que, das 1.313 e 719 participações, respectivamente, a maior parte esteve envolvida com o nível médio de ensino.

A superintendência de Minas Gerais, além do grande número de educadores participantes no EJA fundamental, destaca-se também pelo número de atuações nos cursos de graduação, especialização e residência agrária, compreendidos na modalidade nível superior.

PRANCHA 3.3.1
Educadores/atuação de educadores em cursos do Pronera por nível e superintendência do Incra (1998-2011)

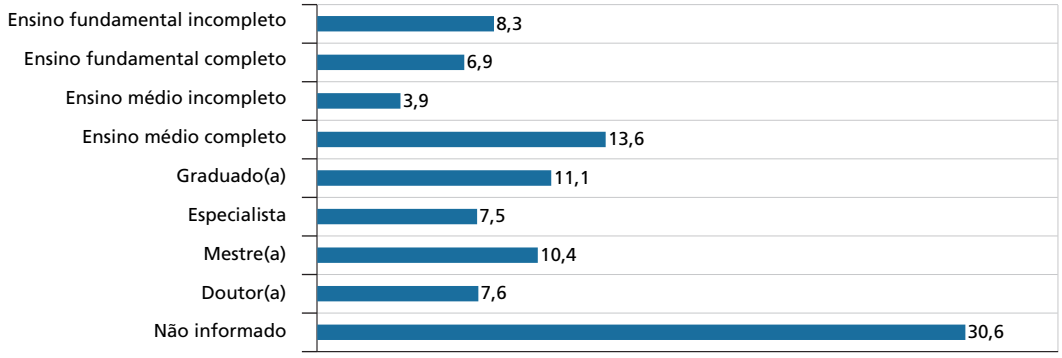


Fonte: II PNERA.

A segunda dimensão abordada diz respeito ao grau de formação dos educadores dos cursos do Pronera. De acordo com o gráfico 3.3.4, desprezando a quantidade de *não informados*, é possível perceber que a maioria dos educadores possuía formação em nível médio completo e acima, totalizando 50,02% de educadores com formação desejável à função docente.

A hipótese para explicar esta situação é que este tipo de escolaridade acabou sendo majoritária, uma vez que, além dos cursos de alfabetização/escolarização, teria atendido em maior número as diversas modalidades de ensino médio e de ensino superior.

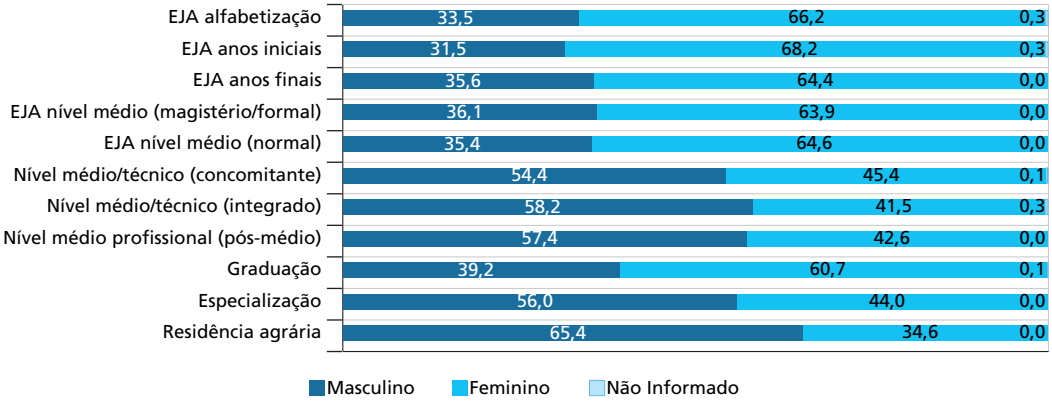
GRÁFICO 3.3.4
Escolaridade/titulação dos educadores que atuaram em cursos do Pronera (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

A terceira dimensão, apresentada no gráfico 3.3.5, revela a porcentagem de homens e mulheres como educadores(as) por modalidade. Evidencia-se maior presença feminina docente nos cursos de alfabetização, educação fundamental, ensino médio/magistério e graduação. Já os homens constituem maior presença nos cursos de ensino médio técnico e pós-graduação *lato sensu*.

GRÁFICO 3.3.5
Sexo dos educadores que participaram de cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

3.4 Caracterização das instituições de ensino que participaram do Pronera

De 1998 a 2011, o Pronera constituiu uma rede nacional para realização de cursos – desde a alfabetização ao nível superior – criados para os territórios da reforma agrária. A construção dessa rede tem um precedente inegável: a luta pela terra. A educação do campo nasceu dessa luta, quando os movimentos camponeses ocupam terra para pressionar pela

realização da reforma agrária. As lutas pela terra e pela reforma agrária se concretizam na conquista de uma fração do território: o assentamento. Foi a criação desse espaço em todo o país que gerou as condições para a formação de uma rede que reuniu movimentos, universidades e diversas outras instituições de ensino. A rede se organizou porque, de um lado, os cursos do Pronera intensificaram as relações entre os movimentos e as instituições de ensino e, de outro lado, os movimentos ampliaram suas ações junto às instituições de ensino, que por sua vez apresentaram maior número de propostas de cursos ao Pronera. Este processo ocorreu pela estreita relação entre a reivindicação e a proposição das instituições envolvidas, mas, claro, não sem diversos tipos de disputas.

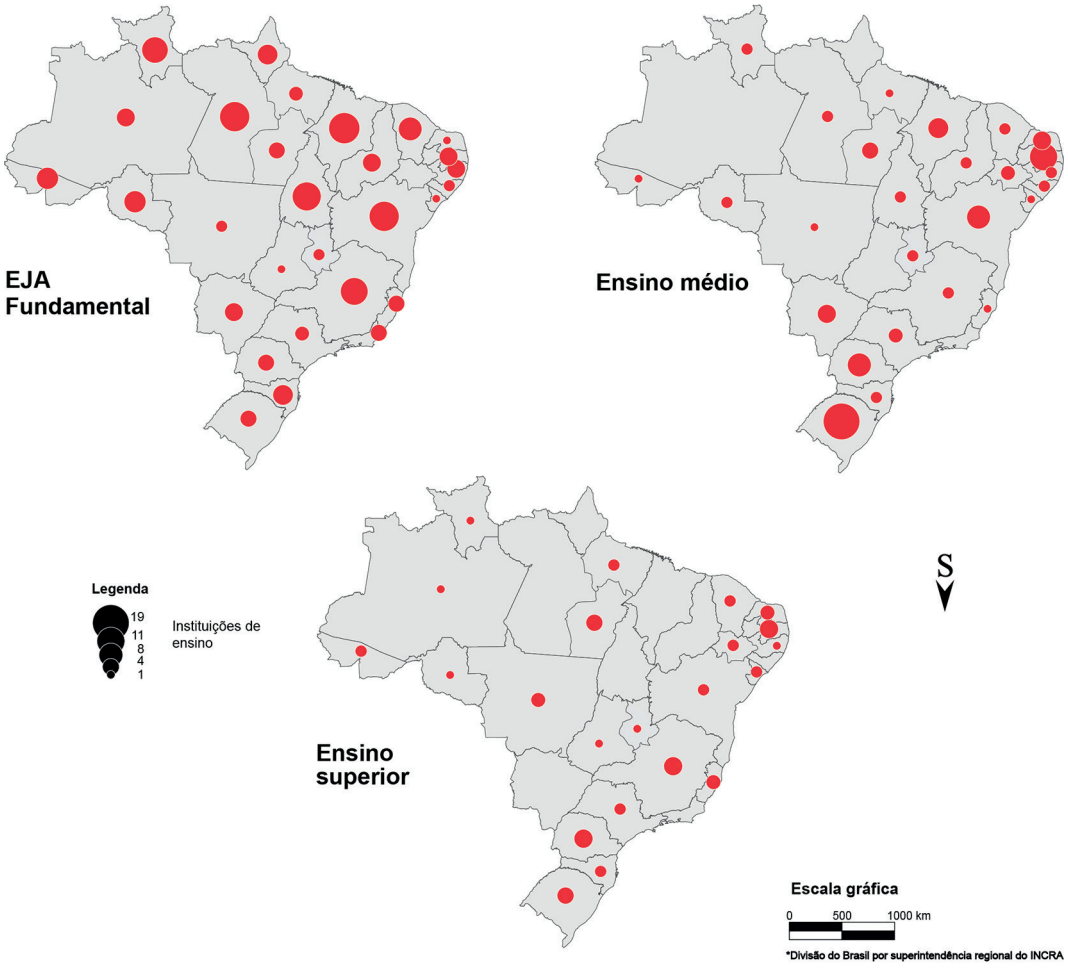
No mapa 3.4.1 pode-se observar a amplitude nacional do Pronera com a participação de todas as superintendências do Incra. A agilidade com que a rede se constituiu é resultado da demanda dos movimentos e das lutas dos territórios camponeses pelo direito à educação, condição que fora negada e que está sendo conquistada. Na tabela 3.4.1, apresenta-se a relação completa das 82 instituições de ensino que realizaram 320 cursos em todo o país, envolvendo 164.894 educandos e 13.276 educadores. Esta composição contou ainda com milhares de colaboradores dos movimentos e comunidades que contribuíram nas coordenações político-pedagógicas, nas cirandas infantis e em outros espaços construídos pela natureza dos cursos. As realidades de vida da população produtora de alimentos exigem pedagogias de alternância – *tempos escola* (ou universidade) e *tempos comunidades* – porque a educação do campo não separa a terra do território, o saber da realidade, a vida do cotidiano.

Essas características da educação do campo desafiam parte das instituições de ensino que contribuíram e resistiram na criação de um *novo jeito de ensinar e de aprender*, como tem sido cantado em escolas dos assentamentos. O *novo jeito* é a associação da educação do campo ao desenvolvimento territorial, sendo esta uma das mais importantes características do Pronera. A ideia de desenvolvimento territorial tem como ponto de partida a autonomia camponesa na luta permanente contra o agronegócio como modelo hegemônico capitalista. Este princípio de classe gerou conflitos com algumas instituições de ensino, que, em uma posição demarcada a favor do agronegócio, dificultaram ou impediram a criação de cursos. Em defesa do paradigma do capitalismo agrário, muitas instituições de ensino realizam cursos para atender aos interesses das grandes corporações e são contrárias à criação de cursos para atender aos interesses do campesinato.

O Pronera contribuiu para abrir as portas das instituições de ensino com a criação de cursos como política afirmativa para o desenvolvimento dos territórios camponeses. As dificuldades burocráticas e as disputas ideológicas foram os obstáculos que impediram o crescimento do Pronera. Na prancha 3.4.1 pode-se visualizar a espacialidade dos cursos por nível. Na tabela 3.4.1, onde constam os dados gerais, observa-se que, das 82 instituições que participaram, destacam-se: a Universidade Federal do Pará (UFPA), que realizou 31 cursos no período 1998-2011, o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra-RS), com dezoito cursos, a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com catorze cursos, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Fundação Universidade do Tocantins (Unitins), com dez cursos cada.

PRANCHA 3.4.1

Instituições de ensino que promoveram cursos do Pronera, por nível e superintendência (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

TABELA 3.4.1

Instituições de ensino que realizaram cursos do Pronera e número de cursos (1998-2011)

Número	Instituição de ensino	Cursos
1	Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia/RO	3
2	Associação de Apoio à Escola Família Agrícola/TO	2
3	Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Claudio Ferreira/PI	1
4	Centro de Formação e Assessoria 25 de Julho/MG	2
5	Centro Estadual de Educação Profissional Francisca Trindade/PI	1
6	Centro Integrado de Desenvolvimento dos Assentados e Pequenos Agricultores do Espírito Santo/ES	1
7	Centro Social Rural de Orizona/GO	1
8	Escola Agrotécnica Federal de Satuba/AL	1
9	Escola Agrotécnica Federal de Castanhal/PA	1
10	Escola Agrotécnica Federal de Sousa/PB	5
11	Escola Família Agrícola Vale do Guaporé/RO	1
12	Escola Família Agrícola-Rosalvo da Rocha Rodrigues/MS	1

(Continua)

(Continuação)

Número	Instituição de ensino	Cursos
13	Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná/Instituto Federal do Paraná/PR	4
14	Faculdade Tecsoma/MG	1
15	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande Do Sul/RS	3
16	Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas/TO	2
17	Fundação Universidade de Brasília/DF	4
18	Fundação Universidade do Tocantins/TO	10
19	Instituto de Pesquisa e Educação do Campo/RS	3
20	Instituto Educar/RS	1
21	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/MA	6
22	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/RN	1
23	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais/MG	1
24	Instituto Federal do Paraná/PR	6
25	Instituto Preservar/RS	1
26	Instituto Superior de Educação Antonino Freire/PI	2
27	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS	18
28	Secretaria de Estado da Educação/AP	6
29	Secretaria Municipal se Educação de Plácido se Castro/AC	1
30	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/RR	3
31	Universidade Comunitária da Região de Chapecó/SC	2
32	Universidade de Pernambuco/PE	8
33	Universidade do Estado da Bahia/BA	10
34	Universidade do Estado de Mato Grosso/MT	5
35	Universidade do Estado de Minas Gerais/MG	4
36	Universidade do Estado do Pará/PA	1
37	Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ	1
38	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/RN	3
39	Universidade do Oeste de Santa Catarina/SC	1
40	Universidade Estadual da Paraíba/PB	1
41	Universidade Estadual de Campinas/SP	2
42	Universidade Estadual de Feira de Santana/BA	1
43	Universidade Estadual de Goiás/GO	1
44	Universidade Estadual de Maringá/PR	2
45	Universidade Estadual de Mato Grosso/MT	1
46	Universidade Estadual de Montes Claros/MG	3
47	Universidade Estadual de Roraima/RR	1
48	Universidade Estadual de Santa Cruz/BA	4
49	Universidade Estadual do Amazonas/AM	3
50	Universidade Estadual do Ceará/CE	3
51	Universidade Estadual do Maranhão/MA	5
52	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/MS	6
53	Universidade Estadual do Oeste do Paraná/PR	1
54	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/BA	5
55	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/SP	3
56	Universidade Federal da Bahia/BA	3
57	Universidade Federal da Paraíba/PB	14
58	Universidade Federal de Alagoas/AL	3
59	Universidade Federal de Campina Grande/PB	1
60	Universidade Federal de Goiás/GO	1

(Continua)

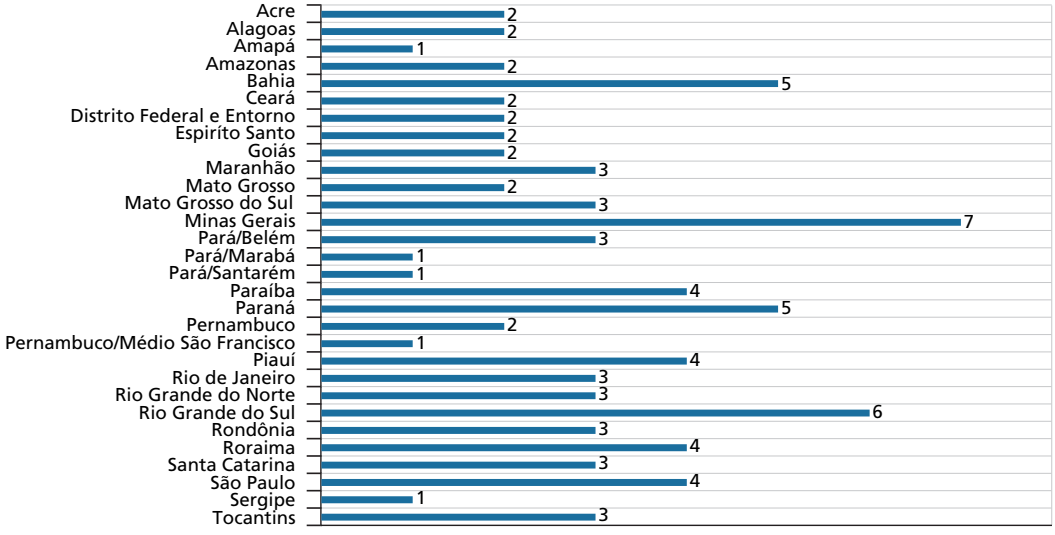
(Continuação)

Número	Instituição de ensino	Cursos
61	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/MS	3
62	Universidade Federal de Minas Gerais/MG	6
63	Universidade Federal de Rondônia/RO	6
64	Universidade Federal de Roraima/RR	8
65	Universidade Federal de Santa Catarina/SC	7
66	Universidade Federal de Santa Maria/RS	1
67	Universidade Federal de Sergipe/SE	4
68	Universidade Federal de São Carlos/SP	1
69	Universidade Federal de Viçosa/MG	1
70	Universidade Federal do Acre/AC	9
71	Universidade Federal do Amazonas/AM	4
72	Universidade Federal do Ceará/CE	9
73	Universidade Federal do Espírito Santo/ES	7
74	Universidade Federal do Maranhão/MA	9
75	Universidade Federal do Paraná/PR	4
76	Universidade Federal do Pará/PA	31
77	Universidade Federal do Piauí/PI	3
78	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN	5
79	Universidade Federal Fluminense/RJ	1
80	Universidade Federal Rural de Pernambuco/PE	5
81	Universidade Federal Rural do Rio De Janeiro/RJ	2
82	Universidade Metodista de Piracicaba/SP	2

Fonte: II PNERA.

No gráfico 3.4.1, destacam-se as superintendências de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Paraná com mais de cinco instituições de ensino parceiras do Pronera. Elas podem ser identificadas na tabela 3.4.1, que demonstra, mais uma vez, a participação de todas as superintendências no programa.

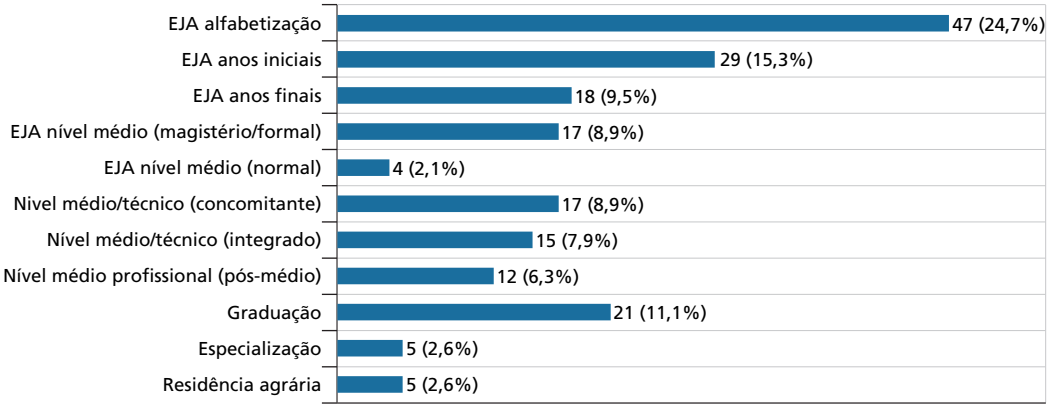
GRÁFICO 3.4.1
Instituições de ensino que realizaram cursos do Pronera por superintendência do Incra (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

O gráfico 3.4.2 mostra as diferentes modalidades de ensino oferecidas por diversas instituições de ensino, o que demonstra a presença do Pronera em todos os níveis, com destaque para o EJA e a graduação.

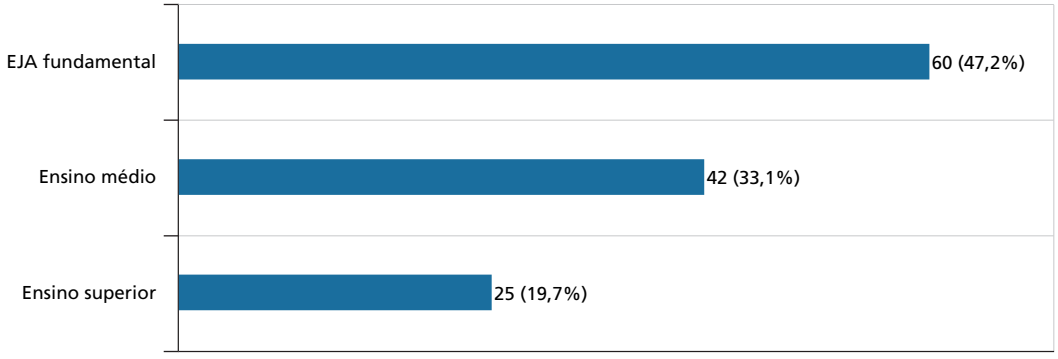
GRÁFICO 3.4.2
Instituições de ensino que realizaram cursos do Pronera por modalidade (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

As instituições de ensino também oferecem simultaneamente cursos em vários níveis. O maior número de cursos concentra-se no EJA e desdobra-se no ensino médio e no ensino superior, como pode ser visto no gráfico 3.4.3.

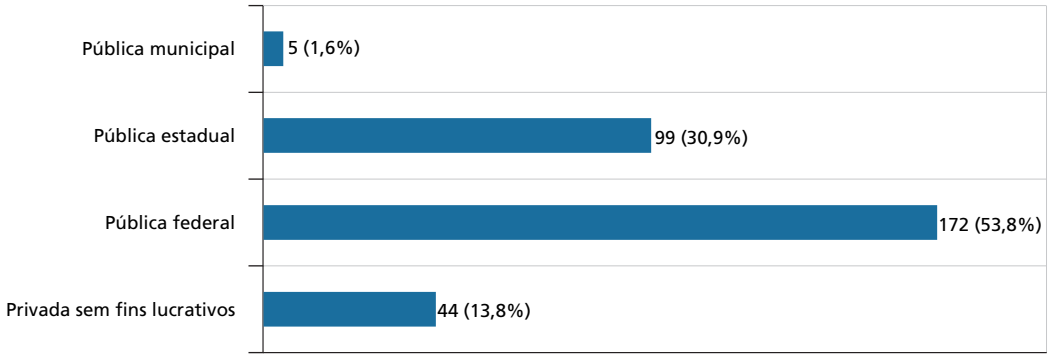
GRÁFICO 3.4.3
Instituições de ensino que realizaram cursos do Pronera por nível (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

As instituições de ensino são majoritariamente públicas. Mais da metade dessas são federais, e as estaduais representam quase um terço.

GRÁFICO 3.4.4
Natureza das instituições de ensino e número de cursos (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

As regiões Norte e Nordeste reúnem 77,4% das famílias assentadas; nessas regiões, estão 53% das instituições de ensino que ofereceram 64,1% dos cursos para 59,3% dos educandos, como pode ser observado na tabela 3.4.2. Os cursos realizados nas regiões Sudeste e Sul também recebem educandos das regiões Norte e Nordeste e da região Centro-Oeste. Embora nas regiões Sul e Sudeste estejam apenas 8,6% das famílias assentadas, elas respondem por 36% do número de instituições que realizaram 28,8% dos cursos com 21,2% dos educandos. O Centro-Oeste tem 14% das famílias assentadas, 11% das instituições de ensino e 7,2% dos cursos, com 19,5% dos alunos.

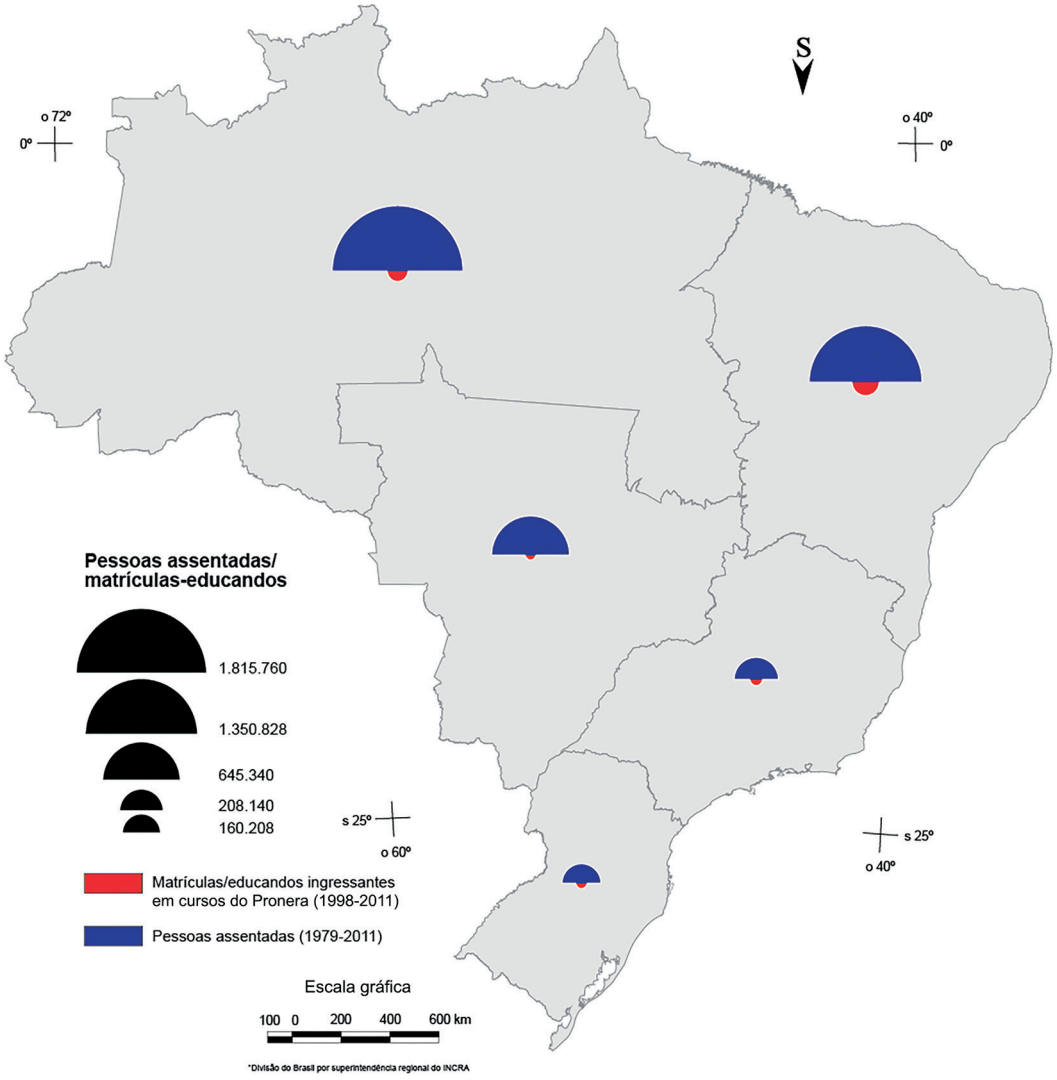
TABELA 3.4.2
Proporção de famílias assentadas, instituições de ensino que realizaram cursos do Pronera e educandos matriculados (1998-2011)
(Em %)

Região	Famílias assentadas	Instituições de ensino	Cursos	Educandos matriculados
Norte	44,0	21	28,8	27,5
Nordeste	33,4	32	35,3	31,8
Centro-Oeste	14,0	11	7,2	19,5
Sudeste	4,8	19	11,9	13,3
Sul	3,8	17	16,9	7,9
Brasil	100	100	100	100

Fonte: II PNERA.

No mapa 3.4.1 são apresentados os dados de número de pessoas assentadas e número de matrículas em cursos do Pronera por região. Os círculos superiores representam o número de pessoas assentadas e os círculos inferiores o número de matrículas, de modo que se pode observar a proporção entre ambos para se estimar a participação dos educandos nos cursos em relação ao número total de pessoas.

MAPA 3.4.1
Pessoas assentadas e matrículas em cursos do Pronera por região



Fonte: II PNERA.

3.5 Caracterização das organizações que demandaram cursos do Pronera (1998-2011)

Os cursos do Pronera foram demandados por 38 diferentes organizações, cujas atuações individuais na demanda de cursos totalizam 525. A pesquisa reforçou a característica da participação conjunta de organizações que demandam cursos, sendo que os movimentos sociais e sindicais representam 58% dessas demandas, as associações 24% e as fundações 8%, enquanto as pastorais e as cooperativas respondem por 5% cada, como pode ser observado na tabela 3.5.1. As três organizações que mais demandaram cursos no período foram, pela ordem, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Estas três organizações foram responsáveis por 81% das demandas. Na tabela e na prancha 3.5.1 pode-se observar detalhadamente as outras 35 organizações demandantes.

É importante destacar que Contag, MST e CPT são as organizações mais atuantes do campo brasileiro, o que também é comprovado por suas atuações na educação do campo.

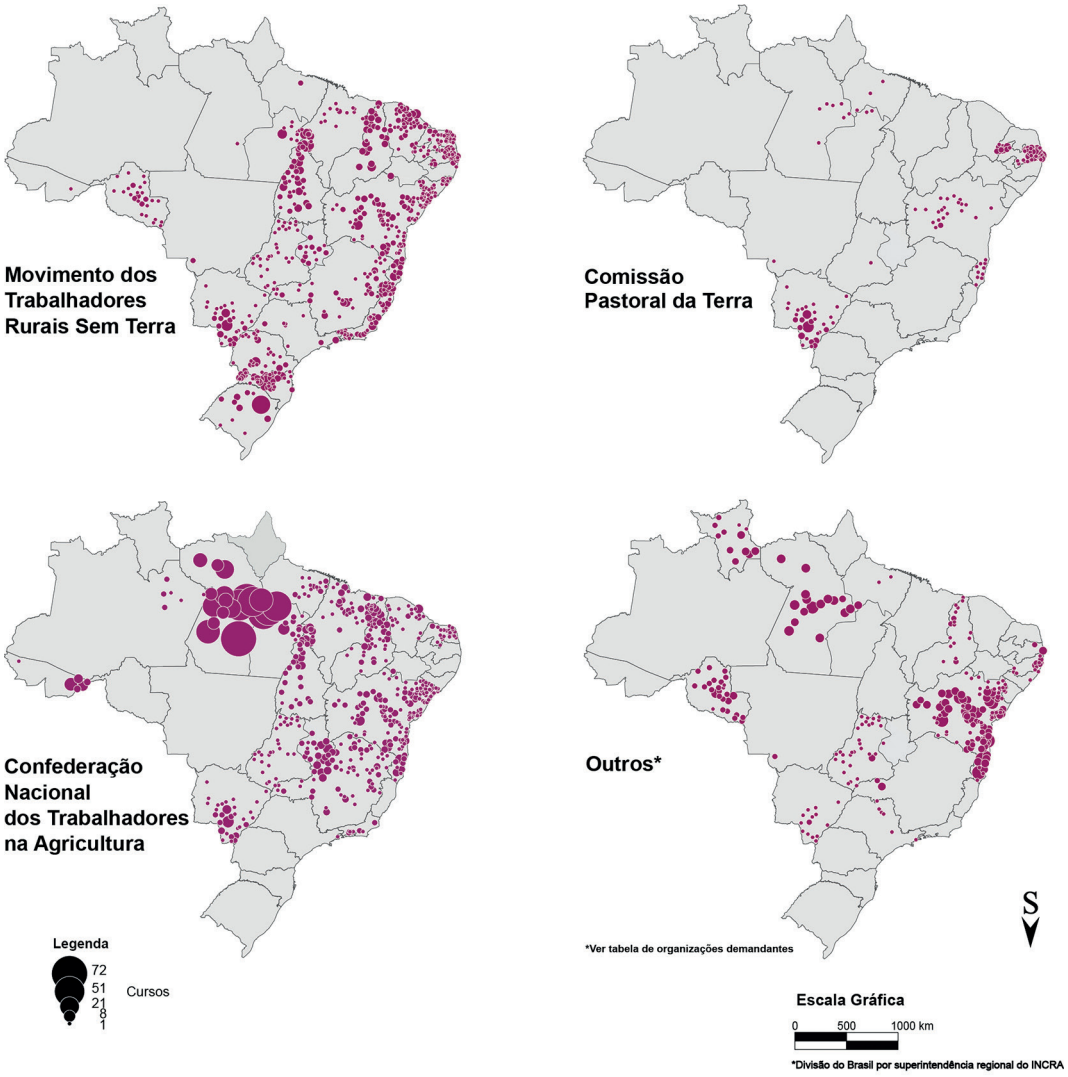
TABELA 3.5.1
Organizações demandantes e número de cursos demandados individual e conjuntamente (1998-2011)

Número	Organização demandante	Número de cursos demandados	Tipologia
1	Associação de Casas Familiares Rurais do Pará/Arcafar	3	Associação
2	Associação dos Remanescentes de Quilombo/PA	2	Associação
3	Associação dos Trabalhadores Rurais de Oriximiná/PA	2	Associação
4	Associação dos Trabalhadores Rurais/PA	1	Associação
5	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	2	Associação
6	Central dos Assentados de Roraima	6	Movimento
7	Centro de Organização e Apoio aos Assentados do Mato Grosso do Sul	1	Associação
8	Comissão Pastoral da Terra/BA/GO/MS/MT/PA/PB	31	Pastoral
9	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	207	Movimento
10	Cooperativa dos Pequenos Produtores e Produtoras Agroecologistas do Sul da Bahia	3	Cooperativa
11	Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Satuba/AL	1	Cooperativa
12	Coordenação Estadual dos Trabalhadores Agrícolas/BA	1	Associação
13	Escola Família Agrícola de Padre Bernardo/PB/GO	1	Associação
14	Escola Família Agrícola/RO	5	Associação
15	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar/PI/PA	4	Movimento
16	Fundação Dde Apoio à Agricultura Familiar do Semiárido da Bahia	4	Fundação
17	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal/BA	2	Fundação
18	Fundação Viver, Produzir e Preservar/PA	3	Fundação
19	Liga dos Camponeses Pobres/RO	1	Movimento
20	Movimento das Mulheres em Marcha/PB	1	Movimento
21	Movimento de Libertação dos Sem Terra/PE	2	Movimento
22	Movimento de Luta Pela Terra/BA	10	Movimento
23	Movimento de Mulheres Camponesas/MS	2	Movimento
24	Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade/PA	1	Movimento
25	Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira do Campo e da Cidade/PA	1	Movimento
26	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas/BA	8	Movimento
27	Movimento dos Atingidos por Barragens/GO	1	Movimento
28	Movimento dos Pequenos Agricultores/AC/MT/PB/RO	7	Movimento
29	Movimento dos Trabalhadores Desempregados/Ba/PB	3	Movimento
30	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos do Brasil/PE	1	Movimento
31	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	190	Movimento
32	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu/PA	1	Movimento
33	Movimento Popular Pela Reforma Agrária/MG	2	Movimento
34	Movimento Terra Livre/GO	1	Movimento
35	Movimento Terra Trabalho e Liberdade/MG/PE	4	Movimento
36	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo	2	Movimento
37	Pastoral da Juventude Rural/BA/GO/MT/PB/RO	5	Pastoral
38	Polo de Unidade Camponesa/BA	3	Movimento
	Demandas Conjuntas – Brasil	**525**	

Fonte: II PNERA.

PRANCHA 3.5.1

Organizações que demandaram cursos do Pronera e município de realização do curso demandado (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

Apesar das atuações do MST, da Contag e da CPT em escala nacional, a prancha 3.5.1 mostra que o MST não atuou nos estados de Amazonas, Roraima e Amapá, e a Contag não atuou nos estados de Roraima, Amapá, Paraíba, Alagoas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e São Paulo e na superintendência de Pernambuco, enquanto a CPT atuou em seis estados das regiões Nordeste, Centro Oeste e Norte, com destaque para Paraíba e Mato Grosso do Sul. As outras 35 organizações demandantes – associações, fundações, cooperativas e uma pastoral – foram responsáveis por 19% dos cursos e se destacam por estarem especialmente onde a Contag, o MST e a CPT não atuaram ou pouco atuaram. A tabela e a prancha comprovam a atuação do Pronera em todo o país.

É importante destacar que a tabela 3.5.1 mostra 525 demandas conjuntas dos 320 cursos. A tabela 3.5.2 mostra o número de organizações que demandaram cursos por superintendência e que realizaram as demandas conjuntas, com uma média nacional

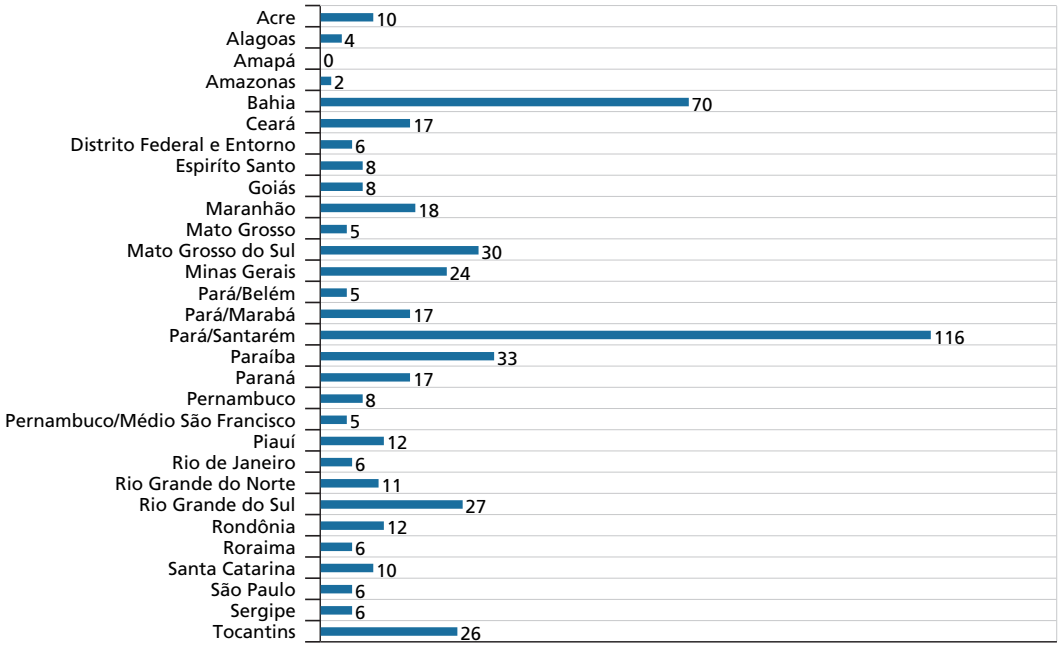
aproximada de quatro organizações demandantes por curso. O gráfico 3.5.1 apresenta o número de demandas conjuntas e individuais por cursos nas superintendências do Incra. A análise comparativa dos dados por superintendência da tabela 3.5.2 e do gráfico 3.5.1 mostra que, no caso da SR do Pará – Santarém, das nove organizações demandantes, em média sete participaram dos quinze cursos, a maior participação nacional. No caso da SR da Bahia, foram setenta participações de doze organizações demandantes para a realização de 23 cursos, com média de três organizações por curso. Destaca-se que o estado da Bahia envolveu mais organizações demandantes, enquanto Amapá não teve registro.

TABELA 3.5.2
Número de organizações demandantes e número de cursos por superintendência do Incra (1998-2011)

Superintendência	Número de cursos	Organizações demandantes
Para/Belém	6	3
Ceará	12	2
Pernambuco	8	4
Goiás	2	7
Bahia	23	12
Minas Gerais	18	4
Rio De Janeiro	4	2
São Paulo	8	2
Paraná	17	1
Santa Catarina	10	1
Rio Grande Do Sul	27	1
Maranhão	20	2
Mato Grosso	6	4
Acre	10	2
Amazonas	6	1
Mato Grosso Do Sul	10	5
Rondônia	10	5
Paraíba	21	6
Rio Grande Do Norte	9	2
Espirito Santo	8	1
Amapá	6	0
Alagoas	4	2
Sergipe	4	2
Piauí	7	3
Roraima	13	1
Tocantins	14	2
Para/Marabá	12	3
Distrito Federal E Entorno	5	4
Pernambuco/Médio São Francisco	5	2
Pará/Santarém	15	9
Brasil	**320**	**86**

Fonte: II PNERA.

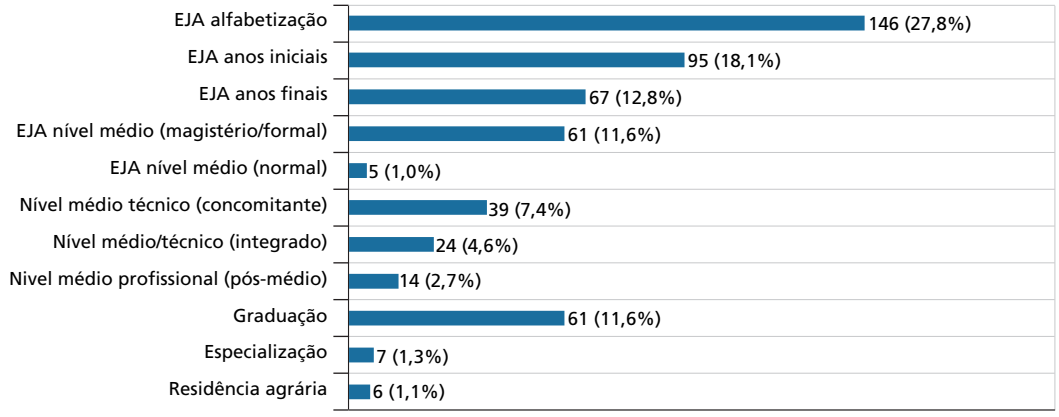
GRÁFICO 3.5.1
Número de participações individuais e conjuntas de organizações demandantes por superintendência do Incra (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

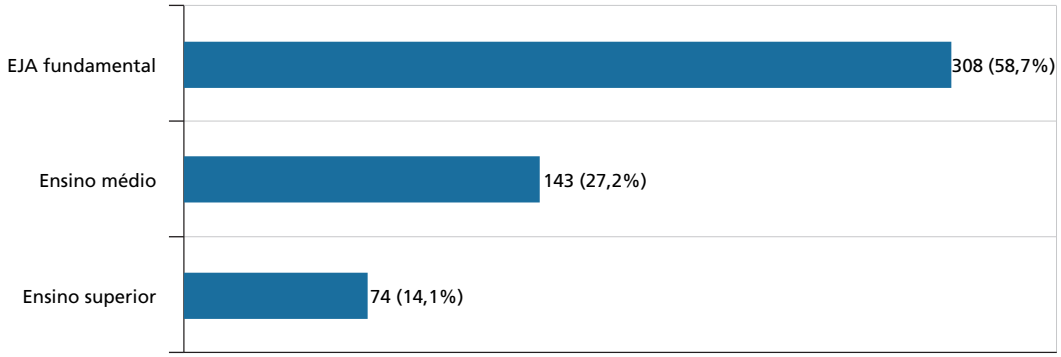
Os gráficos 3.5.2 e 3.5.3 mostram os números absolutos e relativos das demandas individuais e conjuntas por nível e modalidade dos cursos: 58,7% das demandas foram por cursos de EJA fundamental, 27,2% de nível médio e 14,1% de nível superior. Estes resultados demonstram a presença do Pronera em todos os níveis de ensino e em todo o país.

GRÁFICO 3.5.2
Número de participações individuais e conjuntas de organizações demandantes por modalidade (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

GRÁFICO 3.5.3
Número de participações individuais e conjuntas de organizações demandantes por nível (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

3.6 Caracterização dos parceiros que participaram de cursos do Pronera

Os 320 cursos do Pronera realizados por 82 instituições de ensino contaram com 247 parceiros, como detalhado na tabela 3.6.1. Os parceiros foram identificados por tipos: catorze movimentos organizados em diferentes escalas (nacional, regional e estadual); dezoito associações organizadas nas escalas nacional, regional e estadual e também segundo sua natureza pública ou privada; sete cooperativas, sendo seis estaduais e uma regional; 36 organizações não governamentais (ONGs) igualmente organizadas nas escalas estadual, regional e nacional; catorze universidades públicas estaduais; 21 universidades públicas federais, cinco universidades privadas; 67 instituições de governos municipais; cinquenta instituições de governos estaduais e quinze instituições do governo federal. O gráfico 3.6.1 apresenta a distribuição das parcerias por SR, com destaque para a região Norte, com maior número de ações individuais e conjuntas de parceria. A participação dos parceiros por modalidade e níveis pode ser observada nos gráficos 3.6.2 e 3.6.3.

TABELA 3.6.1
Número de parceiros por tipo e Unidades da Federação (UF)

Número	Nome do parceiro	Tipo	UF
1	Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas	Governo estadual	AM
2	Agência Formadora de União dos Palmares/AL	Governo estadual	AL
3	Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins	ONG estadual	TO
4	Associação das Casas Familiares Rurais do Estado do Pará	Associação estadual	PA
5	Associação de Municípios da Transamazônica/PA	Associação estadual	PA
6	Associação dos Municípios das Rodovias Transamazônica, Santarém, Cuiabá e Região Oeste do Pará	Associação estadual	PA
7	Associação Estadual de Cooperação Agrícola/SP	Associação estadual	SP
8	Associação Nacional de Cooperação Agrícola/SP	Associação nacional	SP
9	Associação Regional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio/TO	Associação regional	TO
10	Central Única dos Trabalhadores AP/RR	Movimento nacional	AP
11	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA/MG)	ONG regional	MG
12	Centro de Criação de Imagem Popular/RJ	ONG estadual	RJ
13	Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia/PR	ONG estadual	PR
14	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva/MG	ONG estadual	MG

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do parceiro	Tipo	UF
15	Centro de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire/CE	Governo estadual	CE
16	Centro de Educação de Jovens e Adultos Professor Moreira Campos/CE	Governo estadual	CE
17	Centro de Educação Profissional de Aquidauana/MS	Governo estadual	MS
18	Centro de Estudos e Assessoria Aplicada ao Desenvolvimento/RN	ONG Estadual	RN
19	Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Helder Câmara/SP	Associação privada	SP
20	Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais (CPEA)/Unesp/SP	Universidade Estadual	SP
21	Centro dos Trabalhadores da Amazônia/AC	Associação estadual	AC
22	Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Dourados/MS	Governo estadual	MS
23	Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza/SP	Governo estadual	SP
24	Centro Estadual de Ensino Supletivo Tancredo Neves/SP	Governo estadual	SP
25	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia	Governo estadual	BA
26	Centro Integrado de Desenvolvimento de Assentamentos e Pequenos Agricultores (CIDAP)/ES	Governo estadual	ES
27	Centro Universitário Luterano de Palmas/TO	ONG regional	TO
28	Colégio Agrícola Senador Carlos Gomes de Oliveira/SC	Governo estadual	SC
29	Colégio de Aplicação da UFSC/SC	Universidade federal	SC
30	Colégio Universitário UFMA	Universidade federal	MA
31	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CPLAC)/BA	Associação privada	BA
32	Comissão Pastoral da Terra	Movimento nacional	GO
33	Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação/TO	ONG estadual	TO
34	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	Movimento nacional	DF
35	Conselho Estadual de Educação/MS	Governo estadual	MS
36	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/DF	Governo federal	DF
37	Conselho Nacional de Seringueiros AC/PA/TO	Associação nacional	AC
38	Cooperativa de Assessoria e Capacitação/PA	Ong estadual	PA
39	Cooperativa de Assistência Técnica e Extensão Rural e Consultoria Agropecuária Ltda./AC	Cooperativa estadual	AC
40	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária no Espírito Santo	Cooperativa estadual	ES
41	Cooperativa de Trabalho, Prestação e Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural/TO	Cooperativa estadual	TO
42	Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina	Cooperativa estadual	SC
43	Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Agrotécnica Federal de Sousa/PB	Cooperativa regional	PB
44	Cooperativa Mista Agropecuária do Alto Guama/PA	Cooperativa estadual	PA
45	Cooperativa Mista dos Assentados da Reforma Agrária da Região Sul e Sudeste do Pará/PA	Cooperativa estadual	PA
46	Delegacia Federal do MDA/Amapá	Governo federal	AP
47	Delegacia Regional do MEC em MS	Governo federal	MS
48	Diocese de Macapá/Conselho da Pastoral da Terra/AP	Organização estadual	AP
49	Diretoria de Ensino de Bauru/SP	Governo estadual	SP
50	EEB Gonçalves Dias/SC	Governo estadual	SC
51	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A./BA	Governo estadual	BA
52	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos/PA	Governo federal	PA
53	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/AC/MG/PA	Governo federal	DF
54	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural/MS/PR/PA	Governo federal	DF
55	Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural S. A./MT	Governo estadual	MT
56	Escola Agrotécnica Federal de Castanhal /PA	Governo Federal	PA
57	Escola Agrotécnica Sérgio de Carvalho/BA	Governo estadual	BA
58	Escola de Aplicação da UFPA	Governo federal	PA
59	Escola Estadual Advogado Demósthenes Martins/MS	Governo estadual	MS
60	Escola Estadual de Ensino Médio Nova Sociedade/MS	Governo estadual	MS
61	Escola Estadual Juvêncio Ferreira (Escola Agrícola de Unaí)/MG	Governo estadual	MG

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do parceiro	Tipo	UF
62	Escola Família Agrícola/AC/PA/TO/ES	Associação regional	
63	Escola Milton Santos/PR	Associação regional	PR
64	Escola Municipal Família Agrícola Zé de Deus/TO	Governo municipal	TO
65	Escola Municipal Governador Paulo Souto/BA	Governo estadual	BA
66	Escola Nacional Florestan Fernandes/SP	Associação nacional	SP
67	Escola Sindical Amazônia/PA	Associação regional	PA
68	Escola Supletiva de Primeiro Grau Viderense/SC	Governo municipal	SC
69	Escola Técnica Federal de Roraima/RR	Governo federal	RR
70	Expressivo Colégio e Pré-Vestibular/SC	Governo estadual	SC
71	Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Governo federal	RS
72	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Gurupi/TO	Governo municipal	TO
73	Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina/MG	Universidade privada	MG
74	Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio De Janeiro/RJ	Universidade estadual	RJ
75	Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas/TO	Universidade privada	TO
76	Faculdade Seama/AP	Universidade privada	AP
77	Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará	Movimento nacional	PA
78	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional/PA	ONG nacional	PA
79	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	Movimento regional	SP
80	Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Estado de São Paulo	Movimento estadual	SP
81	Fundação Agrária do Tocantins Araguaia	ONG regional	TO
82	Fundação Ajuri de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Roraima	Universidade federal	RR
83	Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia/MA	ONG estadual	MA
84	Fundação de Apoio à Educação E ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão/MA	ONG estadual	MA
85	Fundação de Apoio ao Ensino Superior Público Estadual/MT	Governo estadual	MT
86	Fundação de Apoio ao Ensino, Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação/PR	Universidade federal	PR
87	Fundação Desenvolvimento Integrado do São Francisco/BA	ONG estadual	BA
88	Fundação Educacional do Distrito Federal	ONG estadual	DF
89	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo/SP	Governo estadual	SP
90	Fundação Jaime Câmara/GO	ONG estadual	GO
91	Fundação José Américo/PB	ONG estadual	PB
92	Fundação Josué Montelo/MA	ONG estadual	MA
93	Fundação Juazeirense para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do São Francisco/BA	Universidade federal	BA
94	Fundação Nacional de Saúde	Governo federal	DF
95	Fundação Norte-Riograndense de Pesquisa e Cultura/RN	ONG estadual	RN
96	Fundação Socioambiental do Nordeste Paraense/PA	Universidade federal	PA
97	Fundação Sousândrade de Apoio ao Desenvolvimento a Universidade Federal do Maranhão	Universidade federal	MA
98	Fundação Universidade Estadual do Tocantins	Universidade estadual	TO
99	Fundação Universitária de Desenvolvimento de Extensão e Pesquisa/AL	Universidade estadual	AL
100	Fundação Universitária Mendes Pimentel	Universidade estadual	MG
101	Fundação Viver Produzir e Preservar/PA	ONG regional	PA
102	Grupo de Pesquisa e Extensão em Sistemas Agroflorestais do Acre	ONG estadual	AC
103	Grupo de Trabalho Amazônico/PA	ONG estadual	AM
104	Instituto Ambiental Vidágua/SP	ONG estadual	SP
105	Instituto Biodinâmico/SP	ONG estadual	SP
106	Instituto Capixaba de Extensão e Pesquisa/ES	Governo estadual	ES
107	Instituto Coração de Estudante/CE	ONG estadual	CE
108	Instituto de Apoio a Fundação Universidade de Pernambuco	ONG estadual	PE

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do parceiro	Tipo	UF
109	Instituto de Assessoria Sindical Rosa da Paz/TO	ONG estadual	TO
110	Instituto de Capacitação e Pesquisa em Agroecologia Laudenor de Souza/SP	Associação estadual	SP
111	Instituto de Educação Josué de Castro/RS	Associação estadual	RS
112	Instituto de Formação e Assessoria Sindical/TO	ONG estadual	TO
113	Instituto de Pesquisas Ecológicas/SP	ONG estadual	SP
114	Instituto Federal de Castanhal/PA	Governo federal	PA
115	Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia de Rio Grande Do Sul	Governo federal	RS
116	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense de Videira/SC	Governo federal	SC
117	Instituto Giramundo Mutuando/SP	ONG estadual	SP
118	Instituto Superior de Educação Antonino Freire/PI	Universidade estadual	PI
119	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS	Associação estadual	RS
120	Laboratório Agroecológico da Transamazônica/PA	Universidade federal	PA
121	Laboratório Farmacêutico do Estado de Pernambuco	Governo estadual	PE
122	Laboratório Sócio-Agronômico do Araguaia Tocantins	ONG estadual	TO
123	Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira / Campo e Cidade/PA	Movimento estadual	PA
124	Movimento dos Ribeirinhos das Ilhas e Várzeas de Abaetetuba/PA	Movimento regional	PA
125	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	Movimento nacional	
126	Movimento Terra Trabalho e Liberdade/MG	Movimento estadual	MG
127	Movimentos Sociais Central dos Assentados de Roraima	Movimento estadual	RR
128	Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável/PA	ONG estadual	PA
129	Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (Antigo NEAF)/PA	Universidade federal	PA
130	Núcleo de Estudos e Programas em Educação Popular/SP	ONG estadual	SP
131	Núcleo Pedagógico Integrado/PA	Universidade federal	PA
132	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo	Movimento estadual	SP
133	Parque Estadual Morro do Diabo/SP	Governo estadual	SP
134	Polo de Unidade Campesina/BA	Movimento estadual	BA
135	Prefeitura de Acrelândia/AC	Governo municipal	AC
136	Prefeitura de Capixaba/AC	Governo Municipal	AC
137	Prefeitura de Paracatu/MG	Governo municipal	MG
138	Prefeitura de Presidente Olegário/MG	Governo municipal	MG
139	Prefeitura de Rurópolis/PA	Governo municipal	PA
140	Prefeitura Municipal de Alenquer/PA	Governo municipal	PA
141	Prefeitura Municipal de Altamira/PA	Governo municipal	PA
142	Prefeitura Municipal de Anapú/PA	Governo municipal	PA
143	Prefeitura Municipal de Aral Moreira/MS	Governo municipal	MS
144	Prefeitura Municipal de Arinos/MG	Governo municipal	MG
145	Prefeitura Municipal de Aveiro/PA	Governo municipal	PA
146	Prefeitura Municipal de Barra do Choça/BA	Governo Municipal	BA
147	Prefeitura Municipal de Belterra/PA	Governo municipal	PA
148	Prefeitura Municipal de Bonfinópolis de Minas/MG	Governo municipal	MG
149	Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas/MG	Governo municipal	MG
150	Prefeitura Municipal de Bujari/AC	Governo municipal	AC
151	Prefeitura Municipal de Candói/PR	Governo municipal	PR
152	Prefeitura Municipal de Careiro/AM	Governo municipal	AM
153	Prefeitura Municipal de Dourados/MS	Governo municipal	MS
154	Prefeitura Municipal de Encruzilhada/BA	Governo municipal	BA
155	Prefeitura Municipal de Iguaí/BA	Governo municipal	BA

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do parceiro	Tipo	UF
156	Prefeitura Municipal de Itaituba/PA	Governo municipal	PA
157	Prefeitura Municipal de João Pinheiro/MG	Governo municipal	MG
158	Prefeitura Municipal de Juruti/MG	Governo municipal	PA
159	Prefeitura Municipal de Lagoa Grande/MG	Governo municipal	MG
160	Prefeitura Municipal de Laranjeiras do Sul/PR	Governo municipal	PR
161	Prefeitura Municipal de Maracaju/MS	Governo municipal	MS
162	Prefeitura Municipal de Medicilândia/PA	Governo municipal	PA
163	Prefeitura Municipal de Mirante/BA	Governo municipal	BA
164	Prefeitura Municipal de Natalândia/MG	Governo municipal	MG
165	Prefeitura Municipal de Nioaque/MS	Governo municipal	MS
166	Prefeitura Municipal de Obidos/PA	Governo municipal	PA
167	Prefeitura Municipal de Oriximina/PA	Governo municipal	PA
168	Prefeitura Municipal de Pacajá/PA	Governo municipal	PA
169	Prefeitura Municipal de Paracatu/MG	Governo municipal	MG
170	Prefeitura Municipal de Placas/PA	Governo municipal	PA
171	Prefeitura Municipal de Ponta Porã/MS	Governo municipal	MS
172	Prefeitura Municipal de Porangatu/GO	Governo municipal	GO
173	Prefeitura Municipal de Porto Barreiro/PR	Governo municipal	PR
174	Prefeitura Municipal de Porto Grande/AP	Governo municipal	AP
175	Prefeitura Municipal de Ribeirão do Largo/BA	Governo municipal	BA
176	Prefeitura Municipal de Rio Bonito do Iguaçu/PR	Governo municipal	PR
177	Prefeitura Municipal de Santarém/PA	Governo municipal	PA
178	Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio/PA	Governo municipal	PA
179	Prefeitura Municipal de Sidrolândia	Governo municipal	MS
180	Prefeitura Municipal de Tartarugalzinho/AP	Governo municipal	AP
181	Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio/SP	Governo municipal	SP
182	Prefeitura Municipal de Trairão/PA	Governo municipal	PA
183	Prefeitura Municipal de Uruara/PA	Governo municipal	PA
184	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista/BA	Governo municipal	BA
185	Rede de Associação das Escolas Famílias do Amapá/AP	ONG estadual	AP
186	Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho/PA	Governo estadual	PA
187	Secretaria da Educação e Cultura de Goiás/GO	Governo estadual	GO
188	Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de Roraima	Governo municipal	RR
189	Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Agroflorestal do Estado do Acre	Governo estadual	AC
190	Secretaria de Educação de Água Fria/BA	Governo municipal	BA
191	Secretaria de Educação do Estado de Sergipe	Governo municipal	SE
192	Secretaria de Educação do Estado do Ceará	Governo estadual	CE
193	Secretaria de Educação do Município de Vitória da Conquista/BA	Governo estadual	BA
194	Secretaria de Educação e Cultura / Coordenadoria Regional de Educação / Conselho Estadual Ijuí/RS	Governo estadual	RS
195	Secretaria de Educação e Cultura do Piauí	Governo estadual	PI
196	Secretaria de Educação e Qualidade do Ensino do Estado do Amazonas	Governo estadual	AM
197	Secretaria de Educação, Cultura e Desporto do Estado de Roraima	Governo estadual	RR
198	Secretaria de Estado da Educação e Cultura de Mato Grosso	Governo estadual	MT
199	Secretaria de Estado da Saúde de Roraima	Governo estadual	RR
200	Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul	Governo estadual	MS
201	Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Acre	Governo estadual	AC
202	Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco	Governo estadual	PE

(Continua)

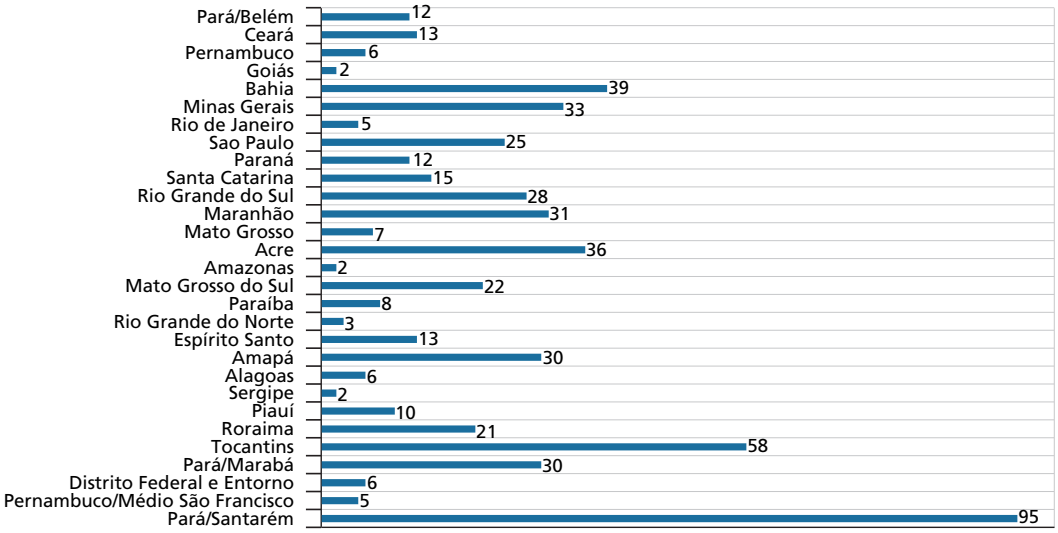
(Continuação)

Número	Nome do parceiro	Tipo	UF
203	Secretaria Estadual de Educação do Acre	Governo estadual	AC
204	Secretaria Estadual de Educação do Estado da Bahia	Governo estadual	BA
205	Secretaria Estadual de Educação do Estado do Pará	Governo estadual	PA
206	Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Piauí	Governo estadual	PI
207	Secretaria Estadual de Educação e Esporte de Alagoas	Governo estadual	AL
208	Secretaria Estadual de Educação / Divisão de Ensino Fundamental-Zona Rural do Acre	Governo estadual	AC
209	Secretaria Estadual de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar do Acre	Governo estadual	AC
210	Secretaria Estadual de Saúde do Pará	Governo municipal	PA
211	Secretaria Executiva de Educação de Alagoas	Governo estadual	AL
212	Secretaria Municipal de Educação de Acrelândia/AC	Governo municipal	AC
213	Secretaria Municipal de Educação de Águas Belas/PE	Governo municipal	PE
214	Secretaria Municipal de Educação de Capixaba/AC	Governo municipal	AC
215	Secretaria Municipal de Educação de Itaiba/PE	Governo municipal	PE
216	Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu/RJ	Governo municipal	RJ
217	Secretaria Municipal de Educação de Paraty/RJ	Governo municipal	RJ
218	Secretaria Municipal de Educação de Tupanatinga/PE	Governo municipal	PE
219	Secretaria Municipal de Educação do Cabo de Santo Agostinho/PE	Governo municipal	PE
220	Secretaria Municipal de Saúde de Vitória da Conquista/BA	Governo municipal	BA
221	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas	Associação nacional	SP
222	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Roraima	ONG estadual	RR
223	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural	Governo federal	
224	Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares/PB	Governo estadual	PB
225	Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Estado de Roraima	Movimento estadual	RR
226	Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia/MG	Governo municipal	MG
227	Universidade Católica de Brasília	Universidade privada	DF
228	Universidade de Brasília	Universidade federal	DF
229	Universidade do Estado da Bahia	Universidade estadual	BA
230	Universidade do Estado de Mato Grosso	Universidade estadual	MT
231	Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS	Universidade privada	RS
232	Universidade Estadual de Feira de Santana/BA	Universidade estadual	BA
233	Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR	Universidade estadual	PR
234	Universidade Estadual de Santa Cruz/BA	Universidade estadual	BA
235	Universidade Estadual do Ceará	Universidade estadual	CE
236	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Universidade estadual	PR
237	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Universidade estadual	RS
238	Universidade Federal de Goiás	Universidade federal	GO
239	Universidade Federal de Mato Grosso	Universidade federal	MT
240	Universidade Federal de Roraima	Universidade federal	RR
241	Universidade Federal de Uberlândia/MG	Universidade federal	MG
242	Universidade Federal de Viçosa/MG	Universidade federal	MG
243	Universidade Federal do Acre	Universidade federal	AC
244	Universidade Federal do Ceará	Universidade federal	CE
245	Universidade Federal do Espírito Santo	Universidade federal	ES
246	Universidade Federal do Piauí	Universidade federal	PI
247	Universidade Federal Rural do Semiárido/RN	Universidade federal	RN

Fonte: II PNERA.

GRÁFICO 3.6.1

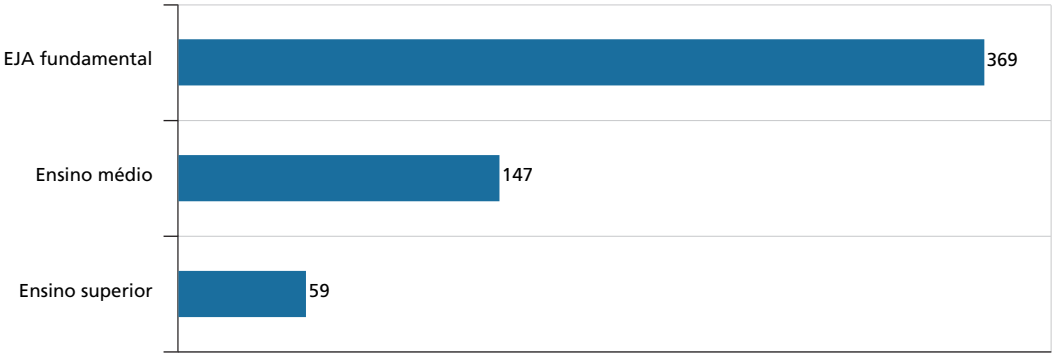
Ações individuais e conjuntas de parceiros por superintendência do Incra



Fonte: II PNERA.

GRÁFICO 3.6.2

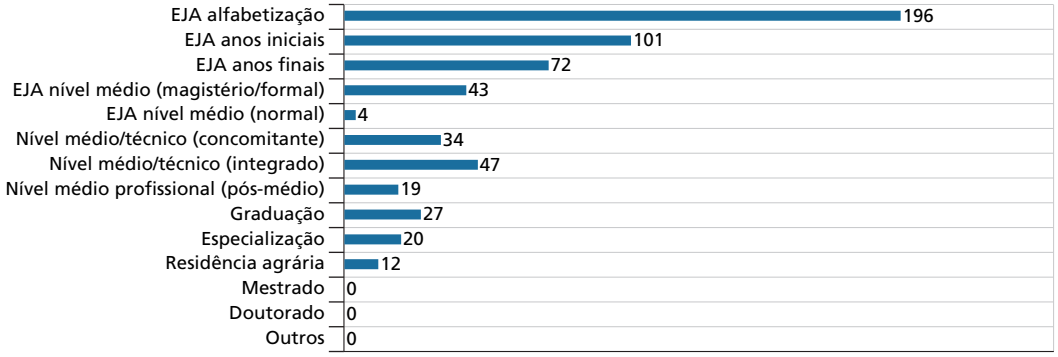
Ações individuais e conjuntas de parceiros por nível



Fonte: II PNERA.

GRÁFICO 3.6.3

Ações individuais e conjuntas de parceiros por modalidade



Fonte: II PNERA.

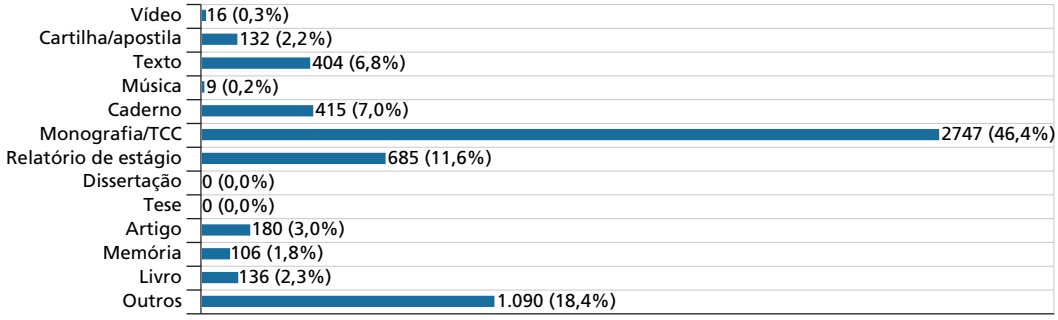
3.7 Produção bibliográfica do Pronera

No gráfico 3.7.1 é apresentado o quantitativo de produção bibliográfica do Pronera, segundo a sua tipologia. Ao todo, foram localizadas 5.920 produções, distribuídas segundo a seguinte classificação: vídeos, cartilha/apostila, texto, música, caderno, monografia/TCC, relatório de estágio, dissertação, tese, artigo, memória e livro. Embora não tenha havido cursos de mestrado e doutorado, foram mantidas as tipologias dissertação e tese para que, no futuro, haja padronização dos dados pesquisados.

Em relação às produções levantadas, destacaram-se as monografias/TCCs e os relatórios de estágio.

Referentes à categoria "Outros", constam materiais como portfólios, desenhos, figuras e jornais, oriundos em sua maioria dos cursos de EJA fundamental e médio.

GRÁFICO 3.7.1
Número de produção do Pronera por tipo de produção

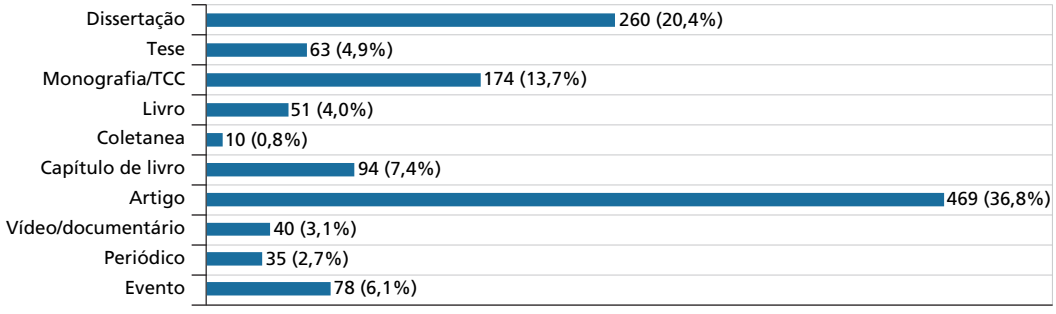


Fonte: II PNERA.

3.8 Produção bibliográfica sobre o Pronera

No período da pesquisa, foram registradas no DataPronera 260 dissertações de mestrado, 63 teses de doutorado e 174 monografias sobre o Pronera, além de 51 livros e 10 coletâneas. Também foram registrados 94 capítulos de livros e 469 artigos. Os pesquisadores também registraram 40 vídeos e documentários, 35 periódicos e 78 eventos. Pretende-se que o DataPronera seja um banco de dados atinentes à produção do conhecimento sobre o Pronera, em constante atualização, para contribuir com a qualificação da pesquisa.

GRÁFICO 3.8.1
Produções sobre o Pronera (1998-2011)



Fonte: II PNERA.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 Educação e escolas do Campo – uma dívida pendente

É comum ler ou ouvir críticas acerca da afirmação e mesmo do conceito de *educação do campo*. Muitas vezes tais críticas vêm acompanhadas de justificativas que se referem ao caráter generalista que deve ter o direito à educação, a saber, que a educação é um direito humano e social e, portanto, uma vez conquistado, toda a sociedade terá a ele ascendido. Nessa perspectiva, a população do campo seria igualmente beneficiada.

No Brasil, a luta pelo direito à educação logrou conquistas importantes nas últimas décadas, seja pela universalização da educação básica, seja pela expansão do acesso ao ensino técnico profissional e ensino superior (público e privado), seja por outros programas complementares de bolsas, cotas raciais e sociais, entre outras iniciativas. Tais avanços, pelo viés do caráter generalista, teriam alcançado a população infantil, jovem e adulta do campo. Os resultados aqui apresentados indicam o equívoco contido nesta afirmação.

A II Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária (II PNERA), iniciada efetivamente em setembro de 2011 e que se conclui com a publicação dos resultados em 2015, mostra quão longe está a realidade das melhores elaborações teóricas acerca do direito à educação e da educação necessária para quem vive no meio rural brasileiro.

Ainda que com as dificuldades típicas de um trabalho que se dedicou a resgatar informações sobre projetos desenvolvidos ao longo de quatorze anos e pelas 27 Unidades da Federação, com informações dispersas por vários lugares, este relatório demonstrou o esforço do programa pela busca de soluções para o enfrentamento desta realidade, no que se refere às quase cinco milhões de pessoas que vivem nos assentamentos de reforma agrária.

Nos eventos que anteciparam a criação do Pronera, em 1997 e 1998, uma das principais preocupações dos atores envolvidos – movimentos sociais e sindicais do campo, universidades e intelectuais – referia-se à necessidade de assegurar que todos os camponeses, crianças, jovens e adultos, tivessem acesso à educação em todos os níveis, articulada com as necessidades dos assentamentos e a necessidade de desenvolver os conhecimentos indispensáveis ao seu pleno desenvolvimento econômico, humano e social. Nesse sentido, uma das principais estratégias referia-se à formação de professores para assegurar escolas nas áreas rurais, com uma pedagogia própria, capaz de organizar um processo educativo por meio do qual as capacidades e potencialidades humanas aí presentes fossem aperfeiçoadas. A outra estratégia referia-se à formação e à capacitação profissional com escolarização, no sentido de formar uma base técnica em acordo com os desafios que historicamente, no campo tecnológico e da produção dos meios de vida, se apresentassem.

Os resultados desse intento, de certa maneira, se realizaram. Pode-se afirmar que o Pronera formou um significativo contingente docente pelo país, capaz de responsabilizar-se pelas tarefas mais desafiadoras da educação, em todas as áreas e licenciaturas. Pode-se afirmar, igualmente, que formou uma importante base técnica de nível médio e superior, à altura dos grandes desafios decorrentes das novas reflexões que o tema da reforma agrária suscita, sobretudo no campo da segurança e soberania alimentar. Quem avaliza tal afirmação é a lista das instituições formadoras, entre elas, as melhores universidades do país.

APÊNDICE 1

FORMULÁRIOS DE CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PRONERA, USADOS NA II PNERA

CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA) – 1998-2011
ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO CENSO ESCOLAR (INEP/MEC) – 2005-2011

1 – RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

1. Nome do(a) pesquisador(a) estadual:

|__|__|__

CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA) – 1998-2011
ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO CENSO ESCOLAR (INEP/MEC) – 2005-2011

2 – CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

1. Nome do curso:

|__|__|__

8.Titulação do(a) vice-coordenador(a) do curso quando o curso foi desenvolvido:

a. ( ) graduação b. ( ) especialista c. ( ) mestre d. ( ) doutor

9. Nome do(a) coordenador(a) pedagógico(a) do curso:

|__|__|__

17. Município(s) onde foi realizado o curso:

a. |__|__|__|

CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA) – 1998-2011
ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO CENSO ESCOLAR (INEP/MEC) – 2005-2011

3 - CARACTERIZAÇÃO DO(A) PROFESSOR(A)/EDUCADOR(A)

1. Nome do professor(a)/educador(a):

|__|__|__

CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA) – 1998-2011
ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO CENSO ESCOLAR (INEP/MEC) – 2005-2011

4 – CARACTERIZAÇÃO DO(A) EDUCANDO(A)

1. Nome do(a) educando(a):

|__|__|__

CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (Pronera) – 1998-2011
ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO CENSO ESCOLAR (INEP/MEC) – 2005-2011

5 - CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

1. Nome da instituição de ensino:

|__|__|__

CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA) – 1998-2011
ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO CENSO ESCOLAR (INEP/MEC) – 2005-2011

6 - CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES DEMANDANTES

1. Nome da organização:

|__|__|__

10.2. Grau de escolaridade na atualidade: |__|__|__|

CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA) – 1998-2011
ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO CENSO ESCOLAR (INEP/MEC) – 2005-2011

7 – CARACTERIZAÇÃO DO PARCEIRO

1. Nome do parceiro: |__|__|__|

CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA) – 1998-2011
ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO CENSO ESCOLAR (INEP/MEC) – 2005-2011

8.A - CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA/ARTÍSTICA/TECNOLÓGICA DO PRONERA

1. Natureza da produção:

( ) vídeo ( ) cartilha/apostila ( ) texto
( ) música ( ) caderno ( ) outros especificar: |__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|

1.1.Título: |__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|

1.2. Produtor(a)(s): |__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|

1.3. O(s) autor(a)(es)(as) / produtor(a)(es)(as) é(são)

( ) educando(a)(os)(as) ( ) educador(a)(os)(as) ( ) bolsistas ( ) coordenador(a)(es)(as)

1.4. Autor(a)(s): |__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|

1.5. Organizador(a)(s): |__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|

1.6. Local: |__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__| **1.7. Ano: |__|__|__|__|**

CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA) – 1998-2011
ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO CENSO ESCOLAR (INEP/MEC) – 2005-2011

8.B - CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA/ARTÍSTICA/TECNOLÓGICA DO PRONERA

Trabalho dos educandos(as) elaborado durante o curso:

1. ( ) monografia/TCC ( ) relatório de estágio ( ) dissertação ( ) tese

1.1. Autor(a): |__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|__|

1.2. Título: |__|__|__|

CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA) – 1998-2011
ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO CENSO ESCOLAR (INEP/MEC) – 2005-2011

8.D - CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA/ARTÍSTICA/TECNOLÓGICA DO PRONERA

MEMÓRIA produzida pelos(as) educandos(as) durante o curso

1. Título: |__|__|__|

CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA) – 1998-2011
ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO CENSO ESCOLAR (INEP/MEC) – 2005-2011

9.A - CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PRONERA

1. Natureza da produção

( ) monografia/TCC ( ) dissertação ( ) tese

1.1. Autor(a)(s): |__|__|__|

1.2. Título: |__|__|__|

CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (Pronera) – 1998-2011
ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO CENSO ESCOLAR (INEP/MEC) – 2005-2011

9.D - CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O Pronera

ARTIGO produzido sobre o Pronera:

1. Autor(a)(es)(as): |__|__|__|

1.1.Título: |__|__|__|

CADASTRAMENTO DAS AÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA) – 1998-2011
ATUALIZAÇÃO DOS ÍNDICES EDUCACIONAIS DA REFORMA AGRÁRIA A PARTIR DO CENSO ESCOLAR (INEP/MEC) – 2005-2011

9.G - CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE O PRONERA

EVENTO produzido sobre o Pronera

1. Organizadores: |__|__|__|

APÊNDICE 2

CURSOS REALIZADOS DO PRONERA E INSTITUIÇÕES DE ENSINO (1998-2011)

Número	Nome do curso	Instituição de ensino
1	Curso de Alfabetização Nordeste Paraense	Universidade Federal do Pará/PA
2	Alfabetização pelo Método Construtivista	Universidade do Estado do Pará/PA
3	Alfabetização com Base Linguística/nordeste paraense	Universidade Federal do Pará/PA
4	Pedagogia da Terra	Universidade Federal do Pará/PA
5	Curso Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	Escola Agrotécnica Federal de Castanhal/PA
6	Curso de Licenciatura em Pedagogia – Pedagogia das Águas	Universidade Federal do Pará/PA
7	Escolarização II Segmento	Universidade Estadual do Ceará/CE
8	Alfabetização dos Assentados	Universidade Federal do Ceará/CE
9	Escolarização	Universidade Federal do Ceará/Ce
10	Alfabetização/escolarização	Universidade Federal do Ceará/Ce
11	Escolarização dos Professores	Universidade Federal do Ceará/CE
12	Pedagogia da Terra	Universidade Federal do Ceará/CE
13	Residência Agrária	Universidade Federal do Ceará/CE
14	Escolarização – I Segmento – Ensino Fundamental	Universidade Estadual do Ceará/CE
15	Escolarização – II Segmento – Ensino Fundamental	Universidade Federal do Ceará/CE
16	Magistério	Universidade Estadual do Ceará/CE
17	Formação dos Professores no Ensino Fundamental e Médio	Universidade Federal do Ceará/CE
18	Escolarização dos Assentados	Universidade Federal do Ceará/CE
19	Pedagogia da Terra	Universidade de Pernambuco/PE
20	Educação para Libertação (EJA)	Universidade Federal Rural de Pernambuco/PE
21	Alfabetização	Universidade Federal Rural de Pernambuco/PE
22	Técnico em Enfermagem	Universidade de Pernambuco/PE

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do curso	Instituição de ensino
23	Normal Médio	Universidade de Pernambuco/PE
24	Oficina de Leiturização no Campo	Universidade Federal Rural de Pernambuco/PE
25	Alfabetização e Formação Profissional	Universidade Federal Rural de Pernambuco/PE
26	Educação Solidária e Formação Cidadã (EJA)	Universidade Federal Rural de Pernambuco/PE
27	Curso de Graduação em Pedagogia para Formação de Educadores do Campo	Universidade Federal de Goiás/GO
28	Alfabetização, Valorização Humana e Capacitação de Alfabetizadores em Goiás, numa Proposta de Educação do Campo	Universidade Estadual de Goiás/GO
29	Ensino Normal Médio	Universidade do Estado da Bahia/BA
30	Alfabetização	Universidade do Estado da Bahia/BA
31	Alfabetização	Universidade do Estado da Bahia/BA
32	EJA Alfabetização	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/BA
33	Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia	Universidade do Estado da Bahia/BA
34	Letras	Universidade do Estado da Bahia/BA
35	Alfabetização	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/BA
36	Curso Técnico em Saúde Comunitária	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/BA
37	Alfabetização	Universidade Federal da Bahia/BA
38	Curso Técnico em Agropecuária	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/BA
39	Curso Técnico em Agropecuária	Universidade do Estado da Bahia/BA
40	Alfabetização	Universidade Federal da Bahia/BA
41	Curso Técnico em Agropecuária	Universidade Estadual de Santa Cruz/BA
42	Curso Técnico em Gestão Agrícola	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/BA
43	Alfabetização	Universidade Estadual de Santa Cruz/BA
44	Escolarização	Universidade do Estado da Bahia/BA
45	Magistério	Universidade do Estado da Bahia/BA
46	EJA Anos Finais	Universidade do Estado da Bahia/BA
47	EJA Anos Iniciais	Universidade do Estado da Bahia/BA
48	Escolarização (5ª a 8ª série)	Universidade Federal da Bahia/BA
49	Escolarização	Universidade Estadual de Santa Cruz/BA

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do curso	Instituição de ensino
50	Magistério	Universidade Estadual de Santa Cruz/BA
51	EJA Alfabetização	Universidade Estadual de Feira de Santana/BA
52	Semeando Cidadania Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos Rurais (EJA)	Faculdade Tecsoma/MG
53	Educação e Capacitação de Jovens e Adultos nas Áreas da Reforma Agrária	Universidade Estadual de Montes Claros/MG
54	Alfabetização: Ferramenta para a Construção da Cidadania	Universidade Federal de Minas Gerais/MG
55	EJA, Educação, Campo e Consciência Cidadã: 1º Segmento do Ensino Fundamental	Universidade do Estado de Minas Gerais/MG
56	EJA, Educação, Campo e Consciência Cidadã	Universidade do Estado de Minas Gerais/MG
57	Técnico Profissional Escola 25 de Julho – Turma I – Projeto Agente de Desenvolvimento Rural (técnico profissional)	Centro de Formação E Assessoria 25 de Julho/MG
58	Licenciatura em Educação do Campo: habilitação nos anos iniciais do ensino fundamental	Universidade Federal de Minas Gerais/MG
59	EJA, Educação, Campo e Consciência Cidadã	Universidade do Estado de Minas Gerais/MG
60	Projeto Técnico Profissional Escola Família Rural – 25 de julho (turma II)	Centro de Formação e Assessoria 25 de Julho/MG
61	A Escola que Lê e Escreve a Vida para a Vida: Letramento Inicial (EJA)	Universidade Estadual de Montes Claros/MG
62	A Educação em Movimento: Interagir e Aprender em Busca da Cidadania (EJA)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA/MG
63	Educação para a Cidadania	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais/MG
64	Alfabetização, Campo e Cidadania – Alfacampo	Universidade Estadual de Montes Claros/MG
65	EJA, Educação, Campo e Consciência Cidadã: 2º Segmento do Ensino Fundamental	Universidade do Estado de Minas Gerais/MG
66	Licenciatura em Educação do Campo: anos finais do ensino fundamental e ensino médio com habilitação em ciências sociais e humanidades	Universidade Federal de Minas Gerais/MG
67	Licenciatura em Educação do Campo: anos finais do ensino fundamental e ensino médio com habilitação em ciências da vida e da natureza	Universidade Federal de Minas Gerais/MG
68	Licenciatura em Educação do Campo: anos finais do ensino fundamental e ensino médio com habilitação em línguas, artes e literatura	Universidade Federal de Minas Gerais/MG
69	Licenciatura em Educação do Campo: anos finais do ensino fundamental e ensino médio com habilitação em matemática	Universidade Federal de Minas Gerais/MG
70	Alfabetização e Escolarização de 1ª a 4ª série (EJA)	Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ
71	Educação de Jovens e Adultos em Assentamentos de Reforma Agrária	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/RJ
72	Projeto Alfabetização de Trabalhadores Rurais em Assentamentos e Acampamentos nos municípios do Estado do Rio de Janeiro	Universidade Federal Fluminense/RJ
73	Ações Integradas para Educação de Jovens e Adultos Nos Assentamos de Reforma Agrária no Estado do Rio de Janeiro	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/RJ
74	Graduação em Geografia com Ênfase em Desenvolvimento Territorial	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/SP
75	Técnico em Agroecologia	Universidade Estadual De Campinas/SP
76	Formação em Agropecuária	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/SP

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do curso	Instituição de ensino
77	Formação Tecnológica, Educacional, Sócio-Política e Cultural de Famílias Assentadas	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/SP
78	Educação de Jovens e Adultos nos Assentamentos de Reforma Agrária	Universidade Metodista de Piracicaba/SP
79	Alfabetização de Jovens e Adultos nos Assentamentos de Agricultura Familiar	Universidade Metodista de Piracicaba/SP
80	Curso Especial de Licenciatura Plena em Pedagogia: Pedagogia da Terra	Universidade Federal de São Carlos/SP
81	Curso Médio e Integrado ao técnico em Agroecologia	Universidade Estadual de Campinas/SP
82	Tecnologia em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio	Escola técnica da Universidade Federal do Paraná/Instituto Federal do Paraná/PR
83	Alfabetização e Ensino Fundamental	Universidade federal do paraná/pr
84	Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia Integrada ao Ensino Médio	Instituto Federal do Paraná/PR
85	Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia Integrada ao Ensino Médio	Instituto Federal do Paraná/PR
86	Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia Integrada ao Ensino Médio	Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná/Instituto Federal do Paraná/PR
87	Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia Integrada ao Ensino Médio	Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná/Instituto Federal do Paraná/PR
88	Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio	Instituto Federal do Paraná/PR
89	Técnico em Agroecologia Proeja	Instituto Federal do Paraná/PR
90	Graduação em Pedagogia para Educadores do Campo	Universidade Estadual do Oeste do Paraná/PR
91	Tecnologia em Gestão de Cooperativas	Instituto Federal do Paraná/PR
92	Especialização em educação do campo	Universidade Federal do Paraná/PR
93	Especialização em Agricultura Familiar e Camponesa – Residência Agrária	Universidade Federal do Paraná/PR
94	Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia	Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná/Instituto Federal do Paraná/PR
95	Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio	Instituto Federal do Paraná/PR
96	Escolarização de Jovens e Adultos (anos finais do ensino fundamental)	Universidade Federal do Paraná/PR
97	Escolarização de Jovens e Adultos (anos finais do ensino fundamental)	Universidade Estadual de Maringá/PR
98	Alfabetização de Jovens e Adultos	Universidade Estadual de Maringá/PR
99	Terra, Luta e Liberdade: a Educação Construindo Identidades Coletivas	Universidade Comunitária da Região de Chapecó/SC
100	Alfabetização – Educação e Capacitação de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária de Santa Catarina (EJA)	Universidade do Oeste de Santa Catarina/SC
101	Alfabetização (EJA) – Alfabetização e Liberdade: Interação entre Sujeitos Educadores (AS)	Universidade Federal de Santa Catarina/SC

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do curso	Instituição de ensino
102	Alfabetização e Escolarização (EJA) – Terra Luta e Liberdade: a Educação Construindo Identidades Coletivas	Universidade Comunitária da Região de Chapecó/SC
103	Alfabetização e Escolarização (EJA) – Alfabetização e Liberdade: Interação entre Sujeitos Educadores (AS)	Universidade Federal de Santa Catarina/SC
104	Curso de Escolarização (EJA) – Educação e Cidadania: Integração entre Sujeitos Educadores (AS)	Universidade Federal de Santa Catarina/SC
105	Curso Técnico em Agropecuária com Ênfase em Agroecologia	Universidade Federal de Santa Catarina/SC
106	Curso de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos – especialização (EJA)	Universidade Federal de Santa Catarina/SC
107	Curso de Pós-Graduação em Agroecologia – especialização	Universidade Federal de saNta Catarina/SC
108	Curso de Ensino médio Técnico em Agropecuária Agroecológica	Universidade Federal de Santa Catarina/SC
109	Técnico em Administração de Cooperativas	Instituto de Pesquisa e Educação do Campo/RS
110	EJA Segundo Segmento (5ª a 8ª série)	Instituto Preservar/RS
111	Especialização em Administração de Cooperativas	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
112	Capacitação Técnica em Administração de Assentamentos	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
113	Habilitação em Magistério	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
114	Médio Habilitação em Magistério	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
115	Alfabetização de Jovens e Adultos em P.A.S.	Universidade Federal de Santa Maria/RS
116	Alfabetização de Jovens e Adultos/Áreas Projetos de Assentamento	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
117	Técnico em Administração Cooperativista	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
118	Pedagogia para Formação de Professores e Coordenadores para Escolas em P.A.S.	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
119	Médio Técnico Administração de Cooperativismo	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
120	Extensão Adm. Cooperativismo	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
121	Médio Técnico em Saúde para Áreas da R.A.	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
122	Normal de Ensino Médio	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do curso	Instituição de ensino
123	Técnico de Administração de Cooperativas VIII	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
124	Pedagogia Séries Iniciais	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
125	Normal Nível Médio	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
126	Educação de Jovens e Adultos/nível médio (turma I)	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
127	Médio Técnico em Administração de Cooperativas (turma IX)	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
128	Graduação em Pedagogia da Terra e Curso Técnico (turma II)	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
129	Educação de Jovens e Adultos – médio (turma II)	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
130	Magistério (turma X)	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
131	Técnico Administração de Cooperativas (turma X)	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
132	Técnico Agropecuária com Habilitação em Agroecologia	Instituto Educar/RS
133	Magistério Nível Médio (turma XI)	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
134	Magistério (turma XII)	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária/RS
135	EJA Séries Iniciais	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul/SP
136	Alfabetização e Escolarização em Nível Fundamental de Jovens e Adultos	Universidade Federal do Maranhão/MA
137	EJA/Alfabetização FSADU/UFMA	Universidade Federal do Maranhão/MA
138	EJA/Alfabetização FSADU/CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão/MA
139	EJA/Alfabetização FSADU/UFMA	Universidade Federal do Maranhão/MA
140	EJA/Alfabetização FSADU/UEMA	Universidade Federal do Maranhão/MA
141	EJA/Alfabetização FSADU/UEMA	Universidade Estadual do Maranhão/MA
142	EJA/Alfabetização FSADU/UFMA (EJA – 3ª e 4ª série)	Universidade Federal do Maranhão/MA

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do curso	Instituição de ensino
143	EJA/Alfabetização e Escolarização 7ª e 8ª dos Educadores/Coordenadores Locais	Universidade Federal do Maranhão/MA
144	EJA/Alfabetização	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/MA
145	EJA/Ensino Fundamental (1ª a 4ª série)	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/MA
146	EJA/Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) e Escolarização (5ª a 8ª série) dos Educadores/Coordenadores Locais FACT/UEMA	Universidade Estadual do Maranhão/MA
147	EJA/Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) e Escolarização 5ª a 8ª dos Educadores/Coordenadores Locais FACT/UEMA	Universidade Estadual do Maranhão/MA
148	EJA/Alfabetização	Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão/MA
149	EJA/Ensino Fundamental (3ª e 4ª série) e Escolarização 7ª e 8ª dos Educadores/Coordenadores Locais	Universidade Estadual do Maranhão/MA
150	Magistério Médio	Universidade Federal do Maranhão/MA
151	Magistério	Universidade Estadual do Maranhão/MA
152	Magistério Médio	Universidade Federal do Maranhão/MA
153	Técnico em Agropecuária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/MA
154	Técnico em Saúde Comunitária	Universidade Federal do Maranhão/MA
155	Técnico em Agropecuária	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/MA
156	Agronomia	Universidade do Estado de Mato Grosso/MT
157	Pedagogia da Terra (UEMT) – Cáceres	Universidade do Estado de Mato Grosso/MT
158	Residência Agrária: Agricultura Familiar e Camponesa e Educação do Campo	Universidade do Estado de Mato Grosso/MT
159	Alfabetização de Jovens e Adultos – Campus Pontes e Lacerda	Universidade do Estado de Mato Grosso/MT
160	Alfabetização de Jovens e Adultos (UEMT) – Campus Barra do Bugres	Universidade do Estado de Mato Grosso/MT
161	Educação de Jovens e Adultos EJA (Ensino Médio) – Campus Universitário de Barra do Bugres	Universidade do Estado de Mato Grosso/MT
162	Educação Profissional para a Reforma Agrária no Acre Curso Técnico Agroflorestal	Universidade Federal do Acre/Ac
163	Educação para Todos – Curso de Alfabetização/Ensino Fundamental – 1º ciclo	Secretaria Municipal de Educação de Plácido de Castro/AC
164	Curso Ensino Fundamental – 2º ciclo	Universidade Federal do Acre/AC
165	Curso de Ensino Fundamental 1º ciclo (1ª a 4ª) para mil educandos	Universidade Federal do Acre/AC
166	Curso de Extensão em Educação no Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentados de Reforma Agrária para 35 assentados e 35 técnicos	Universidade Federal do Acre/AC

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do curso	Instituição de ensino
167	Ações Integradas para Educação de Jovens e Adultos – Alfabetização de jovens e adultos trabalhadores rurais em projetos de assentamento do Incra no estado do Acre	Universidade Federal do Acre/AC
168	Escolarização dos Monitores do Curso de Ensino Fundamental – 2º ciclo	Universidade Federal do Acre/AC
169	Curso de Ensino Fundamental de 2ª série de 5ª a 8ª série para Jovens e Adultos Trabalhadores Rurais dos Assentamentos do estado do Acre para 66 educandos	Universidade Federal do Acre/AC
170	Escolarização dos Monitores do Curso de Extensão em Educação no Campo e Desenvolvimento Sustentável dos Assentados de Reforma Agrária para 35 assentados e 35 técnicos – escolarização	Universidade Federal do Acre/AC
171	Escolarização para os monitores do curso Ações Integradas Para educação de Jovens e Adultos – escolarização de jovens e adultos trabalhadores rurais em projetos de assentamento do Incra no estado do Acre	Universidade Federal do Acre/ac
172	Alfabetização – 2 – UFAM	Universidade federal do Amazonas/AM
173	Alfabetização 1 – UFAM	Universidade Federal do Amazonas/AM
174	Escolarização – I Segmento – EF	Universidade Federal do Amazonas/AM
175	Alfabetização – UEA – Educampo	Universidade Federal do Amazonas/AM
176	Escolarização – UEA – I Segmento – EF – Educampo	Universidade Federal do Amazonas/AM
177	Normal Superior – UEA	Universidade Estadual do Amazonas/MT
178	EJA – Projeto de Alfabetização 1ª a 4ª série	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/MS
179	Projeto Alfabetização de Jovens e Adultos 1ª a 4ª série	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/MS
180	Técnico em Agropecuária	Escola família Agrícola-Rosalvo da Rocha Rodrigues/MS
181	Técnico em Agropecuária	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/MS
182	EJA – Projeto de Escolarização 5ª a 8ª	Universidade Estadual do Mato Grosso Sul/MS
183	EJA – Formação Monitores Nível Médio	Universidade Estadual do Mato grosso do Sul/MS
184	EJA – Formação Monitores Nível Médio	Universidade Estadual do Mato Grosso do sul/MS
185	EJA – Projeto de Alfabetização 1ª a 4ª série	Universidade Estadual do Mato Grosso Do Sul/MS
186	EJA – Projeto de Escolarização 5ª a 8ª.	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/MS
187	EJA – Formação Monitores Nível Médio	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul/MS
188	Pedagogia da Terra	Universidade Federal de Rondônia/RO
189	EJA Segundo Segmento	Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia/RO
190	EJA Primeiro Segmento	Universidade Federal de Rondônia/RO
191	Alfabetização	Universidade Federal de Rondônia/RO

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do curso	Instituição de ensino
192	Alfabetização	Universidade Federal de Rondônia/RO
193	E.M. TÉC. Agropecuária	Escola Família Agrícola Vale Do Guaporé/RO
194	EJA Segundo Segmento	Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia/RO
195	Ensino Médio Agropecuária e Manejo Florestal	Associação das Escolas Família Agrícola de Rondônia/RO
196	Alfabetização	Universidade Federal de Rondônia/RO
197	Alfabetização	Universidade Federal de Rondônia/RO
198	Curso Técnico em Agropecuária, Zootecnia, Agricultura e Agroindústria (CCEM)	Escola Agrotécnica Federal de Sousa/PB
199	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Universidade Federal da Paraíba/PB
200	Curso de Alfabetização em Áreas de Assentamentos Rurais (EJA)	Universidade Federal de Campina Grande/PB
201	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Universidade Federal da Paraíba/PB
202	Curso Escolarização em Áreas de Assentamentos Rurais	Universidade Estadual da ParaíbA/PB
203	Magistério	Universidade Federal da Paraíba/PB
204	Curso Técnico em Agropecuária	Universidade Federal da Paraíba/PB
205	Curso Técnico em Agropecuária	Universidade Federal da Paraíba/PB
206	Curso Técnico em Agropecuária, Agricultura, Pecuária e Agroindústria	Escola Agrotécnica Federal de Sousa/PB
207	Curso Normal em Nível Médio Magistério	Universidade Federal da Paraíba
208	Curso Técnico em Enfermagem (Ensino Médio)	Universidade Federal da Paraíba
209	Curso Técnico em Agropecuária, Agricultura, Agroindústria e Zootecnia	Escola Agrotécnica Federal de Sousa/PB
210	Técnico em Agropecuária – Habilitação em Agroindústria	Universidade Federal da Paraíba/PB
211	Curso Técnico em Agropecuária, Agricultura, Pecuária e Agroindústria	Escola Agrotécnica Federal de Sousa/PB
212	Curso de Licenciatura em História para Educadores da Reforma Agrária	Universidade Federal da Paraíba/PB
213	Curso de Graduação em Ciências Agrárias com Licenciatura Plena – Bananeiras/PB	Universidade Federal da Paraíba/PB
214	Curso de Residência Agrária (Bananeiras/PB)	Universidade Federal da ParaíbA/PB
215	Curso de História – Licenciatura para Educadores de movimentos Sociais do Campo do Brasil (2ª turma)	Universidade Federal da Paraíba/PB
216	Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia	Universidade Federal da Paraíba/PB
217	Curso Escolarização em Áreas de Assentamentos Rurais	Universidade Federal da Paraíba/PB
0,5 pt	Curso Técnico de Nível Médio em Agropecuária Integrado e agroindústria Concomitante com Ensino Médio	Escola Agrotécnica Federal de sousa/PB

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do curso	Instituição de ensino
219	Pedagogia da Terra	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/RN
220	Saber da Terra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN
221	Pedagogia	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN
222	Ensino Normal Médio	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN
223	Técnico Agropecuário	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN
224	Técnico em Enfermagem	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN
225	Controle Ambiental	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte/RN
226	Técnico de Enfermagem	Universidade Federal do Rio Grande do Norte/RN
227	Pedagogia da Terra	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/RN
228	Alfabetização	Universidade Federal do Espírito Santo/ES
229	Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia	Universidade Federal do Espírito Santo/ES
230	Educação de Jovens e Adultos	Universidade Federal do Espírito Santo/es
231	Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia	Universidade Federal do Espírito Santo/ES
232	Educação de Jovens e Adultos	Universidade Federal do Espírito Santo/ES
233	Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio com Habilitação em Agropecuária e Qualificação em Agroecologia e Meio Ambiente	Centro Integrado de Desenvolvimento dos Assentados e Pequenos Agricultores do Espírito Santo/ES
234	Alfabetização	Universidade Federal do Espírito Santo/ES
235	Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário – *Lato sensu*	Universidade Federal do Espírito Santo/ES
236	Alfabetização	Secretaria de Estado da Educação
237	Alfabetização	Secretaria de Estado da Educação/AP
238	Alfabetização	Secretaria De Estado da Educação/AP
239	Escolarização Anos Iniciais – 1ª etapa	Secretaria de Estado da Educação/AP
240	Escolarização Anos Iniciais – 2ª etapa	Secretaria de Estado da Educação/AP
241	Alfabetização 2006	Secretaria de Estado da Educação/AP
242	Projeto de Educação e Capacitação de Jovens e Adultos nas Áreas de Assentamentos da Reforma Agrária em Alagoas	Universidade Federal de Alagoas/AL
243	Programa de Formação de Professores em Exercício	Universidade Federal de Alagoas/AL
244	Educação Média de Formação Técnica e Profissional em Agropecuária	Escola Agrotécnica Federal de Satuba/AL

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do curso	Instituição de ensino
245	Telecurso 2000	Universidade Federal de Alagoas/AL
246	Engenharia Agronômica	Universidade Federal de Sergipe/SE
247	Magistério	Universidade Federal de Sergipe/SE
248	Pedagogia da terra	Universidade Federal de Sergipe/SE
249	EJA	Universidade Federal de Sergipe/SE
250	Curso de Formação de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária do Piaui Magistério Nível Médio	Instituto Superior de Educação Antonino Freire/PI
251	Curso Técnico em Agropecuária em Concomitância com o Ensino Médio	Centro Estadual de Educação Profissional Francisca Trindade/PI
252	Projeto de Escolarização de Ensino Fundamental – 1º Segmento de Jovens e Adultos dos Assentamentos de Reforma Agrária do Piauí	Centro De Educacao de Jovens e Adultos Professor Claudio Ferreira/PI
253	Projeto de Escolarização de Jovens e Adultos Assentados e Acampados do Estado do Piauí	Instituto Superior de Educação Antonino Freire/PI
254	Projeto de Educação de Jovens e Adultos do Estado do Piauí – Proejapi	Universidade Federal do Piauí/PI
255	Projeto de Educação de Jovens e Adultos dos Assentamentos de Reforma Agrária do Piauí – Proejapi (Escolarização)	Universidade Federal do Piauí/PI
256	Projeto de Educação de Jovens e Adultos dos Assentamentos de Reforma Agrária do Piauí – Proejapi (alfabetização)	Universidade Federal do Piauí/PI
257	Anos Iniciais (1ª - 4ª série) (EJAPAR I)	Universidade Federal de Roraima/RR
258	Alfabetização	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/RR
259	Alfabetização	Universidade Federal de Roraima/RR
260	Alfabetização	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/RR
261	Alfabetização	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/RR
262	Pedagogia	Universidade Estadual do Amazonas/AM
263	Anos Iniciais (1ª a 4ª)	Universidade Federal de Roraima/RR
264	Anos Iniciais (1ª a 4ª)	Universidade Estadual de Roraima/RR
265	Curso Técnico Agrícola/Zootecnia	Universidade Federal de Roraima/RR
266	Anos Iniciais (1ª a 4ª)	Universidade Federal de Roraima/RR
267	Alfabetização	Universidade Federal de Roraima/RR
268	Anos Finais (5ª a 8ª)	Universidade Federal de Roraima/RR
269	Curso Técnico Agropecuária	Universidade Federal de Roraima/RR
270	Projeto educação do Campo a Riqueza de sua Produção Curso: Alfabetização e Escolarização de 5ª a 8ª séries para Monitores (alfabetizadores)	Fundação Universidade do Tocantins/TO

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do curso	Instituição de ensino
271	Formação Continuada de Educação nas Áreas de Reforma Agrária em Pedagogia da Alternância – Magistério de Nível Médio	Associação DE Apoio a Escola Família Agrícola/TO
272	Formação Continuada de Educação nas Áreas de Reforma Agrária em Pedagogia da Alternância – Magistério de Nível Médio	Associação de Apoio a Escola Família Agrícola/TO
273	Projeto Educação do Campo a Riqueza de SUA Produção II (alfabetizadores)	Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas/TO
274	Projeto Educação do Campo a Riqueza de sua Produção II (monitores)	Fundação Municipal de Ensino Superior de Colinas/TO
275	Educação do Campo a Riqueza de sua Produção. Curso: Alfabetização e Escolarização de 5ª a 8ª séries para Monitores (monitores)	Fundação Universidade do Tocantins/TO
276	Educação do Campo a Riqueza de sua Produção. Curso: Alfabetização e Escolarização de 5ª a 8ª séries para Monitores (alfabetização)	Fundação Universidade do Tocantins/TO
277	Educação do Campo a Riqueza de sua Produção. Curso: Alfabetização e Escolarização de 5ª a 8ª séries para Monitores (monitores)	Fundação Universidade do Tocantins/TO
278	Educação do Campo a Riqueza de sua Produção. Curso: Alfabetização e Escolarização de 5ª a 8ª séries para Monitores (alfabetização)	Fundação Universidade do Tocantins/TO
279	Educação do Campo a Riqueza de sua Produção. Curso: Alfabetização e Escolarização de 5ª a 8ª séries para Monitores (alfabetização)	Fundação Universidade do Tocantins/TO
280	Educação do Campo a Riqueza de sua Produção. Curso: Alfabetização e Escolarização de 5ª a 8ª séries para Monitores (monitores)	Fundação Universidade do Tocantins/TO
281	Educação do Campo a Riqueza de sua Produção. Curso: Alfabetização e Escolarização de 5ª a 8ª séries para Monitores (alfabetização)	Fundação Universidade do Tocantins/TO
282	Educação do Campo a Riqueza de sua Produção. Curso: Alfabetização e Escolarização de 5ª a 8ª séries para Monitores(monitores)	Fundação Universidade do Tocantins/TO
283	Educação do Campo a Riqueza de sua Produção. Curso: Alfabetização e Escolarização de 5ª a 8ª séries para Monitores (monitores)	Fundação Universidade do Tocantins/TO
284	Formação de Recursos Humanos em Ciências Agrárias/Curso de Agronomia	Universidade Federal do Pará/PA
285	Educação de Jovens e Adultos no Ensino Fundamental - Pronera EJA 2004-2006	Universidade Federal do Pará/PA
286	Ensino Médio-Profissionalizante 1ª turma	Universidade Federal do Pará/PA
287	Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo	Universidade Federal do Pará/PA
288	Ensino Médio-Profissionalizante 2ª turma	Universidade Federal do Pará/PA
289	Formação de Professores em Nível Médio – normal – em Áreas de Reforma Agrária/Magistério da Terra – Polo Tucuruí	Universidade Federal do Pará/PA
290	Pedagogia do Campo	Universidade Federal do Pará/PA
291	Letras	Universidade Federal do Pará/PA
292	Alfabetização de Jovens e Adultos em Áreas de Reforma Agrária Pronera EJA 2000	Universidade Federal do Pará/PA
293	Escolarização de Monitores em Áreas de Reforma Agrária – Modalidade Supletiva (5ª A 8ª série)	Universidade Federal do Pará/PA
294	Alfabetização de Jovens e Adultos em Área de Reforma Agrária – Pronera EJA 2002	Universidade Federal do Pará/PA
295	Escolarização de Educadores em Áreas de Reforma Agrária no Sudeste do Pará – Modalidade Normal – Magistério Marabá	Universidade Federal do Pará/PA
296	Técnico em Agropecuária	Fundação Universidade de Brasília/DF
297	Terra, Educação e Cidadania – Curso de Alfabetização e Escolarização (EJA)	Fundação Universidade de Brasília/DF

(Continua)

(Continuação)

Número	Nome do curso	Instituição de ensino
298	Curso Técnico em Agropecuária com Habilitação em Agroecologia	Centro Social Rural de Orizona/GO
299	Terra, Educação e Cidadania – Curso de Alfabetização e Escolarização (EJA)	Fundação Universidade de Brasília/DF
300	Especialização em Educação do Campo	Fundação Universidade de Brasília/DF
301	Pedagogia da Terra	Universidade de Pernambuco/PE
302	EJA	Universidade de Pernambuco/PE
303	Normal Médio	Universidade de Pernambuco/PE
304	Pedagogia da terra	Universidade de Pernambuco/PE
305	Normal Médio	Universidade de Pernambuco/PE
306	Alfabetização com Base Linguística/Altamira	Universidade Federal do Pará/PA
307	Projeto de Alfabetização Cidadã II Altamira	Universidade Federal do Pará/PA
308	Curso de Magistério da terra Altamira	Universidade Federal do Pará/PA
309	Curso Técnico Profissional em Saúde	Universidade Federal do Pará/PA
310	Alfa Linguística Santarém	Universidade Federal do Pará/PA
311	Projeto de Escolarização Cidadã na Transamazônica I	Universidade Federal do Pará/PA
312	Curso Alfabetização de Jovens e Adultos na Região Oeste do Pará – Santarém	Universidade Federal do Pará/PA
313	Curso Alfabetização de Jovens e Adultos na Região Oeste do Pará	Universidade Federal do Pará/PA
314	Escolarização Séries Iniciais de 1302 Jovens e Adultos Programa Educação Cidadã na Transamazônica	Universidade Federal do Pará/PA
315	Curso de Escolarização de Jovens e Adultos Monitores – Curso de Alfabetização do Pronera – na região Oeste do Pará – séries iniciais	Universidade Federal do Pará/PA
316	Escolarização para Alfabetizadores Ensino Fundamental – séries iniciais	Universidade Federal do Pará/PA
317	Escolarização de Jovens e Adultos Alfabetizadores – séries iniciais	Universidade Federal do Pará/PA
318	Escolarização de Alfabetizadores em Nível de Ensino Fundamental – 5ª a 8ª séries – Altamira	Universidade Federal do Pará/PA
319	Escolarização de Jovens e Adultos no Oeste do Pará - Paraopea – séries iniciais	Universidade Federal do Pará/PA
320	Curso Escolarização Cidadã na Transamazônica para Alfabetizadores – séries finais	Universidade Federal do Pará/PA

Fonte: II PNERA

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Coordenação
Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão
Everson da Silva Moura
Reginaldo da Silva Domingos

Revisão
Ângela Pereira da Silva de Oliveira
Clícia Silveira Rodrigues
Idalina Barbara de Castro
Leonardo Moreira Vallejo
Marcelo Araujo de Sales Aguiar
Marco Aurélio Dias Pires
Olavo Mesquita de Carvalho
Regina Marta de Aguiar
Erika Adami Santos Peixoto (estagiária)
Jéssica de Almeida Corsini (estagiária)
Laryssa Vitória Santana (estagiária)
Manuella Sâmella Borges Muniz (estagiária)
Thayles Moura dos Santos (estagiária)
Thércio Lima Menezes (estagiário)

Editoração
Bernar José Vieira
Cristiano Ferreira de Araújo
Daniella Silva Nogueira
Danilo Leite de Macedo Tavares
Diego André Souza Santos
Jeovah Herculano Szervinsk Junior
Leonardo Hideki Higa

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea
SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo
70076-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 2026 5336
Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 11,5/13,8 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Brasília-DF

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.